**BRA/09/G32**

**Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a**

**Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros**

**ID do Projeto 00071107 - PIMS 3600**

****

**Ministério do meio ambiente**

**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)**

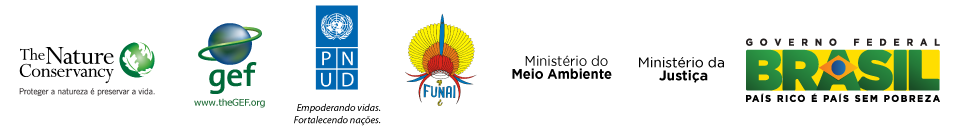
**Relatório de AvaliAção de meio termo**

**Consultores**

**Mary Dayse Kinzo**

**Mikel Berraondo**

**Brasília/DF - Julho, 2014**



|  |  |
| --- | --- |
| Financiador: | Third party cost sharing |
| Doador: | GEF-Financed Project |
| Agência executora: | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) |
| Agência implementadora: | Fundação Nacional do Índio |
| Duração: | 2009 a 2014 |
| Valor do projeto: | US$ 6.000,000 (Seis Milhões de dólares estadunidenses) |
| Diretor Nacional:  Coordenador Nacional: | Presidente da FUNAI  Coordenador da CGGAM/FUNAI |

1. **Projeto BRA/09/G32 – Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros**

O Projeto BRA/09/G32, também denominado por Projeto GATI – Gestão Ambiental e Territorial Indígena, busca adotar estratégias de gestão ambiental em Terras Indígenas (TIs) por Povos Indígenas (PIs) para conservação e uso sustentável da biodiversidade florestal.

O Projeto atingirá essas metas por meio de resultados e produtos tais como:

1. desenvolvimento de mecanismos e ferramentas que permitam que as TIs brasileiras sejam reconhecidas e fortalecidas como áreas efetivas de conservação da biodiversidade florestal, recursos naturais e serviços ambientais;
2. implementação de uma rede de TIs direcionadas a servir de modelo de práticas de gestão ambiental voltadas à conservação de ecossistemas florestais administrados pelos povos e organizações indígenas; e
3. desenvolvimento de modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, sendo implementados como pilotos em TIs selecionadas.

O Projeto representa um esforço conjunto do movimento indígena, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e parceria com a organização não governamental *The Nature Conservancy (TNC)*.

O presente relatório é resultante da Avaliação de Meio Termo (MTE - *Mid Term Evaluation*), realizada pela equipe de avaliação composta por dois consultores, um com a responsabilidade de coordenar as atividades e garantir a qualidade do relatório, a narrativa e a coerência das afirmações e outro com a responsabilidade de apoiar com subsídios para sua elaboração, contribuindo para sua qualidade.

A Avaliação de Meio Termo está de acordo com procedimentos de Monitoramento e Avaliação do PNUD e do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*Global Environment Facility -* GEF) para todos os projetos de tamanho médio e regular financiados pelo Fundo e implementados pelo PNUD. Esta avaliação deve se realizar de acordo com as pautas, normas e procedimentos estabelecidos por estas agências e seguindo o Guia de Avaliação do PNUD para projetos do GEF.

1. **Sumário Executivo**

* Breve Descrição do Projeto

O Projeto “Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros” resultou de discussões iniciadas no ano de 2002, juntamente com o processo de criação da Política Nacional da Biodiversidade (PNB).

A PNB identifica a conservação por meio de áreas protegidas (AP) que contribuem para a proteção da megadiversidade brasileira, buscando alcançar a meta de conservação de 10% de cada um dos seis biomas brasileiros. A formulação da PNB contou com a contribuição de diversos setores da sociedade e efetiva participação do movimento indígena.

Ainda em 2002, representantes indígenas, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, elaboraram o Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas. Em 2004, na 7ª Convenção das Partes (COP), mecanismo principal da Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil se comprometeu a implementar um programa de trabalho sobre áreas protegidas, reconhecendo:

1) o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza; e

2) a necessidade de apoio financeiro para as práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais nas terras indígenas (TIs).

Assim, o Plano Nacional de Áreas Protegidas foi elaborado, abrangendo e incluindo as TIs. Considerando as discussões e fatos levantados nessa experiência, o movimento indígena identificou a necessidade de um projeto de apoio às TIs do país, abrangendo todos os biomas.

Em 2005 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no MMA, composto por representantes indígenas e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), para elaborar uma proposta de projeto para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

A elaboração do Projeto buscou reconhecer que as TIs brasileiras contribuem de forma significativa à conservação da natureza. Este processo exigiu negociações entre os principais atores e seus anseios e expectativas. O PNUD teve papel decisivo em manter a interlocução entre as partes e o GEF.

Em 2008, com os elementos do projeto formulados, foram realizadas consultas regionais aos povos indígenas, os quais contribuíram com subsídios para a proposta definitiva e que foi encaminhada ao GEF e aprovada em agosto de 2009.

O objetivo de longo prazo do Projeto BRA 09/G31 é catalisar procedimentos e instrumentos à consolidação das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade de ecossistemas florestais brasileiros e como parte integrante do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e das Políticas de Gestão Ambiental para Terras Indígenas.

Para o alcance deste objetivo, o Projeto busca fortalecer as formas próprias de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais por parte dos povos indígenas em seus territórios. O Projeto busca ainda promover o bem estar social dessas comunidades pelo uso sustentável dos recursos naturais de suas terras e promoção de meios de vida sustentáveis para os povos indígenas.

O Projeto tem como objetivo imediato adotar uma estratégia de gestão ambiental em Terras Indígenas, por Povos Indígenas, testada e oficialmente reconhecida e voltada à conservação efetiva e ao uso sustentável da biodiversidade florestal. O Projeto atingirá essas metas por meio de três resultados e seus respectivos produtos.

O Projeto enfatiza o desenvolvimento de capacidades de PIs e de organizações indígenas, bem como de instituições parceiras que devem apoiar os PIs no alcance dos objetivos do Projeto. Assim, as atividades de capacitação perpassam todos os resultados do Projeto e cada resultado deve incluir um produto específico de capacitação adaptado às necessidades de alcance de resultado relevante.

* **Proposta e Objetivos da Avaliação de Meio Termo**

A proposta de Avaliação de Meio Termo (MTE) baseia-se na identificação e análise de documentação do Projeto, que forneceu subsídios ao levantamento de lições aprendidas e às recomendações voltadas à maior eficiência na implementação do Projeto.

O objetivo da MTE foi fortalecer a gestão adaptativa e o monitoramento das ações do Projeto e de outros projetos afins. Objetivou também promover a responsabilização institucional pelo alcance dos objetivos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF - *Global Environment Facility*).

Este documento de avaliação é apresentado em três seções principais:

1. O contexto do desenvolvimento do Projeto, as lições aprendidas na formulação do Projeto, as premissas e riscos enfrentados, as lições advindas de outros projetos, a participação dos atores locais;
2. A implementação do Projeto com seus produtos e resultados; e
3. Conclusões e recomendações.

O Documento de Projeto (PRODOC) foi analisado em termos de estrutura lógica, objetivos, indicadores e metas bem como as atividades, explicitadas como meios para alcançar os objetivos, os riscos apresentados, o orçamento e desembolsos, bem como o tempo de duração do Projeto e necessidade de prorrogação deste tempo.

A análise do documento levou ao levantamento de questões chave a serem respondidas que diziam respeito à relevância, efetividade, eficiência, sustentabilidade e impacto do Projeto.

* **Metodologia da Avaliação de Meio Termo**

A metodologia de avaliação constou da análise dos documentos do Projeto e revisão da literatura relativa às questões de conservação e uso sustentável de recursos naturais de TIs pelos PIs. As entrevistas foram realizadas com responsáveis pelo Projeto, em nível central e local, com atores das comunidades e representantes institucionais. Dados de linha de base e de comparação provenientes dos levantamentos METT realizados em 2008 e 2013 foram analisados para verificar a efetividade de gestão e manejo das Áreas de Referência previamente selecionadas.

Os dados foram sistematizados e analisados para fundamentar o relatório de avaliação de meio termo do Projeto.

* **Principais Resultados e Produtos do Projeto**

**Resultado 1.** Mecanismos e ferramentas que permita reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, da biodiversidade florestal e dos serviços ambientais.

***Produto 1.1.*** *Diretrizes, estratégias e procedimentos legais definidos para as áreas destinadas à conservação e ao uso sustentável dentro dasTIs.*

***Produto 1.2.*** *Estratégias sustentáveis de financiamento desenvolvidas para a continuidade da gestão etnoambiental dentro dasTIs.*

***Produto 1.3.*** *Capacidades dos indígenas e dos parceiros do governo fortalecidas para o desempenho de novos papéis e procedimentos para TIs.*

***Produto 1.4.*** *Protocolos de vigilância, proteção e monitoramento elaborados e fortalecidos em áreas de entorno e dentro de TIs.*

**Resultado 2.** Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinadas à conservação em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas.

***Produto 2.1.*** *Planos de etnogestão, incluindo etnozoneamento, desenvolvidos para Áreas de Referência selecionadas por agentes ambientais indígenas e reconhecidos pelas autoridades relevantes.*

***Produto 2.2.*** *Redes nacionais e regionais de praticantes de etnogestão estabelecidas para replicar atividades e mecanismos destinados à conservação dentro de TIs.*

***Produto 2.3.*** *Programas de capacitação para apoiar a gestão territorial e ambiental efetiva nas redes regionais de TIs.*

***Produto 2.4.*** *Disseminação de materiais sobre o impacto do extrativismo sobre a condição e os serviços ecossistêmicos de áreas importantes para a conservação da biodiversidade.*

**Resultado 3.** Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais.

***Produto 3.1.*** *Recuperação de áreas degradadas em ARs que possam aumentar a conectividade florestal dentro da TI e no nível da paisagem.*

***Produto 3.2.*** *Uso piloto de técnicas agroecológicas e agroflorestais, usando conhecimento tradicional para agricultura e uso de recursos florestais para subsistência.*

***Produto 3.3.*** *Mecanismos piloto usados para promover a produção e o aumento do acesso ao mercado dos produtos indígenas.*

***Produto 3.4.*** *Lideranças e membros da comunidade indígena treinados para conduzir atividades de uso sustentável e para a gestão de comercialização.*

* **Desafios e Sucessos na Execução do Projeto BRA 09/G32**

*Principais Ameaças à biodiversidade em Terras Indígenas*

As práticas indígenas estão sempre sobre eminente ameaça, proveniente de fatores externos e internos. Estas ameaças são diferenciadas de acordo com a localização da TI, o bioma florestal onde se insere, a região e o tamanho. Portanto, trata-se de adaptar as intervenções do Projeto à singular situação de cada bioma, sendo necessário compreender as ameaças a cada um deles.

As ameaças à biodiversidade em TIs podem ser assim agrupadas:

1. aquelas geradas de usos da terra fora das Terras Indígenas, ou ameaças externas;
2. aquelas geradas pela extração de recursos por não-indígenas que invadem a TI, ou ameaças de invasão;
3. aquelas ameaças geradas pelo sobreuso dos recursos pelos PIs dentro das TIs, ou ameaças de sobreuso interno.

Dentro destes grupos, podem ser identificados diferentes vetores, como a agricultura e pecuária e diferentes impactos, como por exemplo, degradação do habitat e contaminação de nascentes.

* **Tabela de Avaliação de Produtos e Resultados**

A seguir apresenta-se a tabela de avaliação com as siglas especificadas no documento UNDP - *Evaluation Guidance for GEF-Financed Projects: Version for External Evaluators*, minuta final de 17 de março de 2011. Para os itens:

- Monitoramento e Avaliação, Execução pelas Agências de Implementação e Execução, Papel Catalítico e Resultados Gerais do Projeto foram concedidos os conceitos *Satisfactory, Moderately Satisfactory* e *Unsatisfatory* que significam Satisfatórios, Moderadamente Satisfatórios e Insatisfatórios;

- para Sustentabilidade, *Moderately Unlikely* e *Unlikely*, ou seja, Moderadamente Improvável e Improvável. Estes critérios estão colocados aos itens mostrados na Tabela de Avaliação de Produtos e Resultados.

|  |  |
| --- | --- |
| **Item** | **Nota** |
| **Monitoramento e Avaliação** |  |
| Qualidade geral de M&A | *MS* |
| Design inicial de M&A | *MS* |
| Implementação do plano de M&A | *MS* |
| **Execução pelas Agências de Implementação e Execução** | *S* |
| Qualidade geral de implementação e execução do Projeto | *S* |
| Execução pela Agência Implementadora | *S* |
| Execução pela Agência Executora | *MS* |
| **Resultados (outcomes)** | *MS* |
| Qualidade geral dos resultados do Projeto |  |
| Relevância | *HS* |
| Efetividade | *MS* |
| Eficiência | *MS* |
| **Papel Catalítico** |  |
| Produção de um bem público | *S* |
| Demonstração | *MS* |
| Replicação | *S* |
| Aplicação em escala maior | *MS* |
| **Sustentabilidade** |  |
| Probabilidade geral de riscos à sustentabilidade | *UM* |
| Financeira | *UM* |
| Socioeconômica | *UM* |
| Arcabouço institucional e governança | *UM* |
| Ambiental | *UM* |
| Resultados Gerais do Projeto | *UM* |

* **Recomendações**

O Projeto GATI está, atualmente, em um momento crítico de seu processo de implementação. Depois de uma longa fase de alinhamento interno e de preparação, as atividades estão sendo efetivamente implementadas. Há um alto nível de confiança entre as comunidades indígenas e as instituições que realizam o Projeto. Há também uma boa coordenação entre todas as organizações e um forte trabalho em equipe. Uma série de parcerias foi estabelecida, incluindo atores institucionais e sociais na implementação do Projeto. Há uma boa complementaridade do Projeto com iniciativas locais e se alcançou bons resultados com a adoção da PNGATI. Há também bons resultados com os cursos de formação e com os micro-projectos nas diversas Áreas de Referência.

No entanto, o Projeto também apresenta alguns pontos fracos que merecem ser abordados, como por exemplo, a limitada capacidade institucional dos principais executores e de organizações indígenas; a falta de agilidade no repasse e desembolso de recursos financeiros; o excesso de burocracia interna de instituições envolvidas, os quais implicam risco de não cumprimento integral dos objetivos do Projeto.

Com base na análise da documentação do Projeto, nas informações coletadas nas visitas de campo a TIs e nas entrevistas com os diversos atores que participam do Projeto, é possível identificar algumas recomendações ao melhor desempenho, eficiência e sustentabilidade do Projeto GATI:

1. O Projeto demanda uma extensão de tempo de execução para alcançar os objetivos e resultados esperados. Mesmo que haja algum atraso, as condições são boas para avançar na implementação.
2. As instituições públicas que participam do Projeto deve cumprir os seus compromissos políticos, técnicos e econômicos, que são necessários para garantir o sucesso do Projeto. Tanto a FUNAI quanto o Ministério do Meio Ambiente devem demonstrar um maior compromisso institucional. Nesse sentido, será importante honrar integralmente seus compromissos financeiros e suas contribuições para o orçamento do Projeto. O Ministério do Meio Ambiente deve ter maior participação na execução do Projeto em questões relacionadas com a implementação da PNGATI, levantando fundos para o uso sustentável e conservação de recursos naturais e da biodiversidade de terras indígenas, para o desenvolvimento de planos de gestão ambiental de terras indígenas, formação e sensibilização nas áreas de conservação, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável etc.
3. A FUNAI precisa ser fortalecida em termos de recursos financeiros para dar prosseguimento à execução com efetividade.
4. O instrumento de monitoramento e avaliação adotado pelo GEF, no caso o METT, deve ser analisado e adaptado sob a perspectiva indígena do desenvolvimento de ações junto à população indígena. A diversidade cultural, de valores e sócio-econômica e ambiental exige consideração específica. A adaptação do instrumento de monitoramento, METT, deve ser compatível com as culturas e com os direitos indígenas.
5. A equipe técnica do Projeto deve ser consolidada e fortalecida para alcançar todos os objetivos e resultados do Projeto. Em particular, merece atenção a equipe de consultores regionais, uma vez que, do ponto de vista da eficácia das ações junto à população indígena depende, não só de seu trabalho, como também do apoio e fortalecimento institucional da instituição executora.
6. Na medida do possível, a contratação de profissionais indígenas deve ser prioritária para enriquecer o perfil da equipe do Projeto.
7. No planejamento futuro das ações do Projeto, será importante considerar a demanda por tempo para o diálogo com os povos indígenas e suas organizações e para a obtenção de consensos internos antes da implementação das atividades.
8. As organizações indígenas locais e regionais que participam do Projeto devem ser capacitadas e fortalecidas internamente. Há necessidade de apoio às suas estruturas internas para garantir a sustentabilidade de suas ações e fortalecer sua capacidade de gestão.
9. O Projeto GATI pode ser considerado como importante instrumento para impulsionar as relações entre o Estado e as comunidades indígenas e suas ações sob o paradígma participativo devem resultar em relevantes subsídios às políticas públicas, envolvendo atividades de uso sustentável de recursos naturais e de conservação da biodiversidade de seus territórios pelos povos indígenas. Para o fortalecimento destas relações e de sua sustentabilidade, torna-se importante impulsionar a implementação de redes de comunicação entre as instituições parceiras, a população indígena e suas organizações.
10. Em relação à recomendação anterior, verifica-se a necessidade de capacitação com aprofundamento de temas relacionados às políticas públicas e aos direitos dos povos indígenas, na busca de alcançar maior autonomia das comunidades indígenas em suas relações com o Governo.
11. Por outro lado, o fortalecimento da capacidade organizacional indígena regional deve conter estrutura para serem consideradas no planejamento nacional. Para tornar isso possível, o Projeto GATI poderia realizar ações de *advocacy* voltadas ao alcance deste objetivo de suma relevância.
12. As informações sobre as ações do Projeto GATI e outras formas de comunicação entre a população indígena e a população envolvente devem fazer parte de um plano de comunicação, utilizando instrumentos de mídia direcionados aos diferentes públicos alvo. Isso permitirá que as comunidades locais estejam cada vez mais envolvidas nas ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade, mas também que a população brasileira reconheça a contribuição das TIs e dos Pis ao desenvolvimento sustentável.
13. Para acelerar o uso dos recursos financeiros do Projeto, há que reduzir e adequar os procedimentos burocráticos das instituições envolvidas na gestão do Projeto. Nesta linha, recomenda-se a simplificação dos procedimentos de empenho de despesas, de autorização para aprovação de micro-projetos e de adoção de decisões de acordos com parceiros selecionados.
14. É necessário reforçar e promover a incorporação de ações de micro-projetos e decidir sobre que iniciativas podem obter financiamentos maiores para garantir a sustentabilidade de suas ações. As organizações indígenas esperam ansiosamente esta iniciativa e gostariam de ver mais resultados em nível local e possibilidades de replicação. A atuação com micro-projetos deve ser uma das prioridades e pilares do Projeto na próxima fase de execução.
15. Torna-se importante uma maior participação das mulheres em projetos de uso sustentável da biodiversidade e geração de renda, nas diversas ARs. Seria importante definir uma porcentagem de projetos aprovados em que se considere a questão de gênero. Uma alternativa diferente, mas complementar, seria a abertura de uma linha específica para micro-projetos executados por mulheres indígenas. Especialmente importante é também importante a participação das mulheres, não só nas atividades produtivas, como também o registro da participação por gênero nas capacitações desenvolvidas.
16. Garantir a sustentabilidade da relação com os parceiros do Projecto GATI é de suma importância. Da mesma forma, torna-se importante fortalecer as relações com outras ONGs que trabalham nas áreas de referência onde atividades do Projeto estejam em desenvolvimento. Os Comitês Regionais podem ser um bom instrumento para garantir tais relações.
17. Apesar da PNGATI ser considerada um resultado importante para a execução do Projeto, é necessário diferenciar a implementação da PNGATI dos objetivos do Projeto e de suas formas de execução.

18)Duas questões relevantes para fortalecer a nova fase de implementação são a segurança jurídica dos territórios indígenas e as metodologias de conservação e uso sustentável da biodiversidade florestal. A segurança jurídica é fundamental para a sustentabilidade das ações de gestão territorial e ambiental. Neste sentido, a FUNAI deve também priorizar o processo de demarcação territorial e de proteção das terras que já são reconhecidas. Isto também demanda maior aproximação com os assuntos e questionamentos realizados no Congresso brasileiro, evitando riscos à integridade das TIs.

19)No que diz respeito à questão da conservação da biodiversidade das TIs, é necessário dar mais visibilidade à contribuição das ações de monitoramento destas terras, com divulgação de imagens de satélite, mostrando que o desmatamento e a degradação em TIs é menor que nas áreas exteriores. Este procedimento de monitoramento já vem sendo realizado, mas tornam-se importantes seu desenvolvimento em outras áreas e a maior disseminação dos resultados obtidos.

20)Por último, outra forma de monitoramento com a participação da população indígena está sendo planejada em parceria entre FUNAI/Projeto GATI e o ICMBio, aplicando metodologia desenvolvida pela parceria com as instituições IPÊ e Fundação Moore e ICMBio com base no Projeto Monitoramento Participativo da Biodiversidade.Esta alternativa, que foi desenvolvida para aplicação em UCs, possibilitará o monitoramento pelos povos indígenas de TIs sobrepostas a UCs.

**iii. Lista de Siglas e Abreviaturas**

AC Estado do Acre

AER(s) Escritório(s) de Administração Executiva Regional (FUNAI)

AM Estado do Amazonas

AP Estado do Amapá

AP(s) Área(s) Protegida(s)

APOINME Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

APs Áreas protegidas

ARPA Áreas Protegidas da Amazônia

ARPIN-SE Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste

ARPIN-SUL Articulação dos Povos Indígenas do Sul

ARPIPAN Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e sua Região

BA Estado da Bahia

CAFI Centro Amazônico de Formação Indígena

CBD Convenção da Diversidade Biológica

CDP Comitê Diretor do Projeto

CE Estado do Ceará

CEO/GEF Diretor Executivo do Global Environmental Facility

CF Coordenador Financeiro do Projeto

CFI(s) Centro(s) de Formação Indígena

CI Custo Incremental

CIR Conselho Indígena de Roraima

CNPI Comissão Nacional de Política Indigenista

CNPT Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável

COIAB Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente

COP Conferência das Partes da CBD

CRD(s) Conselhos Regionais (sob a estrutura de implementação do Projeto)

CTC(s) Comitê(s) Técnico-científico(s)

CTP Coordenador Técnico do Projeto

ES Estado do Espírito Santo

FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI Fundação Nacional do Índio

FUNASA Fundação Nacional de Saúde

GEF *Global Environment Facility*

GOB Governo do Brasil

GTI Grupo de Trabalho Interministerial

Ha(s) Hectare(s)

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

M&A Monitoramento e Avaliação

MDS Ministério do Desenvolvimento Social

METT Ferramenta de Monitoramento de Efetividade de Gestão

MG Estado de Minas Gerais

MMA Ministério do Meio Ambiente

MMJ Ministério da Justiça

MS Estado de Mato Grosso do Sul

MT Estado do Mato Grosso

NEX Execução Nacional (modalidade do PNUD)

NR Núcleo Regional

OIs Organizações Indígenas

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONGs Organizações não-governamentais

PAT Plano Anual de Trabalho

PB Estado da Paraíba

PDA Projetos Demonstrativos do Tipo A

PDPI Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas

PE Estado de Pernambuco

PIs Povos Indígenas

PNAP Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNB Política Nacional de Biodiversidade

PNGATI Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POA(s) Plano(s) Operacional(is) Anual(is)

PPTAL Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

PR Estado do Paraná

PSA Pagamento por Serviços Ambientais

RAP Relatório Anual do Projeto

RI Relatório Inicial

RIP Revisão de Implementação do Projeto

RJ Estado do Rio de Janeiro

RO Estado de Rondônia

SAF(s) Sistema(s) Agroflorestal(is)

SE Estado de Sergipe

SEDR Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SO1/GEF Objetivo Estratégico 1 do GEF

SP Estado de São Paulo

SP 3 Prioridade Estratégica 3 (do GEF)

TIs Terras Indígenas

TO Estado do Tocantins

UC Unidades de Conservação

UGP Unidade de Gestão do Projeto

US Dólares americanos

WWF World Wildlife Fund

**Projeto BRA/09/G32 – Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros**

**SUMÁRIO**

1. Projeto BRA/09/G31 – Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros.............................................................................................. i

ii. Sumário Executivo ……………………………………………………..… ii

* Breve Descrição do Projeto …..........……………………………….. iii
* Proposta e Objetivos da Avaliação de Meio Termo ................... iv
* Metodologia da Avaliação de Meio Termo ................................... v
* Principais Resultados .................................................................. vi
* Desafios e Sucessos da Execução do Projeto ............................. viii
* Recomendações .......................................................................... ix

iii. Lista de Siglas e Abreviaturas ......................................................... xii

1. Introdução 17

1.1. Propósito da Avaliação de Meio Termo 19

1.2. Critérios para a Avaliação e Questões Chave a serem Analisadas 20

1.3. Metodologia utilizada no Processo de Avaliação 22

2. Contexto e Desenvolvimento do Projeto BRA 09/G32 23

2.1. Quanto ao Contexto de Elaboração e Desenvolvimento do Projeto 23

2.2. Quanto ao Desenvolvimento do Projeto 25

2.3. Problemas que o Projeto buscou Direcionar............................................ 28

2.4. Principais Atores Envolvidos no Projeto................................................... 28

3. Principais Achados 32

3.1. Pontos Relevantes Encontrados pela Avaliação 33

3.1.1. Sobre os Fóruns de Participação e Promoção da Cogestão 33

3.1.2. Experiências Exitosas, Aprendizados, Replicação e Disseminação de Dados 34

3.1.3. Execução do Projeto e as Estratégias Adotadas 36

3.1.4. Atividades que Necessitam de Melhores Indicadores para Monitoramento e Avaliação 38

3.1.5. Implementação do Projeto: Monitoramento e Avaliação 39

3.1.6. Arranjos Institucionais e de Parcerias 39

3.1.7. Sustentabilidade 40

3.1.8. Apropriação pelo País e Integração de Agendas 41

3.2. Formulação do Projeto 42

3.2.1. Quanto ao Desenho do Projeto 44

3.2.2. Premissas e Riscos 47

3.3. Lições Advindas de outros Projetos Relevantes ao BRA 09/G31 49

3.4. A Participação de Atores Locais 51

3.5. A Possível Replicabilidade do Projeto 52

3.6. Custo-efetividade 52

3.7. Vantagem comparativa do PNUD 53

3.8. Ligações entre o Projeto e outras Intervenções no Setor, inclusive Arranjos Gerenciais 54

4. Implementação do Projeto 55

4.1. Uma Visão Geral das Ações Implementadas e em Implementação 55

4.2. Resultados do Projeto 67

4.2.1. Resultados, Produtos e Atividades Realizadas 67

4.2.2. Retroalimentação das atividades de M&A usadas para a Gestão Territorial e Ambiental de TIS (METT) 68

4.3. Orçamento do Projeto 72

5. Conclusões e Recomendações 74

5.1. Conclusões 74

5.2. Recomendações..................................................................................... 76

6. Referências Bibliográficas 110

7. Anexos 113

Anexo 1

Cofinanciamento 113

Anexo 2

Cofinanciamento não em dinheiro 113

Anexo 3

Termos de Referência 114

Anexo 4

Itinerário e sumário de visitas de campo 129

Anexo 5

Documentos revisados 137

Anexo 6

Lista de entrevistados 140

Anexo 7

Questionário socioambiental e econômico 141

Anexo 8

Evaluation Consultant Agreement Forms 143

Anexo 9

Curriculo dos avaliadores 144

8. Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1: Organograma do Projeto ............................................................. 65

Quadro 2: Sumário das Ações e Andamento do Projeto .............................. 81

Quadro 3: Aplicação da Ferramenta METT – 2008 e 2013 ............................ 68

Quadro 4: METT scores for the ARs analysed in 2013 (MTE) …….……….. 69

Tabela 1: Execução GEF/Por Resultado/Ano....................................................73

Tabela 2: Execução GEF: % de Realização – Planejamento Anual................ 73

Tabela 3: Execução Contrapartida: Anual por Instituição....... ...................... 73

1. **Introdução**

O Brasil é um país de proporções continentais e seus 8,5 milhões de km² ocupam quase a metade da América do Sul. Este imenso continente abarca várias zonas climáticas, como o trópico úmido no Norte, o semi-árido no Nordeste e áreas temperadas no Sul. Estas diferenças climáticas levam a grandes variações ecológicas, formando zonas biogeográficas distintas, os chamados biomas. Entre os biomas brasileiros, quatro são florestas: a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica. O quinto bioma, o Pantanal, embora classificado como uma planície inundável inclui ecossistemas florestais singulares na transição entre os biomas florestais Amazônia e Cerrado. O sexto bioma, Pampas, não é um ecossistema florestal e compreende 2% do território nacional. A variedade de biomas apresenta também a diversidade da flora e fauna brasileiras. Por outro lado, o Brasil também possui grande diversidade étnico-cultural que demanda proteção assim como as áreas onde esta diversidade se reproduz.

O presente relatório diz respeito à diversidade étnica e à diversidade dos biomas brasileiros onde se inserem as Terras Indígenas. Estima-se haver no Brasil mais de 240 povos indígenas que somam, segundo o Censo do IBGE 2010, 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país.

As Terras Indígenas (TIs) ocupam uma extensão de 1.131.906 km2, 13.3% das terras do país. Os Povos Indígenas (PIs) que ocupam este território são de 215 etnias, falando pelo menos 150 línguas. Em todos os biomas onde se inserem as TIs, vivem PIs que vêm desenvolvendo sua forma de vida específica de conviver com o meio ambiente.

A maior parte das TIs concentra-se na Amazônia Legal: são 422 áreas com um total de 111.401.207 hectares, representando 22,25% do território amazônico e 98,42% da extensão de todas as TIs do país. O restante 1.58% espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estado do Mato Grosso do Sul.

Essa situação de flagrante contraste explica-se pelo fato da ocupação do território do Brasil ter sido iniciada pelo litoral. Os embates por terras no período de colonização foram empurrando os indígenas que viviam nestas áreas para o interior do país. Esta desocupação de terras fez com que sobrassem aos índios partes diminutas onde estão localizadas TIs do Sul e Sudeste e outras no litoral e que são territórios conquistados com muito esforço. No Estado de São Paulo, por exemplo, a terra Guarani Aldeia Jaraguá tem apenas dois hectares de extensão, o que impossibilita que povos indígenas vivam da terra.

Assim, as terras indígenas na Amazônia têm grande proporção e chamam também a atenção nacional e internacional. Nas últimas décadas, a questão indígena tem tomado vulto no Brasil, principalmente como resultado da crescente importância das áreas de florestas da Amazônia como um dos últimos redutos naturais do planeta. Porém, outros biomas florestais têm adquirido importância gradual quando se trata da conservação da biodiversidade florestal.

O presente relatório de avaliação de meio termo centra-se em um projeto de gestão de terras indígenas localizadas em quatro dos cinco biomas brasileiros, quais sejam:

1. O bioma Amazônia, que corresponde a 49% do território nacional e onde se concentra o maior bloco contínuo de floresta tropical, representando cerca de 30% das florestas tropicais do mundo. Apesar de sua vasta extensão territorial e de sua rica biodiversidade, o bioma é extremamente vulnerável a ações antrópicas.
2. A Mata Atlântica representa 13% do território nacional, estendendo-se ao longo da costa brasileira. A maior parte deste bioma foi desmatada, sobrando área de floresta onde ainda se encontra diversidade de fauna e flora. A caatinga é um bioma florestal seco, ocupando 80% do território da Região Nordeste do Brasil, sofrendo ameaças constantes pelas ações antrópicas.
3. O Cerrado representa 24% do território nacional, incluindo diversos ecossistemas e se apresentando como uma das 25 regiões mais ricas em biodiversidade e mais ameaçadas do planeta, segundo o estudo de *Hotspots* da Conservation International (CI 2005). Este bioma faz conexão com quase todos os biomas e possui uma larga zona de transição entre este e o bioma Amazônia. O bioma Cerrado sofre ameaças de desmatamento e de ocupação do solo e estas alterações antrópicas têm levado à degradação de seus ecossistemas.
4. O Pantanal é um bioma heterogêneo em termos de vegetação e o Cerrado exerce grande influência sobre ele, pelas águas de seus rios em direção do Pantanal. Sofre grandes pressões geradas, principalmente, por projetos de infraestrutura e poluição pelo uso de pesticidas em áreas agricultáveis de seu território.

Estas são as principais características dos biomas onde se inserem as TIs que compõem a área de atuação a ser analisada. A gestão destas áreas pelos povos que as habitam é o objeto do Projeto: “Catalização da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros”, também chamado Projeto “Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas”, Projeto GATI.

O Projeto GATI é constituído pela parceria do movimento indígena, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Projeto é considerado um projeto piloto de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) que apoia o protagonismo e o fortalecimento dos povos e organizações indígenas no desenvolvimento e consolidação de estratégias de gestão e uso sustentável da biodiversidade.

A abrangência de atuação do Projeto GATI envolve oito núcleos regionais com 32 Terras Indígenas que são consideradas como áreas de referência do Projeto. O Projeto centra-se em três principais resultados e seus produtos estão relacionados com: i) mecanismos e ferramentas que devem conduzir ao reconhecimento e valorização de terras indígenas, como áreas de efetiva conservação da biodiversidade, de recursos naturais e de serviços ambientais; ii) uma rede de TIs que servem de modelo de gestão ambiental, visando a conservação em diferentes biomas e sendo administrada pelos povos indígenas e suas organizações; iii) modelos sustentáveis e replicáveis de gestão florestal, fundamentados em instrumentos de etnogestão, como o etnomapeamento e etnozoneamento, compondo os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).

Assim, este relatório de avaliação busca analisar as atividades desenvolvidas, em conformidade com os objetivos propostos pelo Projeto, na busca dos produtos e resultados, acima mencionados de forma sintética.

* 1. **Propósito da Avaliação de Meio Termo**

O objetivo da presente avaliação de meio termo é analisar a implementação, resultados e sucessos do Projeto BRA 09/G32, extraindo lições aprendidas que possam melhorar a sustentabilidade de ações e fortalecer a gestão e o monitoramento deste e de outros projetos afins. Visa identificar potenciais problemas de planejamento, avaliar o progresso rumo ao alcance dos objetivos e recomendar ações específicas que possam melhorar o Projeto, identificando sinais de sucesso ou fracasso e indicando os ajustes necessários.

Mediante a identificação e análise da documentação das atividades do Projeto, a avaliação deve, também, promover subsídios à eficácia organizacional, sugerir melhor desenvolvimento das atividades do Projeto e inclusive melhorar o planejamento e a implementação de outros projetos. O relatório será apresentado na reunião de um grupo composto por representantes da FUNAI e do PNUD.

* 1. **Critérios para a Avaliação e Questões Chave a serem Analisadas**

O relatório segue a estrutura prevista no *UNDP Evaluation Guidance for GEF-Financed Projects.* Analisa os cinco critérios de avaliação previstos, quais sejam: relevância, efetividade, eficiência, impacto e sustentabilidade.

A questão chave geral permeia o documento e se coloca de forma a responder à proposição: como conservar a biodiversidade e os recursos naturais de terras indígenas, fortalecendo formas próprias de manejo, uso sustentável dos recursos naturais dos povos indígenas em seus territórios? Como promover a inclusão social de comunidades indígenas, promovendo uma política de gestão ambiental em territórios indígenas que aumente sua contribuição para a conservação da biodiversidade e para a proteção e segurança dos meios de vida dos povos indígenas? O Projeto está fazendo isso?

O Projeto tem uma contribuição relevante a fazer às políticas brasileiras de cogestão, territorialidade e gestão ambiental? Acima de tudo, o Projeto busca cumprir e seguir normativas internacionais em relação aos povos indígenas, conforme o estabelecido no Documento de Projeto (PRODOC):

*“A necessidade de sustentar a política do PNUD de consentimento prévio informado dos PIs: Em coerência com convenções das Nações Unidas como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, o PNUD promove e apoia os direitos dos povos indígenas ao consentimento informado, livre e prévio em relação a planejamentos e programas de desenvolvimento que possam afetá-los (Política e Salvaguardas a Povos Indígenas, PNUD-IPP). A estratégia do Projeto (tanto na fase de desenvolvimento quanto na fase de implementação) baseia-se amplamente em consultas extensivas aos PIs e OIs e também dá ênfase significativa à capacitação para PIs e OIs para que eles sejam bem informados e tenham todas as informações necessárias para cumprir seus papéis cruciais.”*

O Projeto também se orienta pela Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas (2007) e pelo Código de Tkarihwaié:ri[[1]](#footnote-1), elaborado pela Convenção de Diversidade Biológica em 2010, que estabelece princípios de conduta ética para trabalhos com povos indígenas.

**Relevância:** é avaliada em relação ao problema enfrentado, dentro do contexto maior de conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais de terras indígenas do País e do contexto global.

A concepção e os planos operativos do Projeto atendem aos anseios da população indígena, de suas organizações e necessidades ecológicas do planeta? Ou, para citar a Matriz de Critérios de Avaliação do GEF, “Qual é a relação do Projeto com os objetivos principais das áreas focais da Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade e do GEF, e às prioridades ambientais e de desenvolvimento em níveis local, regional e nacional?”

**Efetividade:** este critério analisa o alcance dos resultados esperados e respectivos produtos, refletindo-se na contribuição das ações do Projeto ao desenvolvimento de capacidades de gestão ambiental e territorial nas Áreas de Referência, respeitando-se as formas próprias de manejo dos recursos naturais dos PIs, conforme expresso nos objetivos de longo prazo e imediato do Projeto.

De acordo com o “Documento Orientador para Revisão de Meio Termo”, junho de 2014, a Ferramenta de Acompanhamento da Efetividade da Gestão (METT) foi aplicada aos anos 2008 e 2013, possibilitando aferir alguns efeitos do Projeto, apesar de ter captado variabilidade na qualidade das informações com quedas dos *scores* em relação à aplicação em 2008. A pertinência desta observação foi verificada mediante um processo de avaliação mais realista de cada Terra Indígena, com base em mais de um ano de trabalho com as Áreas de Referência. Vários problemas na aplicação do METT em 2008 foram identificados. Isto porque, o preenchimento do instrumento foi realizado para apoiar a elaboração da proposta de projeto, demonstrando pouca profundidade nas informações sobre a existência de atividades prejudiciais ao meio ambiente e sobre a realidade socioambiental das áreas selecionadas. O conjunto de informações coletadas em 2012 está sendo reanalisado e avaliado por consultoria específica.

O Projeto vem atingindo os resultados e produtos previstos, promovendo o desenvolvimento de capacidades? Ou, “Em que medida os resultados esperados e objetivos do Projeto foram ou serão alcançados?”

**Eficiência:** o Projeto está desembolsando os recursos oferecidos com o mínimo de desperdício, para atingir os resultados e produtos previstos? Ou, “O Projeto foi implementado eficientemente, de acordo com as normas e os padrões internacionais e nacionais?”

**Sustentabilidade:** o Projeto oferece condições financeiras e institucionais e de governança para prosseguir nos seus esforços durante e depois do período de sua execução? As tendências socioeconômicas e ambientais apontam para a continuidade da conservação e do desenvolvimento sustentável? Quais as influências do Projeto nesse sentido? Ou, “As condições existem para a sustentação dos benefícios e resultados relacionados ao Projeto?”

**Impacto:** o Projeto promove a preservação dos valores ecológicos e culturais, e da biodiversidade, ao mesmo tempo em que melhora a situação socioeconômica da população? Ou, alternativamente, “Resultados: Quais são os resultados atuais e potencias, em longo prazo, das atividades apoiadas pelo Projeto?”

**1.3. Metodologia utilizada no Processo de Avaliação**

Dois consultores foram contratados em novembro de 2014: **Mary Dayse Kinzo**, designada Consultor 1 - Coordenadora responsável pela coordenação geral da avaliação e por garantir a qualidade dos relatórios, a narrativa e a coerência dos mesmos, consolidar informações, manter comunicação estreita com o Consultor de Avaliação e supervisionar as atividades. **Mikel Berraondo**, designado como Consultor de Avaliação II, responsável por apoiar os trabalhos do Consultor I e trabalhar de forma conjunta sugerindo melhoras no relatório, propondo recomendações nos arranjos de implementação, analisar o aspecto da conservação da biodiversidade e das atividades afins como os sistemas agroflorestais, indicadores METT, apoiar na tradução e entrega do relatório nas versões em português e inglês.

Além de extensa revisão da literatura e da documentação do Projeto, entrevistas em Brasília e nas Áreas de Referência do Projeto com observações *in situ* foram realizadas. Questões objetivas e com roteiros flexíveis possibilitaram o levantamento de dados em campo e os dados de linha de base e de comparação provenientes dos levantamentos METT conduziram aos esclarecimentos necessários à elaboração do relatório de meio termo. Os técnicos, em nível central e regional e os técnicos participantes do Projeto das Áreas de Referência visitadas foram entrevistados e contribuíram com subsídios à definição de lições aprendidas e às recomendações propostas.

Os principais atores envolvidos na execução do Projeto, tanto na FUNAI como no MMA e no PNUD, foram entrevistados. Nos Núcleos Regionais visitados foram entrevistados atores locais, bem como de organizações indigenistas.

Além da documentação do Projeto e de sua implementação como boletins e relatórios de eventos e de capacitações elaborados pelos técnicos do Projeto e das instituições envolvidas e alguma documentação acadêmica relacionada serviram de base para as análises realizadas.

**Ética**

Os informantes não são citados nominalmente.

1. **Contexto e Desenvolvimento do Projeto BRA 09/G32**
   1. **Quanto ao Contexto de Elaboração e Execução do Projeto**

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Projeto GATI) emerge em contexto favorável às discussões sobre a contribuição das Terras Indígenas (TIs) à conservação dos ecossistemas florestais brasileiros. Estas discussões tiveram como base o processo de criação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

O PNAP foi discutido e elaborado em decorrência da adoção pelo Brasil, em 2004, do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da Sétima Conferência das Partes (COP 7) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Decisão VII/28. Para a implementação deste Programa, o Governo Brasileiro se comprometeu a formular um plano nacional definindo princípios, diretrizes e objetivos com a finalidade de que o País reduzisse a taxa de perda de biodiversidade, por meio de um sistema abrangente de áreas protegidas.

Em 2005 foi criado, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, um Grupo de Trabalho (GT) visando à elaboração da proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas. O GT incluiu um Grupo Técnico especializado para propor objetivos e estratégias específicas para a zona costeira e marinha, seguindo também as recomendações da CDB (Decisão VII/5). Os GTs realizaram reuniões e eventos que contaram com a contribuição de especialistas, servidores públicos, gestores de unidades de conservação, representantes de organizações não governamentais e movimentos sociais, além de lideranças indígenas e quilombolas, durante o ano de 2005.

Considerando que as TIs, como Áreas Protegidas, representavam uma oportunidade de conservação da biodiversidade, o PNAP reconheceu este papel. Este reconhecimento contribuiu ao fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), complementando-o com outras formas de proteção, a fim de cumprir as metas de conservação biogeográfica.

O PNAP foi aprovado em abril de 2006 e se propôs a ser um instrumento de pactuação para a redução da perda da biodiversidade com base em um sistema de áreas protegidas. O Plano estabeleceu áreas protegidas como “as áreas definidas geograficamente, cuja regulamentação e administração promovam a proteção, conservação, recuperação e o uso sustentável da biodiversidade, bem como a repartição justa e equitativa dos benefícios, contemplando de forma prioritária as Unidades de Conservação, as Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas” (MMA, 2006).

Neste contexto de participação, o movimento indígena e seus representantes entenderam a necessidade de um projeto mais abrangente que apoiasse ações de conservação da biodiversidade e de uso sustentável de recursos naturais dos biomas onde se localizam as TIs.

Assim, em 2003 e 2004 o movimento indígena procedeu a articulações junto ao MMA e um GT foi criado para a elaboração de uma proposta de projeto. O GT foi constituído por maioria indígena e com participação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). Em 2006, o MMA concedeu recursos para a realização de oficinas visando a elaboração de uma proposta de projeto para que fosse apresentada ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial – *Global Environment Facility (GEF).*

O processo exigiu consenso do movimento indígena e dos parceiros MMA, FUNAI e GEF. Após longo período de negociações, a proposta de projeto foi levada a consultas regionais junto aos povos indígenas e os subsídios e consenso embasaram a proposta definitiva do projeto encaminhada ao GEF e aprovada em agosto de 2009.

O Documento de Projeto (PRODOC) incluiu argumentações consistentes e considerou que as TIs têm potencial de duplicar a área dos biomas sob regime de conservação, representando benefício para a população indígena, para o País e contribuindo para a sustentabilidade global.

De acordo com dados de 2013 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Brasil possui 672 TIs, as quais correspondem a 109.878.148 hectares de superfície, estendendo-se pelos biomas florestais brasileiros. Embora quase 70% da área total das TIs estejam no bioma Amazônia, estas têm importante papel na promoção da conservação em outros biomas tanto pela riqueza biológica quanto pela conectividade com outras áreas protegidas. As TIs têm grande valor ambiental, uma vez que a cultura dos Povos Indígenas promove a sustentabilidade ecológica destas, pela forma como ocupam suas terras (Little, 2002).

O papel que as TIs desempenham na conservação das florestas e sua consideração no PNAP não retira destas terras e dos Povos Indígenas, o acesso ao marco legal preconizado no Artigo 231 da Constituição Federal do Brasil:

*“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

*§ 1º são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar.......”*

Os Povos Indígenas possuem modos de vida distintos e formas próprias de se relacionar com a natureza, exigindo, desta forma, ações de conservação adaptadas às suas necessidades e ao seu entendimento cultural.

Este entendimento é baseado também no direito à informação e consentimento prévio pelos PIs, como expresso nas normativas internacionais das convenções das Nações Unidas (Política de Salvaguardas a Povos Indígenas, PNUD-IPP) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Convenção 169, como expresso no PRODOC:

*“o PNUD promove e apoia o direito dos povos indígenas ao consentimento informado, livre e prévio em relação a planejamentos e programas de desenvolvimento que possam afetá-los” e*

*“....os governos deverão: consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;*

*....as consultas deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado (Artigo 6º). Ainda, no Artigo 7º:*

*“Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente.”*

O direito de consulta prévia, estabelecido na Convenção 169/OIT, constituiu-se em inovação para o legislativo e para as ações do executivo brasileiro, tendo representado oportunidade para a construção conjunta de um processo de entendimento entre povos indígenas, suas organizações e o Estado.

Desta forma, a proposta do Projeto GATI demandou consultas aos PIs. Mas, apesar dos diálogos que antecederam as decisões sobre os componentes e áreas a serem contempladas pelo Projeto, ainda assim, houve lacunas no entendimento e faltaram informações em relação aos objetivos e escopo do Projeto por parte das comunidades indígenas inclusas nas Áreas de Referência selecionadas.

* 1. **Quanto ao Desenvolvimento do Projeto**

As providências para definir os responsáveis pelas instâncias da estrutura e organização previstas pelo PRODOC foram tomadas. Assim, definiu-se o Diretor Nacional do Projeto, o Coordenador Nacional, o Coordenador Técnico, o Coordenador Financeiro e Assessores Administrativos do Projeto.

Além disto, o Projeto passou a ser apoiado por 17 Coordenações Regionais da FUNAI, com pelo menos um servidor de cada CR designado a acompanhar e dar apoio aos consultores contratados para as Áreas de Referência (em anexo, a estrutura gerencial do Projeto).

A FUNAI definiu por Portaria nº 562/2011, a constituição da Unidade Gestora do Projeto (UGP). Esta Unidade possui estratégia e procedimentos para análise de desempenho, por meio de Relatórios de Progresso Eletrônico, podendo assim proceder ao acompanhamento físico-financeiro para o cumprimento das metas estabelecidas pelo PRODOC.

De acordo com análise dos documentos apresentados pela Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), coordenadorias afins, Unidade Gestora do Projeto, pelo Coordenador Técnico e responsável no PNUD, verifica-se que a estrutura do Projeto vem correspondendo adequadamente ao exigido pelo bom desempenho e para a consecução dos resultados das atividades executadas.

Quanto ao desenvolvimento de suas atividades, o Projeto GATI, após a aprovação de seu documento (PRODOC) e de sua assinatura, em outubro de 2008, realizou a primeira reunião em janeiro de 2009 com a participação dos membros do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a definição dos primeiros procedimentos a serem seguidos.

Por ocasião desta reunião, foi considerado o fato de que as instâncias que cuidariam da execução do Projeto, a FUNAI, o Ministério do Meio Ambiente e as organizações indígenas, estavam plenamente envolvidas na elaboração da minuta de decreto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) que depois foi assinada como Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.

A elaboração do documento de Política demandou um longo processo de diálogos, com reuniões regionais de discussão de seu conteúdo, sem contar as reuniões prévias ou preparatórias e nas quais participaram um total de 1.240 indígenas de 186 povos, cuja documentação pode ser consultada no *site https://sites.google.com/site/pngati/.* As reuniões contaram com a presença dos membros do GTI da PNGATI que se sobrepunham aos membros do GTI do Projeto 09/G32.

Desta forma, em janeiro de 2010, os membros dos GTIs decidiram pela necessidade de adiar o início das atividades do Projeto, aguardando o término das consultas regionais do PNGATI.

A Política instituída com base no Decreto nº 7.747, de junho de 2012, constitui-se em iniciativa que reconhece o papel das terras indígenas na conservação da biodiversidade brasileira e define os papeis a serem desempenhados pelas instâncias governamentais municipais, estaduais e federal, na gestão desses territórios.

No Art. 1º do Decreto, a PNGATI tem como objetivo “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente”.

A Política explicita que as ferramentas para a gestão territorial e ambiental são o etnomapeamento, isto é, a elaboração de mapeamento de áreas de relevância ambiental, sócio-cultural e econômica para os PIs e realizado de forma participativa, e o etnozoneamento, que consiste no planejamento participativo visando a categorização de áreas de relevância ambiental, sócio-cultural e econômica e realizada com base no etnomapeamento.

Estas ferramentas fornecerão a base para a formulação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), que também estão previstas no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012-2015) sob rubrica de Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, em conformidade com os acordos institucionais realizados com o MMA e com o Comitê Diretor no âmbito do Projeto Gestão Territorial e Ambiental Indígena (GATI). Os PGTAs são considerados como instrumento de diálogo intercultural e de planejamento.

A PNGATI tem seus objetivos específicos estruturados em eixos, quais sejam:

* Eixo 1: proteção territorial e dos recursos naturais;
* Eixo 2: governança e participação indígena;
* Eixo 3: áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas;
* Eixo 4: prevenção e recuperação de danos ambientais;
* Eixo 5: uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas;
* Eixo 6: propriedade intelectual e patrimônio genético; e
* Eixo 7: capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

A estrutura organizacional da Política é apresentada no capítulo “da Governança”, estabelecendo o Comitê Gestor da PNGATI, os Comitês Regionais da FUNAI e a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), assegurando a participação dos representantes dos povos indígenas no processo de implementação da Política.

Estes eixos da Política fornecem as diretrizes para o desenvolvimento de atividades propostas pelo Projeto GATI, objeto da presente avaliação de meio termo.

De certa forma, a PNGATI se apresentou como instrumento de legitimação para a implementação das atividades do Projeto de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, Projeto GATI.

* **Propósito ou Objetivo Imediato**

Adotar uma estratégia de gestão ambiental em Terras Indígenas (TI) por Povos Indígenas (PI) testada e oficialmente reconhecidas para a conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade florestal. O Projeto atingirá essas metas por meio dos três Resultados estabelecidos e de seus produtos, acima mencionados.

O projeto dá muita ênfase ao desenvolvimento das capacidades de povos indígenas e de organizações indígenas, bem como de instituições parceiras do governo que devem apoiar estes povos na realização do objetivo do projeto. As atividades de capacitação perpassam todos os resultados do projeto, incluindo um produto específico de capacitação adaptado às necessidades para que se atinjam resultados relevantes.

* **Objetivo de longo prazo**

Catalisar a consolidação das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade de ecossistemas florestais brasileiros e como parte integrante do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e das Políticas de Gestão Ambiental para Terras Indígenas.

Para tanto, o projeto irá fortalecer as formas étnicas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nesses territórios com base em instrumentos de etnomapeamento e etnozoneamento e irá também promover a inclusão social e econômica dessas comunidades, fomentando assim uma política de gestão ambiental em territórios indígenas que aumente sua contribuição para a conservação da biodiversidade e para a proteção e segurança dos meios de vida dos povos indígenas.

* 1. **Problemas que o Projeto Buscou Direcionar**

Há que se enfatizar que são diversas as maneiras com que os diferentes grupos indígenas no Brasil se relacionam com a natureza e os problemas a enfrentar também são distintos, mas guardam semelhanças com as ameaças direcionadas a sua cultura, crenças e territórios.

Os problemas que o Projeto buscou direcionar se relacionam com as características e respeito aos valores culturais dos povos indígenas e de suas crenças e aqueles relacionados à situação territorial e os problemas e demandas que surgem quando das ações de uso da terra e de seus recursos naturais junto às terras delimitadas, declaradas, homologadas e junto até mesmo às terras regularizadas.

Estes problemas e outros advindos das formas e meios de vida são diversos e se diferenciam segundo os biomas e sua diversidade em que as terras indígenas estão inseridas e de acordo com as diferenças de valores culturais e crenças das populações indígenas, habitantes destas terras.

As atividades propostas pelo Projeto buscam direcionarem-se a todos estes problemas que bloqueiam o alcance de resultados eficazes e sustentáveis.

* 1. **Principais Atores Envolvidos no Projeto**

A principal instituição parceira do Projeto GATI e instituição executiva é a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada pela Lei 5.731, de janeiro de 1967. Vinculada ao Ministério da Justiça é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado e órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira.

A instituição tem como objetivo principal promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, aliando a sustentabilidade econômica à sócio-ambiental e cultural e promovendo a conservação e a recuperação do meio ambiente. A FUNAI tem ainda como objetivo controlar e mitigar possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras Indígenas, monitorando aquelas regularizadas e ocupadas por populações indígenas.

Apesar dos esforços em impulsionar a implementação do Projeto, a FUNAI confrontou-se com diversos problemas institucionais que dificultaram a obtenção de um desempenho eficaz das atividades propostas pelo Projeto. Aliado a estes problemas, a demanda pela população indígena por acesso à informação e consentimento sobre as atividades a serem realizadas exigiram um período de tempo maior que o previsto pelo Projeto.

Assim, a instituição que passou por reestruturações administrativas, contingenciamentos financeiros e problemas com recursos de pessoal, não conseguiu realizar as atividades propostas a contento e em tempo previsto no PRODOC.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio das Secretarias de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e da Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem buscado apoiar com os Projetos Carteira Indígena e Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI).

A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena é ação do MMA, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e FUNAI tem como objetivo contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades Indígenas, em todo o território nacional. O foco dos projetos apoiados são de produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato, práticas, saberes tradicionais, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de auto-sustentação das comunidades indígenas, de acordo com as suas demandas, respeitando suas identidades culturais, estimulando sua autonomia, preservando e recuperando o ambiente das terras.

A Carteira Indígena tem parceria com o Projeto GATI e seleciona projetos a serem desenvolvidos nas Áreas de Referência. "O MMA como parceiro, tem que dar a sua contrapartida para o Projeto GATI e como já tínhamos um modelo de projetos da Carteira, foi proposto um edital específico para iniciativas oriundas das áreas do GATI", informou Luiz Gustavo Galvão, analista ambiental do MMA, responsável pelo acompanhamento dos projetos aprovados na Carteira. De acordo com a Coordenação de Recuperação Ambiental (CGGAM/FUNAI), a presença e participação dos consultores regionais do GATI e Coordenações Regionais da FUNAI no apoio de ações e ajustes das propostas apresentadas foram fundamentais para a aprovação dos projetos e capacitação das organizações proponentes. Os consultores regionais do GATI são contratados pelo PNUD/GEF para apoiarem as ações regionais do Projeto GATI, nas Áreas de Referência.

Os projetos da Carteira nas áreas do GATI são de até 30 mil reais, cuja execução é realizada diretamente pelas organizações proponentes, formalmente constituídas e com CNPJ. A maioria dessas iniciativas já foi iniciada e algumas já estão em fase de conclusão de suas atividades, restando apenas as últimas três, que têm expectativa de conclusão até o final de 2014.

O Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI) surgiu de um longo processo de discussão conjunta entre o Governo brasileiro, o Movimento Indígena organizado da Amazônia, seus parceiros e instituições financiadoras internacionais, estimulado pela avaliação de pouca participação indígena em linhas de financiamento de projetos já existentes.

Sua origem vem do apoio à proteção de florestas tropicais brasileiras pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Este Programa é fruto de acordo realizado em 1991 entre representantes do governo brasileiro, União Européia, Banco Mundial e G-7 (grupo que reúne os 7 países mais ricos do mundo, que viria a fortalecer-se pela pressão exercida pelos movimentos sociais e ambientalistas na época da conferência internacional Eco-92, realizada no Rio de Janeiro.

Parte importante das atividades do PPG7 sempre esteve voltada para as populações locais - inclusive indígenas -, visando um programa conjunto de sustentabilidade econômica, social e ambiental que garantisse a preservação das florestas tropicais. Nesse sentido, tiveram destaque dois conjuntos de apoio:

* Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), iniciado em 1995, executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e voltado para o estímulo e financiamento de iniciativas inovadoras e demonstrativas de comunidades da Amazônia e Mata Atlântica, tendo em vista o desenvolvimento de mecanismos de sobrevivência econômica ambientalmente sustentáveis. Alguns povos e organizações indígenas foram beneficiados por financiamento do PDA.
* Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), iniciado em 1996, elaborado e executado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) / Ministério da Justiça (ver link: www.funai.gov.br) e voltado para garantir a demarcação e proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal brasileira.

Foi positivo o resultado do trabalho do PPTAL no apoio ao processo de demarcação e proteção territorial das Terras Indígenas da Amazônia brasileira. Esse avanço, entretanto, reforçou alguns desafios importantes, como a questão da sobrevivência com qualidade de vida. Em outras palavras, muitos povos indígenas se perguntaram: "Agora que temos a terra demarcada, como garantir a sobrevivência dentro dela?". Essas questões estimularam a discussão de um programa de financiamento de projetos específicos para os povos indígenas e voltados para a questão da sustentabilidade.

As experiências indígenas no âmbito do PDA constituíram iniciativas interessantes nesse sentido. Uma das constatações do processo, no entanto, foi a grande dificuldade de acesso dos povos indígenas aos recursos do PDA, seja pela falta de habilitação das organizações indígenas em lidar com as questões burocráticas e a dificuldade de adequação a um programa não específico para povos indígenas.

O acúmulo destas experiências, somado ao reconhecimento das instituições envolvidas e, principalmente, à demanda do movimento indígena organizado, foi o que estimulou o início das discussões sobre a criação de um programa de financiamento de projetos específico para os povos indígenas.

Esta é a semente do PDPI, cujas principais bases conceituais, diretrizes, regras e orientações foram discutidas e definidas em novembro de 1999, num grande encontro realizado em Tefé (AM) onde estiveram reunidos representantes indígenas, de organizações parceiras, do governo brasileiro e dos doadores. Foi ali que, por solicitação do movimento indígena, estabeleceu-se o nome definitivo do programa (PDPI), em substituição ao utilizado até então (PDI - Projetos Demonstrativos para Populações Indígenas).

Na ocasião, o destaque foi a intensa participação do movimento indígena de toda a Amazônia brasileira. Naquele momento, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) (ver link: www.coiab.com.br) consolidou sua posição de parceira de referência para o projeto.

Outra instituição parceira é a organização não-governamental *The Nature Conservancy (TNC)*  que vem trabalhando no sentido de compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a conservação dos ecossistemas dos biomas brasileiros. Na Amazônia, a organização vem trabalhando para facilitar e promover a conservação de terras indígenas.

Como parceira do Projeto GATI, a TNC tem desenvolvido atividades junto aos Povos Indígenas do Oiapoque, apoiando na formulação participativa dos Programas de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas do Oiapoque e do Oeste de Roraima e em programa de capacitação. Nestas atividades tem contado com parcerias de instituições como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPE) e do Conselho Indigenista de Roraima (CIR).

A Carta de Acordo 30264/2014, assinada entre PNUD/TNC/FUNAI propõe-se a desenvolver processos de elaboração e/ou revisão de Planos de Gestão Ambiental e Territorial com elaboração participativa de etnomapeamento e etnozoneamento de TIs localizadas na Amazônia Oriental e ações de promoção de gestão florestal sustentável e práticas replicáveis baseadas em princípios de etnogestão. Além destas atividades inclusas no referido documento estão outras voltadas à implementação de cursos de capacitação/formação, ações de intercâmbio de práticas inovadoras e bem sucedidas entre povos indígenas de TIs da região com outros povos em outras TIs .

Esta Carta de Acordo propõe o desenvolvimento das atividades no período de julho de 2014 a janeiro de 2015, com resultados obtidos que perfazem um valor orçado de US$119.400

1. **Principais Achados**

A Avaliação de Meio Termo identificou como principais achados e lições aprendidas alguns pontos que reforçam a relevância do Projeto e a necessidade de sua continuidade. Identificam-se vários processos em curso, baseados em atividades em andamento e a serem desenvolvidas que contribuem com o alcance dos objetivos propostos pelo Projeto.

Estes processos e atividades, na medida em que avançam para uma consolidação dos resultados finalísticos, contribuem com efetivos subsídios à consolidação das diretrizes e dos objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

Ainda que o desenvolvimento político-institucional da entidade executora do Projeto GATI e o fortalecimento das organizações indígenas não estejam incluídos entre os objetivos explícitos do Projeto, cabem algumas observações a respeito, tais como:

* Evidências preliminares, derivadas em parte de questões da aplicação do instrumento de monitoramento, o *Management Effectiveness Tracking Tool* (METT) e referentes aos resultados, se direcionam para a relativa falta de *efetividade* do Projeto e apontam para a inadequabilidade do instrumento às questões das terras indígenas. Tais evidências têm como justificação os seguintes fatos:

a) em 2008, na fase de preparação do Projeto, foi aplicada uma versão METT adaptada à situação de TIs que contrastou com as informações do instrumento aplicado em 2011, cujos dados foram apresentadas no relatório de implementação do Projeto (PIR, junho de 2011). Constatou-se grande variabilidade na qualidade das informações sobre atividades ilícitas ou danosas ao meio ambiente em relação às informações apresentadas no METT-2008;

b) estas falhas de informações do METT-2008 representam problemas que podem impactar nas ações de conservação e uso sustentável dos recursos naturais da TIs;

c) uma das razões identificadas para estas falhas de informações do METT-2008 foi a aplicação de entrevistas somente junto às lideranças ou representantes do movimento indígena, sem que fossem consideradas questões sócio-ambientais da realidade das TIs indicadas como Áreas de Referência.

d) como consequência, muitos destes problemas foram subestimados, o que levanta dúvidas sobre a eficácia na aplicação deste instrumento de monitoramento, apontando para a necessidade de um instrumento complementar que abarque informações adicionais sobre temas que possam descrever a situação sócio-ambiental das TIs e os avanços e mudanças identificadas.

* Outras observações sobre impactos negativos de empreendimentos turísticos podem ser previstas em TIs localizadas em áreas urbanas, como junto às TIs dos índios Potiguaras e inclusive pondo em risco a sustentabilidade ambiental destas áreas. Há que se enfatizar também os impactos externos junto à conservação e uso sustentável das TIs provenientes de atividades agrícolas tidas como rentáveis monetariamente à PI, como a agricultura da soja e da cana de açúcar.
* A relativa ineficiência do Projeto, devido às indefinições institucionais e questionamentos da legitimidade da instituição executora, FUNAI, com mudanças administrativas e organizacionais, rotatividade de pessoal e baixa valorização do pessoal da instituição são fatores que se refletem na falta de um planejamento adequado das atividades do Projeto e em um sistema adequado de monitoramento e avaliação e de fomento ao controle social.
* Apesar da alta participação e envolvimento da população indígena nas atividades do Projeto, os quais garantirão a sustentabilidade de suas ações, há que se ressaltar a falta de envolvimento das mulheres indígenas. Esta constatação pode influir na eficiência e sustentabilidade das atividades, principalmente naquelas voltadas ao desenvolvimento de subprojetos de uso sustentável de recursos da biodiversidade das TIs e naquelas que buscam a geração de renda.

Por outro lado, verificou-se a necessidade de serem fortalecidos alguns ajustes nas estratégias de implementação das atividades previstas no Projeto, como por exemplo, formas de estabelecimento de acordos de implementação e gestão de atividades tidas como relevantes ao alcance dos objetivos propostos pelo Projeto GATI. Os pontos mais relevantes trazidos como resultados da Avaliação de Meio Termo são apresentados a seguir:

**3.1. Pontos Relevantes Encontrados pela Avaliação**

* + 1. **Sobre os Fóruns de Participação e Promoção da Cogestão**

Segundo os avaliadores, na cultura do controle social, os resultados esperados devem se expressar nas ações e nos processos que se resumem em aspectos que revelam o avanço da política, tais como: fluxos de informação funcionando, ambiente social adequado, estratégias de avaliação e indicadores do monitoramento acordados, metas e objetivos avaliados, ciclo de gestão apropriado e retroalimentação.

De acordo com os avaliadores, o Comitê Diretor do Projeto (CDP) e os Conselhos Regionais (CRs) do Projeto GATI têm atuado de forma eficiente com avaliações, aprovações de atividades relevantes ao alcance dos resultados previstos e alocações de recursos para as atividades do Projeto. Estas ações têm sido realizadas de acordo com as diretrizes do PNUD-GEF. Estes fóruns se caracterizam como espaço permanente para a reflexão da problemática e de soluções concernentes às Áreas de Referência onde se localizam as TIs e os PIs.

O Comitê Diretor do Projeto (CDP) e os Conselhos Regionais (CRs) são espaços de discussão destinados a uma forma de cogestão territorial e ambiental com promoção de apoio político e estratégico ao Projeto GATI. A existência destes fóruns não deverá se limitar à duração do Projeto. Estes podem também possibilitar, localmente, articulações interinstitucionais previstas que, às vezes, se mostrariam de difícil de execução na prática, de forma a garantir a formalização de acordos.

Além destes fóruns, a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) também tem atuado como cogestora permanente e responsável pela coordenação geral do Projeto, atuando de forma participativa no planejamento operacional, supervisão, gestão financeira e administrativa e gestão adaptativa do Projeto.

Verifica-se que a UGP tem atuado também como secretaria executiva do Comitê Diretor do Projeto, realizando atividades de apoio e de registro a suas reuniões. A UGP tem realizado ações de coordenação técnico-administrativas e financeiras dos componentes do Projeto, promovendo articulações institucionais entre os atores envolvidos tanto do governo como de organizações não governamentais que participam do Projeto e tem sido responsáveis por monitorar, avaliar e disseminar seus resultados.

Quanto aos Núcleos Regionais (NRs), estes foram criados para assegurar que o Projeto siga as diretrizes de conservação e uso sustentável das TIs em cada bioma e que as atividades nas áreas de referência sejam realizadas de acordo com a estratégia geral do Projeto.

A avaliação constatou que os NRs estão em pleno funcionamento, com o apoio eficiente dos Consultores Regionais contratados com recursos do Projeto e por meio das ações de implementação realizadas pelo PNUD e selecionados pelo CDP. Os NRs têm realizado atividades de incorporação de experiências exitosas e de lições do Projeto, como as atividades de intercâmbio de boas práticas desenvolvidas entre povos indígenas de diferentes terras indígenas.

* + 1. **Experiências Exitosas, Aprendizados, Replicação e Disseminação de Dados**

Os grandes problemas relacionados com as atividades agroextrativistas, agroecológicas e agroflorestais em TIs incluem, sem dúvida, o acesso ao crédito, a comercialização de produtos provindos destas áreas e as dificuldades em formular projetos para financiamento das atividades agrícolas.

O acesso ao crédito é dificultado pela complexidade da documentação exigida, ainda mais para a população indígena, como também no caso de qualquer produtor familiar. Da mesma forma, o acesso dos indígenas à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), também não só exige muitos documentos, mas estes produtores estão sujeitos a entraves normativos e de regulação por parte do Governo[[2]](#footnote-2).

Por causa disso, a FUNAI tem realizado ações interinstitucionais para minimizar os efeitos de procedimentos burocráticos em demasia junto à produção indígena. Constata-se que o acesso ao financiamento e à comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos tem aumentado. Além disto, capacitações promovidas por instituições vinculadas ao DAP e ao PAA têm buscado a disseminação de informações e esclarecimentos junto aos produtores indígenas.

A DAP é o instrumento que identifica o agricultor familiar ou a forma associativa organizada a qual ele pertence, como por exemplo, a realização de operações de crédito rural financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Aos indígenas são oferecidos créditos que variam de R$ 2 mil a R$ 130 mil, para investimentos em atividades como agricultura, pesca e, principalmente, o artesanato.

Para ter acesso ao documento DAP, cuja emissão é feita de forma gratuita, cada organização indígena precisa entregar uma declaração ao órgão municipal e contar com o aval da FUNAI, comprovando que os interessados são indígenas e agricultores familiares. O documento deve mencionar o município e as comunidades indígenas, com relação nominal dos beneficiários, identidade e CPF.

O indígena precisa comprovar que o empreendimento rural é a principal atividade econômica da família, que atende ao limite e porcentual de renda rural e não rural proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele por qualquer componente da família, excluindo os benefícios sociais e os previdenciários decorrentes de atividades rurais. O prazo para pagar o financiamento é de 12 meses a sete anos, com período de carência de um ano.

Este financiamento, apesar das dificuldades burocráticas, é importante para a produção agroextrativista ou agroecológica, mas a população indígena também precisa da apresentação de mais documentos para ter acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Em oficinas com os agricultores indígenas, técnicos da FUNAI esclarecem o que é o DAP e sua importância para que os mesmos tenham acesso aos programas do Governo, como é o caso do programa de compra antecipada do PAA.

O PAA é considerado como apoio à comercialização da produção de agricultores familiares. É executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), mas a aplicação dos recursos depende da aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Os recursos são do governo federal e os alimentos adquiridos são destinados ao combate à fome e à miséria.

Neste sentido, a iniciativa da população indígena Kaiowa de Dourados que teve acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos/CONAB e que foi elaborado pelo Centro Organizacional da Cultura Tradicional da Etnia Kaiowa de Dourados (COCTEKD) foi considerada como experiência exitosa pelos avaliadores. O projeto foi aprovado e buscou atender 146 produtores indígenas que são acompanhados pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (AGRAER).

Os diversos produtos agrícolas deste projeto destinados ao PAA são, após entregues, doados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/Indígena), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social. O Centro atende as etnias Guarani Kaiowa, Guarani Nandevã e Terenas e tem como objetivo beneficiar centenas de famílias que vivem em situação de risco nutricional em aldeias indígenas, principalmente crianças a idosos.

Os aprendizados que emergiram desta experiência estão vinculados ao uso sustentável dos recursos naturais de TIs e aos procedimentos de acesso ao crédito e à comercialização da produção, gerando renda e sustentabilidade sócio-ambiental e econômica.

As atividades de disseminação dos dados de experiências exitosas têm sido apoiadas pelo Projeto GATI/FUNAI, por meio de mídia escrita, digital e virtual e da divulgação de vídeos.

A replicação da experiência mencionada e de outras, de grande importância para os Povos Indígenas, tem sido realizada por meio do intercâmbio de experiências exitosas de iniciativas de povos indígenas de Áreas de Referência do Projeto GATI.

* + 1. **Execução do Projeto e as Estratégias Adotadas**

As mudanças político-institucionais e as restrições orçamentárias têm retardado a execução do Projeto. Contudo, há que se ressaltar que houve necessidade de dispêndio de tempo em atividades de informação e esclarecimentos à população indígena, de acordo com o que preconiza a Convenção 169 e as Declarações das Nações Unidas.

Mesmo assim, a execução do Projeto em 2013 e parte de 2014 alcançou resultados eficientes e sustentáveis em relação aos objetivos propostos pelo Projeto. Porém, os fatos mencionados provocaram o retardamento da execução, não se obtendo um desempenho apropriado em tempo devido.

Por outro lado, evidenciaram-se esforços para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento das parcerias previstas no PRODOC, voltados ao desenvolvimento de ações específicas de conservação e uso sustentável para as áreas de referência do Projeto.

Verificou-se também que as ações da instituição executora junto às TIs envolvidas no Projeto foram fortalecidas, principalmente, pela apropriação de conhecimentos obtidos por resultados de experiências exitosas já desenvolvidas e em desenvolvimento e intercambiadas entre as populações indígenas e não indígenas da FUNAI e de organizações indígenas vinculadas ao Projeto. Tudo isto já é reflexo do aumento de capacidades institucionais, melhoria na implementação, monitoramento e avaliação da PNGATI e de outras políticas afins e de uso sustentável de recursos naturais disponíveis nas TIs das Áreas de Referência do Projeto.

O Projeto tem conseguido colocar foco em questões mais importantes para implementar as estratégias de conservação e uso sustentável dos ecossistemas que compõem as Áreas de Referência. Porém, registra-se a falta de aplicação sistemática de tecnologias de gestão e monitoramento dos recursos naturais ameaçados de extinção e que exigem sua implantação, como o uso de imagens de satélite.

A difusão de novas tecnologias para o manejo sustentável da biodiversidade florestal dos biomas onde se localizam as TIs, a permanente articulação de atores regionais para o monitoramento do status do ecossistema, processos de comunicação com disseminação técnica das ações e integração com institutos de pesquisa e extensão rural são estratégias adotadas e a serem trabalhadas em todas as ARs. Como exemplos, pode-se citar o georreferenciamento de algumas ARs por imagens do sistema de monitoramento por satélite que se planeja sua realização em todas as ARs.

Ressalta-se o empenho em buscar trabalho conjunto da FUNAI com instituições como o ICMBio para acordos em torno das áreas de TIs sobrepostas à Unidades de Conservação. Está sendo planejada, em conjunto, a identificação de indicadores de biodiversidade em Áreas de Referência da Amazônia que facilitarão o monitoramento da biodiversidade florestal deste bioma.

O componente de capacitação por meio da formação continuada em gestão territorial e ambiental de terras indígenas, ainda que em vigorosa implementação, terá maior impulso e efetividade com as parcerias estabelecidas com centros de formação indígena.

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental estão em pleno desenvolvimento nas Áreas de Referência e têm como objetivo a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e uso sustentável dos recursos naturais das TIs. Sua implantação implica um processo contínuo de discussão, negociação, construção de conhecimentos e estabelecimento de acordos acerca das formas de convivência, ocupação e uso do território pelos povos indígenas. Estes planos incluem o desenvolvimento de etnomapeamento das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva, com base no conhecimento e saberes indígenas, como também o etnozoneamento como instrumento de planejamento participativo, visando categorizar áreas, sendo desenvolvido com base no etnomapeamento.

A estratégia de disseminação de aprendizados e a formação continuada de gestores e de agentes ambientais, aliando educação ambiental e capacitação qualificada e específica são ações que estão sendo desenvolvidas junto às instituições e à sociedade civil.

Estas atividades em execução estão sendo direcionadas aos objetivos do Projeto, embora demandem prazo para consecução de resultados e para que se estabeleçam como sistema de gestão e de fortalecimento dos meios de vida dessas populações. Esta demanda foi identificada pelos avaliadores e sugerem que o Projeto seja prorrogado e que tenha duração de, pelo menos, dois anos para a finalização de atividades e obtenção dos resultados previstos no PRODOC.

A nota atribuída ao alcance dos objetivos do Projeto foi moderadamente satisfatória (MS).

* + 1. **Atividades que Necessitam de Melhores Indicadores para Monitoramento e Avaliação**

É reconhecida a importância da conservação da biodiversidade florestal das TIs, como está explícito nos objetivos do Projeto GATI. O Projeto busca fortalecer as formas próprias de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais por parte dos povos indígenas em seus territórios, promovendo a inclusão social dessas comunidades e aumentando sua contribuição para a conservação da biodiversidade e para a proteção e segurança dos meios de vida dos povos indígenas.

Com base neste objetivo de longo prazo, identificou-se a necessidade de se buscar indicadores de monitoramento e avaliação da biodiversidade florestal de TIs mais eficazes e com sólida base de dados. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) do Ministério do Meio Ambiente, como parceiro e membro do Comitê Diretor do Projeto GATI, está estabelecendo negociações com seus executores e apoiando no planejamento da implementação de um sistema de monitoramento adaptativo da biodiversidade de TIs das Áreas de Referência do Projeto.

Este sistema de monitoramento adaptativo desenvolvido pela parceria ICMBio, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e Cooperação Internacional Alemã (GIZ) tem como objetivo o monitoramento da biodiversidade de Unidades de Conservação pela integração de pessoas e biodiversidade em um monitoramento participativo, buscando a obtenção de dados sobre os indicadores biológicos por meio de um monitoramento participativo, envolvendo a comunidade e instituições locais para a alimentação de sólida base de dados necessária à tomada de decisões.

As negociações entre PNUD/FUNAI e ICMBio para a implementação deste monitoramento participativo por meio de parceria com o Projeto GATI estão em fase avançada. Estas negociações contribuirão para o êxito nas ações de proteção e acompanhamento da conservação da biodiversidade em TIs e se vinculam aos objetivos do Projeto, contribuindo em muito com sua sustentabilidade após o seu encerramento. Além disso, este instrumento contribuirá para demonstrar a importância das TIs nas políticas nacionais de conservação.

* + 1. **Implementação do Projeto: Monitoramento e Avaliação**

Uma recomendação para a melhoria do desempenho e implementação do Projeto de forma satisfatória refere-se o fortalecimento da execução nacional do Projeto por meio da implementação de estratégias estabelecidas para solucionar problemas político-administrativos e financeiros da instituição executora FUNAI, para obtenção de certeza da continuidade das atividades do Projeto.

Estas estratégias adotadas dizem respeito, principalmente, à iniciativa de estabelecimento de Cartas de Acordo com parceiros que, sem dúvida, impulsionarão a implementação do Projeto que, atualmente, encontra-se com desempenho considerado baixo. Esta afirmação permeia o presente relatório e se constitui em fundamento para as recomendações advindas da análise dos dados coletados pela avaliação de meio termo.

Para ser eficiente, a execução não precisa ser totalmente centralizada. Uma boa estrutura de monitoramento, avaliação e controle substitui a rigidez burocrática. Para isso, poderá ser necessária uma aprendizagem institucional que resulte em mudanças de valores organizacionais, bem como em suas estratégias e pressupostos. Por exemplo, a criação de arranjos efetivos de parceria com atores relevantes no país ou na região para a implementação das atividades do Projeto e a colaboração com as universidades públicas são articulações importantes e precisam ser potencializadas e estabelecidas em várias áreas de referência.

Para isto, torna-se necessário propiciar apoio administrativo e técnico e, principalmente, estabelecer um plano de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelas instituições parceiras e estabelecidas por meio das Cartas de Acordo. Um sistema de monitoramento e avaliação destas atividades poderá gerar também pertencimento ao Projeto GATI e promover ações mais confiáveis e sustentáveis a médio e longo prazo.

* + 1. **Arranjos Institucionais e de Parcerias**

Os avaliadores do *Mid-Term Evaluation (*MTE) ressaltam a necessidade de consolidação do desmembramento de Núcleos Regionais que englobam TIs de Áreas de Referência, como proposto pela FUNAI/PNUD em relatório de auditoria, dezembro de 2013.

Os Núcleos a serem desmembrados são:

* Núcleo Regional Pantanal/Cerrado, observando-se critérios geográfico-administrativos e diferenças socioculturais e antropológicas entre as etnias;
* Núcleo Regional Amazônia/Cerrado, abrangendo 3 TIs nos estados de Mato Grosso e Tocantins, jurisdicionadas respectivamente às CRs Cuiabá e Araguaia/Tocantins; e
* Núcleo Regional Amazônia/Oriental, responsável por 5 TIs, sendo 4 no Amapá, jurisdicionada à CR Macapá e 1 no Pará, cujas ações estão sendo acompanhadas pela parceira do Projeto GATI, a instituição *The Nature Conservancy (TNC)*.

O Núcleo Regional Amazônia/Ocidental, que abrange 3 TIs, em estados distintos, Amazonas, Acre e Rondônia, apresenta grandes desafios à implementação das atividades do Projeto. Estes desafios ocorrem, principalmente, das dificuldades de logística para atuar nestas áreas e o Projeto tem buscado parcerias efetivas para enfrentar estes desafios.

Logo, ações voltadas para a gestão integrada do espaço em conjunto com a harmonia de procedimentos setoriais e institucionais, se caracterizam como excelente forma de atender às demandas de conservação do ecossistema, de gerenciamento dos recursos e repartição de benefícios em todas as áreas de referência do Projeto. Todas estas ações requerem arranjos institucionais e parcerias que, ainda, necessitam de fortalecimento.

De acordo com os avaliadores, os arranjos institucionais, apesar de alguns problemas, e as parcerias estabelecidas para a execução do Projeto GATI têm sido efetivas e têm buscado a sustentabilidade do Projeto.

* + 1. **Sustentabilidade**

Identifica-se a necessidade de sistemas mais efetivos de monitoramento e avaliação das atividades do Projeto para maior eficácia das ações do Projeto, como a gestão das ações das parcerias estabelecidas. Estes instrumentos, tidos como prioritários, se caracterizam como atribuição institucional por se conformarem dentro dos limites das TIs. Entretanto, a ausência de implementação destes sistemas pode ser fator de atuação menos eficaz ou pode inviabilizar ações mais sustentáveis ao longo do tempo.

Até o momento, os maiores desafios à sustentabilidade dos esforços dispendidos na execução do Projeto referem-se ao longo tempo necessário para os esclarecimentos e informações à população indígena sobre o PNGATI e sobre as ações do Projeto GATI, reconhecidamente necessários, e os problemas político-institucionais que podem impactar no reconhecimento da contribuição das TIs à conservação, como objetivo do Projeto. Esses problemas e desafios se não minimizados ou solucionados, tendem a aumentar quando se aproxima do término do Projeto.

Porém, os avaliadores constataram que a busca de estratégias adequadas à implementação de ações e que estão sendo adotadas pela execução do Projeto deverão levar à sustentabilidade dos objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade florestal das TIs, trazendo benefícios nacionais, locais e globais.

Por outro lado, novas formas de gestão, complementadas por comunidades de prática e aprendizagem, como as redes de experiências, oferecem soluções aos problemas complexos de articulação entre instituições e níveis de governo num país extenso como o Brasil.

* + 1. **Apropriação pelo País e Integração de Agendas**

Tratando-se da agilidade na execução, considerando o que está no documento do Projeto e o que está definido como ações a serem executadas, considera-se importante a presteza na realização das atividades, de maneira que elas possam ser cumpridas com o menor dispêndio de tempo, após a fase de esclarecimentos sobre objetivos e atividades do Projeto. Para isto é necessário realizar as contratações de consultorias demandadas e estabelecer acordos de parcerias planejados e liberar os recursos financeiros para a execução das ações à medida que são planejadas e demandadas.

A agilidade mencionada garante a continuidade das ações com envolvimento do pessoal dedicado à implementação das atividades do Projeto. A FUNAI tem procurado seu fortalecimento com a incorporação de novos paradigmas e formas de gestão voltadas ao processo de fortalecimento institucional, consolidando a sua cultura burocrática, valores e princípios institucionais, buscando desenvolver temas, conteúdos e normas institucionais e de execução. É preciso lembrar que a descontinuidade, volatilidade e rotatividade funcional bloqueiam a execução de um Projeto e interferem em seu desempenho.

Com referência à gestão, torna-se importante amadurecer o conceito de gestão de Terras Indígenas, inclusas no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas e nos princípios de gestão inclusos na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

A avaliação verificou e também concorda que promover discussões sobre as atividades do Projeto, sobre metodologias de gestão, de formação continuada sobre questões indígenas e que fazem parte das ações do Projeto levarão, sem dúvida, a maior participação dos atores envolvidos e à apropriação do Projeto pela população indígena e não indígena do País e integração de agendas nacionais, a partir de ações locais.

* 1. **Formulação do Projeto**

Nos anos de 2003 e 2004, as organizações indígenas iniciaram tratativas junto à Ministra do Meio Ambiente, Ministra Marina Silva, para apoiar a elaboração e proposta de um projeto mais abrangente para as Terras Indígenas, além da Amazônia. Em 2005, o MMA criou um grupo de trabalho interministerial (GTI) composto por membros em sua maioria indígena e com a participação da FUNAI e do IBAMA, para elaborar proposta para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). Assim, em 2008, o esforço conjunto da FUNAI e Ministério do Meio Ambiente e organizações indígenas resultou em proposta definitiva do projeto.

A proposta do Projeto GATI foi aprovada pelo GEF em maio de 2009 e o Documento de Projeto (PRODOC) em agosto do mesmo ano, tendo sido assinado pelas partes em outubro de 2009. Logo após a finalização do arcabouço institucional do Projeto, ocorreu a instalação do Comitê Diretor, em 17 de junho de 2010, com a primeira pauta de discussão do Orçamento Anual (POA).

A proposta do Projeto que contou com recursos de doação do *Global Environment Facility (GEF)* foi aprovada como um projeto da fase operacional GEF 4. Porém, a elaboração do Projeto começou dentro da estrutura do GEF 3, quando o ciclo de projeto era composto de: 1) o Conceito de projeto que era submetido em datas específicas e aprovado pela Secretaria do GEF para inclusão na programação, permitindo prosseguir com a elaboração do projeto, mesmo sem recursos alocados ainda; 2) era elaborado um Sumário Executivo e o PRODOC do PNUD, usando recursos preparatórios (PDF B). Tais recursos seriam incluídos num programa de trabalho aprovado pelo Conselho do GEF e não havia prazos entre a aprovação do Conceito e o Sumário Executivo, mas era possível que os recursos do GEF finalizassem, nesse meio tempo, forçando o adiamento do financiamento e da implementação somente no próximo ciclo.

Os procedimentos no novo ciclo de estrutura do GEF 4 eliminou a necessidade de elaboração do Conceito ou Sumário Executivo e em seu lugar há um Formulário de Identificação de Projeto (PIF). Os PIF são encaminhados de maneira rotativa, mas inclusos nos programas de trabalho em datas específicas, com o Conselho destinando os recursos financeiros. Assim, usando verbas preparatórias (PPG), elabora-se um pedido de endosso para aprovação final e acesso aos recursos reservados. O mesmo é aprovado pela Secretaria do GEF e encaminhado aos membros do Conselho. Em seguida, os prazos para aprovação do PIF e endosso pela diretoria geral são pré-determinados.

No período de transição entre um modelo e outro, os projetos aprovados no GEF 3 não eram automaticamente incluídos entre os projetos elegíveis no GEF 4. Às vezes, alguns ajustes eram necessários no desenho original do Conceito, já que muitos Conceitos do GEF 3 haviam sido abolidos. No caso do Projeto GATI, a inclusão ocorreu, mas foi necessário passar pelo novo ciclo de projeto. No entanto, o GEF 4 ainda era novo e o formato PIF não havia sido aprovado. Portanto, elaborou-se um Sumário Executivo e, portanto, não um PIF para encaminhamento para aprovação pelo Conselho do GEF. Paralelamente, os proponentes prosseguiram com a finalização do PRODOC e com a elaboração dos novos elementos exigidos, sendo encaminhado à diretoria geral para aprovação. Essa longa demora teve um forte impacto no desenvolvimento do Projeto.

Há que se ressaltar que o Documento de Projeto (PRODOC) e seus componentes foram exaustivamente discutidos, por meio de seminários nacionais e regionais e o documento é bastante completo, denso e se coloca como documento que se posiciona como diretriz para as ações a serem desenvolvidas.

Após a aprovação e definição da instituição executora, a FUNAI e da agência implementadora, o PNUD, o Projeto teve seu início. Com o objetivo de apresentar uma visão do progresso da implementação e das atividades realizadas tanto em sua fase preparatória assim como as ações que têm sido desenvolvidas, a linha do tempo apresentada a seguir mostra a evolução do Projeto e os fatos ocorridos em a cada ano decorrido.

**Linha do Tempo do Projeto:**

|  |  |
| --- | --- |
| Ano 2004   * Na 7ª COP da CDB, compromiso do Brasil com um programa de trabalho sobre áreas protegidas, reconhece o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza. | Ano 2005   * Criado GT, visando a elaboração da proposta do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) * Criado GT/MMA com indígenas para elaborar proposta de projeto para o GEF * Discussões envolvendo os PIs |
| Ano 2006   * Aprovado o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) em abril * Realizada oficina para a elaboração do Projeto, Movimento Ind./MMA/FUNAI, processo demorado com participação do PNUD | Ano 2007   * Discussões para elaboração da proposta de projeto |
| Ano 2008   * 05 Consultas regionais aos PIs, que embasaram a proposta definitiva | Ano 2009   * Encaminhada proposta de projeto ao GEF em maio * Proposta aprovada em agosto * Assinatura do PRODOC em outubro |
| Ano 2010   * Início efetivo das atividades do Projeto * necessidade de muito diálogo e respostas à alta expectativa da PI * Realização de seminários regionais e estabelecimento dos 8 Núcleos Regionais | Ano 2011/2012   * Busca de esclarecimentos sobre as ações do Projeto, de acordo com Convenção 169 e Declarações Nações Unidas * Estabelecimento dos Conselhos Regionais do Projeto * Definição das ações regionais, de acordo com especificidades das ARs * Paralisação, greve, de funcionários da FUNAI * Contingenciamento do orçamento da FUNAI |
| Ano 2013/2014   * Novo contingenciamento, provocando mais atrasos na execução do Projeto * Elaboração de Planos Anuais de Trabalho (PAT) dos CRs * Contratação de Consultores Regionais * Reunião do Comitê Diretor, avaliação das atividades, realizada em novembro * Impulso às atividades do Projeto, estabelecimento de acordos, georreferenciamento de TIS por sistemas de monitoramento por satélite e outras | |

**3.2.1. Quanto ao Desenho do Projeto**

**Análise do Marco Lógico: Lógica/Estratégia do Projeto e Indicadores**

A lógica implícita no Documento de Projeto é semelhante à de outros projetos sob implementação do PNUD e voltados para a Região da América Latina e Caribe (RBLAC). Afirma-se que o desenvolvimento de capacidades contribuirá para o impacto das ações de um Projeto.

Nas últimas décadas, verifica-se que muitos projetos de desenvolvimento no Brasil contaram com o componente “fortalecimento institucional” que, muitas vezes, é a forma que oferece condições de viabilização de ações, em contraponto com a burocracia federal existente. Não é o caso do Projeto GATI.

Porém, os avaliadores sentiram a falta de um componente no PRODOC voltado ao fortalecimento das organizações indígenas, para maior eficiência e garantia de sustentabilidade do Projeto.

A matriz do marco lógico constante do PRODOC apresenta enquanto objetivo imediato do Projeto “uma estratégia testada no local e oficialmente reconhecida de gestão ambiental em Terras Indígenas (TIs) por Povos Indígenas (PIs) e adotada no Brasil para a conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade florestal”. A matriz apresenta, ainda, quatro indicadores e suas respectivas linhas de base, metas para o término do Projeto, fontes de verificação, riscos e pressupostos. A matriz contempla indicadores de tamanho de áreas de ecossistemas florestais nos diferentes biomas, cobertura florestal de TIs localizadas em áreas de referência, mensuradas por imagens de satélite, determinadas como parte de planos de etnogestão, efetividade de gestão de TIs das ARs, verificadas pela aplicação do instrumento METT adaptado à realidade indígena e aumento das capacidades dos PIs de liderar ações de capacitação em gestão ambiental e territorial. O indicador de capacitação também contempla as organizações indígenas para a gestão ambiental e para executar e monitorar planos e projetos para as TIs.

No entanto, a análise do desenho do Projeto verifica que não se considerou a especificidade da população indígena no que concerne ao tempo necessário aos esclarecimentos e informações sobre as ações do Projeto. Identifica-se que deveria ter sido previsto uma duração de tempo que cobrisse a necessidade de inúmeras reuniões de discussões sobre o Projeto e as expectativas da população indígena sobre suas ações, nas diferentes áreas de referência distribuídas nas cinco regiões do País e em 4 biomas distintos, para o alcance de consensos e para o envolvimento e pertencimento do Projeto. Por esta razão, o Projeto teve um retardamento em sua execução.

Ainda que o resultado 1 se refira ao alcance de reconhecimento e fortalecimento da contribuição das TIs para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais, a meta de harmonização do Plano Nacional de Conservação para Terras Indígenas com o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas ainda não se encontra totalmente consolidado e deve estar alinhado e ser parte da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Apesar disto, a PNGATI foi elaborada e aprovada com os esforços da FUNAI e do MMA e possibilitou a ampliação do diálogo que deu inicio à execução das atividades do Projeto GATI, alcançando a meta estabelecida pela matriz do PRODOC. Enquanto a PNGATI diz respeito às TIs do País, o Projeto GATI foi desenhado para atuar junto às Áreas de Referência selecionadas.

A seguir, apresenta-se a análise dos resultados e produtos em relação aos indicadores propostos. Dos três resultados esperados das ações do Projeto, o de número 1 refere-se a normatizações em nível nacional. A seguir são apresentados os resultados do Projeto e comentários:

**RESULTADO 1**:

Este resultado diz respeito às ações estratégicas para a normatização de instrumentos de gestão de terras indígenas, em nível nacional, “desenvolvidos mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para conservação da biodiversidade florestal e seus serviços ambientais”.

Este resultado pressupõe articulações interinstitucionais e ampliação do diálogo entre instituições, populações indígenas e organizações indígenas. Pressupõe, ainda, que as agencias ambientais incorporem as novas políticas e considerem a contribuição das TIs à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade florestal do País.

Verifica-se que este resultado já foi alcançado, após as discussões para a elaboração da Política de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGAT), sancionada pelo Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012.

**RESULTADO 2**:

Este resultado refere-se ao desenvolvimento de ações em nível local, com o estabelecimento de rede de TIs funcionando como modelo de práticas de gestão ambiental para a conservação, considerando as características de cada bioma florestal onde estão localizadas as TIs das AR.

O resultado pressupõe a necessidade de levantamentos, com mapeamentos realizados por meio de metodologias específicas, para a formulação de planos de etnogestão. Algumas TIs já têm PGTAs elaborados e serão atualizados, outras TIs estão com os planos elaborados recentemente e de forma participativa e outras estão com os PGTAs em processo de discussão e elaboração. Dentre o número de PGTAs previstos, ou seja, um plano para cada uma das 32 ARs do Projeto, 65% deles já foram elaborados, considerando também aqueles em processo adiantado de elaboração.

**RESULTADO 3:**

A matriz lógica apresenta este resultado buscando modelos de gestão florestal sustentável e que possam servir como experiência inovadora e replicável em outras TIs de áreas de referência localizadas em biomas distintos.

Este resultado baseia-se na existência e necessidade de redução de pressão sobre os recursos naturais e de ações de recomposição de áreas degradadas.

É importante ressaltar que os três resultados exigem capacitação continuada, sendo que o primeiro fornece uma base de conhecimentos em nível nacional a ser transmitida à população indígena enquanto os outros dois estão direcionados para capacitações específicas que devem conduzir a eficientes ações de etnogestão de terras indígenas pela população indígena, visando contribuir para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade florestal nacional e global.

De acordo com os avaliadores, evidencia-se a necessidade de acréscimo de outros resultados que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida da população indígena e ao aumento da renda familiar, à participação das mulheres nas atividades agroflorestais e agroecológicas e em processos de organização da comercialização da produção e gestão financeira da produção tanto agrícola como artesanal, ao fortalecimento das organizações indígenas e a um sistema de comunicação e disseminação de informações. As sugestões de novos resultados são apresentadas a seguir:

* Melhoria da qualidade de vida e aumento da renda familiar. A mensuração seria: incorporar dados sobre educação ambiental e sobre nutrição alimentar e saúde da população indígena, relacionados com o nível de conhecimento adquirido com a formação continuada e com a execução de atividades agroecológicas e de uso sustentável de recursos naturais.
* Mulheres indígenas participando de atividades produtivas e engajadas em formação e capacitação em direitos indígenas, acesso a crédito e a programas governamentais direcionados à segurança alimentar e à comercialização e distribuição da produção.
* Organizações indígenas fortalecidas e capacitadas para monitorar e avaliar ações de conservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade de TIs e preparadas para a execução de sistema de monitoramento participativo e busca de dados com indicadores biológicos.
* Experiências exitosas disseminadas como resultado de um plano estratégico de comunicação, publicação e disseminação das ações do Projeto. Esta iniciativa deve aumentar a visibilidade e o reconhecimento da relevância das TIs à política de conservação da biodiversidade florestal nacional. Ressalta-se a falta deste componente no PRODOC e é oportuno ser tratado numa revisão substantiva do Projeto GATI.

Embora a matriz lógica esteja bem conectada e direcionada ao alcance dos objetivos propostos pelo PRODOC, identificou-se a necessidade de complementá-la, principalmente, com os resultados sugeridos e acima expostos.

Estes resultados, portanto, que não fizeram parte do PRODOC, poderão fazer parte da revisão substantiva do Projeto, como parte da solicitação de prorrogação e definição de tempo para a conclusão efetiva e desempenho eficiente das ações e dos recursos financeiros do Projeto.

**3.2.2. Premissas e Riscos**

As ameaças apresentadas no PRODOC dizem respeito àquelas relacionadas à perda da biodiversidade em TIs e que foram agrupadas da seguinte forma:

* as ameaças externas geradas pelo uso da terra fora das TIs;
* as ameaças de invasão provenientes da extração de recursos naturais por não-indígenas que adentram a TI;
* as de sobre-uso dos recursos naturais do território indígena, chamadas de sobre-uso interno.

Estas ameaças podem representar efetivo risco se a população indígena e as organizações indígenas não estiverem esclarecidas, com conhecimento e conscientes sobre os recursos naturais e estoques de biodiversidade florestal de seu território. Este conhecimento deve emergir da aplicação de ferramentas de etnomapeamento e de etnozoneamento que devem compor o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI. A capacitação cimentará todos estes conhecimentos adquiridos de forma participativa. Estas ações já se encontram em execução.

Sabe-se que muitas formas de produção agrícola têm sido desenvolvidas no entorno externo às TIs, como das culturas de soja, arroz, algodão e cana de açúcar, que se apresentam como altamente rentáveis economicamente. Da mesma forma, atividades pecuárias, obras de infra-estrutura e outras de desenvolvimento urbano como o turismo têm impactado social, cultural e economicamente as populações indígenas e seus territórios. Porém, embora os riscos existam, o conhecimento sobre a função sócio-cultural e antropológica das TIs também pode mitigar estes riscos. Da mesma forma, atividades participativas como as realizadas para o monitoramento participativo da biodiversidade florestal das Áreas de Referência e outras podem ser eficientes instrumentos para reduzir estas ameaças externas e internas às TIs.

Verificou-se que muitas das áreas com cultivo da cana de açúcar em TIs das ARs têm sido substituídas por projetos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, principalmente nas áreas de referência visitadas pelos avaliadores.

As ameaças e seus vetores são apresentados de forma detalhada no PRODOC e os executores do Projeto GATI têm atuado sobre elas de forma eficiente, considerando as especificidades das ARs e os biomas onde se inserem.

**Causas Subjacentes às Ameaças**

As causas subjacentes dessas ameaças têm relação com uma série de deficiências político-institucionais, regulatórias e de capacidade institucional em enfrentá-las. As mais críticas são:

1. Sistemas de fiscalização ambiental, com baixa capacidade de atuação e não adequação à aplicação em TIs e junto à população indígena. Por outro lado, a falta de articulação entre as instituições e os sistemas de licenciamento ambiental e as normas de uso e ocupação do solo e subsolo no entorno externo às TIs têm também se colocado como ameaça à conservação de recursos naturais e da biodiversidade florestal.
2. A degradação dos valores e práticas indígenas e a pouca valorização dada pelas instâncias governamentais e pela população não-indígena à contribuição das TIs para a conservação da biodiversidade do País e global também se constituem em ameaças subjacentes. Como exemplo, pode-se citar as ameaças provenientes de ações de órgãos legislativos em relação à usurpação de competências executivas ou jurídicas que ameaçam a legitimidade das TIs e de seus ocupantes.
3. Posições ambientalistas radicalmente conservacionistas ameaçam bloquear ações que objetivam promover uma maior sustentabilidade econômica combinada com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, procurando a conservação de áreas protegidas sem a ocupação humana por população não-indígena ou indígena.
4. Além destas ameaças subjacentes, o contexto normativo como aquelas relativas à vigilância à saúde e provenientes de regulações aos produtos da agricultura ou da biodiversidade de produtores familiares indígenas e não-indígenas também se constituem em ameaças subjacentes à conservação de recursos naturais e da biodiversidade de TIs.

Todos estes fatores de risco são objeto de alerta e encontram-se inseridos nas atividades do Projeto GATI. A desconstrução gradativa destas ameaças às TIs e à sua população está inclusa nas atividades propostas pelo Projeto e que são os passos para o alcance dos resultados estabelecidos no PRODOC.

As possibilidades de risco à consecução dos objetivos do Projeto e obtenção de seus resultados foram analisadas pelos avaliadores, que concluíram pela continuidade das atividades desenvolvidas e em desenvolvimento e que portanto, o Projeto ainda demanda um período de duração razoável para que estas ameaças sejam reduzidas e confrontadas.

**3.3. Lições Advindas de outros Projetos Relevantes ao BRA 09/G32**

O Projeto GATI tem se beneficiado de lições aprendidas e provenientes da troca de experiências de outros projetos em desenvolvimento ou já executadas tanto da instituição executora, FUNAI, como das instituições parceiras, de organizações não governamentais e da agência implementadora, PNUD.

Os projetos relevantes citados no PRODOC têm fornecido subsídios e lições ao Projeto GATI, conforme contribuições apresentadas a seguir:

* “Promoção de Conservação e Uso Sustentável nas Florestas do Nordeste do Mato Grosso”, Projeto GEF, que forneceu insumos para a rede de experiências em desenvolvimento pelo Projeto GATI com a incorporação de lições de sua experiência com os processos de produção e comercialização de castanha-do-Pará ao resultado 2 do Projeto GATI.
* “Apoio às Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável”, executado pela SEDR/MMA, é um projeto que tem fornecido apoio ao Projeto GATI, uma vez que envolve TIs no fortalecimento dos mecanismos de zoneamento ecológico-econômico. Os representantes indígenas que participam deste projeto têm contribuído à rede de experiências do Projeto GATI e estes subsídios também surgem como parte do co-financiamento da parceria concedida pelo MMA ao Projeto.
* Outro projeto a fornecer subsídios ao intercâmbio de experiências, resultado 2 do Projeto GATI, é o “Projeto Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Mulheres”, aprovado pelo Fundo de Metas de Desenvolvimento do Milênio (FMDM), financiado pela Espanha.

Além destes projetos, outros tais como os Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI) executados pelo MMA, também têm sido fonte de lições e subsídios para o Projeto GATI, relevantes à execução do Projeto BRA 09/G32.

Da mesma forma, podem-se citar os projetos executados pela instituição *The Nature Conservancy (TNC),* parceira do Projeto, que tem fornecido subsídios das experiências e lições de projetos tais como o “Projeto Paisagens Indígenas (PIB)”, que atuou objetivando o fortalecimento de organizações indígenas em suas áreas estratégicas, gerando subsídios advindos de experiências com o manejo de duas TIs, o Oiapoque (AP) e de Roraima. Este projeto foi liderado pela TNC em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Este projeto também apoiou a participação de indígenas nas discussões para a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI). A instituição também é parceira do Projeto GATI, desde as discussões para elaboração da PNGATI até a execução e, no momento, atua em áreas da Amazônia Oriental com base em Carta de Acordo, assinada em julho de 2014.

De acordo com a apresentação do documento “Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque”, Jaime Siqueira, Coordenador Nacional do Projeto GATI, comentando sobre um dos resultados do projeto PIB, o Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque e sobre a construção do Programa de Gestão Territorial e Ambiental, coordenado pela TNC/FUNAI/Projeto GATI, assim se expressou:

“discutir e elaborar o Plano de Vida dos Povos Indígenas e construir um Programa de Gestão Territorial e Ambiental foram as formas encontradas por esses povos para pensar e enfrentar o conjunto de ameaças ao seu território. Mais do que isso, também foi a forma de planejarem o futuro do seu território, atualizarem acordos e projetos de uso dos recursos naturais e fortalecerem suas organizações e parcerias institucionais.”

Assim, as lições e experiências exitosas de outros projetos ao Projeto GATI foram evidenciadas no processo de avaliação do Projeto e foi verificado como muitos subsídios têm sido fundamentais à sua implementação, incorporando e intercambiando experiências e promovendo o bem-estar sócio-econômico dos povos indígenas.

Outro projeto com recursos financeiros do GEF, como o “Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS)” executado pela organização não governamental, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), tem fornecido subsídios e lições de experiências exitosas para o Projeto GATI. Estes subsídios e lições são resultantes do apoio do Programa ao uso sustentável da biodiversidade como estratégia de conservação. O PPP-ECOS tem se dedicado a apoiar iniciativas de conservação voltadas para os meios de vida sustentáveis no bioma, ou seja, formas de produção e de geração de renda capazes de conciliar a conservação ambiental e o bem-estar social. A população indígena também tem sido beneficiária de muitos projetos apoiados pelo Programa.

Da mesma forma, projetos desenvolvidos pelas parceiras do Projeto, como o ICMBio/MMA, tem apoiado com suas experiências no monitoramento de indicadores biológicos da biodiversidade para a conservação e uso sustentável da biodiversidade florestal, objetivo do Projeto GATI e seus resultados.

**3.4. A Participação de Atores Locais**

* **Participação dos Atores**

A própria elaboração do Projeto GATI demandou a participação de representantes governamentais e organizações indígenas nas discussões que precederam a construção da proposta de projeto.

Organizações indígenas fazem parte do Projeto GATI como parceiras e têm participado ativamente das reuniões do Comitê Diretor, contribuindo nas avaliações das atividades e nas decisões a serem tomadas e relacionadas aos Planos Operativos Anuais (POAs), na programação da aplicação dos recursos e de atividades do Projeto e em outras questões.

Como já mencionado, o Comitê Diretor é constituído por seis membros das organizações indígenas regionais (ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, APIB e COIAB), três membros do MMA e três membros da FUNAI. Estas participações são de suma importância para a implementação efetiva do Projeto. Outras organizações menores que representam TIs, etnias ou mesmo aldeias específicas têm participado das reuniões nacionais e regionais, onde são discutidos e elaborados os planos de atividades do Projeto.

A participação das organizações no planejamento e execução das oficinas de capacitação sobre a PNGATI foi evidenciada pelos avaliadores por ocasião das visitas de campo. Os consultores regionais e os servidores da FUNAI atuam em conjunto para a mobilização de participantes e os representantes indígenas das organizações e associações indígenas apoiam em atividades como a escolha e reserva de local para o evento e incentivando a participação na oficina e no intercâmbio de experiências. Os caciques de etnias têm liderança junto à população indígena e se constituem em atores importantes na realização de atividades do Projeto.

Verificou-se que universidades e agências governamentais relevantes nos níveis federal, estadual e local que atuam com questões do meio ambiente e com população indígena têm participado efetivamente, desempenhando papéis específicos, como é o caso do MMA, FUNAI, ICMBio, MDS e outras. Representantes do PNUD, da UGP/FUNAI-Projeto GATI e o Coordenador Técnico do Projeto têm implementado ações onde sua participação tem sido importante e muito eficiente.

Os povos indígenas têm sido os parceiros chave e sua participação tem garantido o êxito das atividades desenvolvidas pelo Projeto. Assim, torna-se importante dar continuidade com eficiência às atividades do Projeto, uma vez que a participação ativa não só tem promovido maior capacitação da população indígena, como também tem levado à apropriação de seus conceitos e ações, garantindo a sustentabilidade do Projeto.

Avaliação: satisfatório (**S**).

**3.5. A Possível Replicabilidade do Projeto**

A replicabilidade do Projeto já está sendo realizada com sucesso, por meio do programa de intercâmbio de experiências que se realiza junto ao programa de formação continuada, onde as experiências são discutidas sob a perspectiva de replicação. Assim, estas atividades foram registradas em vídeo que apresenta os intercâmbios realizados pelo Núcleo Pantanal/Cerrado/2013 e mostra as experiências. Muitas dessas experiências já têm sido replicadas em outros NRs e com apoio dos consultores regionais e pessoal da FUNAI.

Outro vídeo foi produzido pela Associação Cultural de Realizadores Indígenas (ASCURI) e mostra o intercâmbio promovido pelo Projeto GATI, em junho de 2013. Este programa levou indígenas Guarani Kaiowá e Terena do Mato Grosso do Sul para conhecer a experiência do Centro de Formação Povos da Floresta, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). A ideia é que os indígenas do MS pudessem obter subsídios, a partir de experiências já em curso de centros de formação indígena, para assim, iniciarem ações semelhantes nas suas regiões. O intercâmbio resultou em replicação com ações de planejamento e construção do Centro de Formação Indígena, em Mato Grosso do Sul.

Os intercâmbios do Projeto GATI visam fortalecer as redes de experiências indígenas de gestão ambiental e territorial, nas áreas de Sistemas Agroflorestais, Agroecologia, recuperação ambiental e Centros de Formação Indígena.

Experiências como as atividades desenvolvidas com SAFs têm sido objeto de intercâmbio de experiências e a Carta de Acordo que estabeleceu a parceria com o “Centro de Desenvolvimento Agroecológico – SABIÁ” tem mostrado ser eficiente nas atividades que envolvem troca de experiências e possibilidade de replicabilidade.

* 1. **Custo-efetividade ou Custo-benefício**

Afirma-se no documento do Projeto GATI que existem dados confiáveis no Brasil que indicam que as TIs destacam-se pela boa relação custo-benefício e são eficientes em atingir os objetivos de conservação. Porém, a destinação de recursos do orçamento nacional para a conservação da biodiversidade das TIs tem sido insignificante, uma vez que as taxas de desmatamento nestas áreas têm sido baixas e o estado de conservação alto. Afirma Nepstad, 2006, “o estado de conservação da maioria das TIs é elevado e pelo menos do mesmo nível das APs do SNUC”. De acordo com o PRODOC, a média de investimento para a proteção ambiental por km² em UCs federais é 40 vezes maior do que nas TIs e as terras indígenas mostram boa relação custo-benefício na conservação da biodiversidade.

Trabalho realizado com apoio da TNC na TI Oiapoque demonstra que há tanto grande interesse quanto benefícios mútuos a serem atingidos com baixo custo das ações, por meio do trabalho junto aos PIs para realizar etnozoneamento e gestão, objetivando dar maior visibilidade à contribuição de suas prática de conservação da biodiversidade. A quantificação dos custos da implementação destas atividades comprova que a participação dos povos indígenas também é efetiva.

Atualmente, a articulação entre as diversas TIs localizadas nas ARs do Projeto GATI tem se dado por e-mail e telefone, além dos encontros regionais e nacionais. Os encontros e oficinas onde se mobilizam representantes de organizações indígenas, população indígena e não indígena, como servidores das instituições parceiras e da instituição executora, são pouco eficientes em relação custo-benefício. Portanto, após ações de esclarecimento e informações junto à população indígena, muitas atividades têm sido realizadas por meio eletrônico, utilizando-se de e-mails e de outros recursos com melhor custo-benefício.

Falta, portanto, a estrutura de uma rede custo-efetiva de comunicação, planejamento, controle e advocacy. Tal estrutura seria uma comunidade de prática, mediante o uso de diversas tecnologias da internet, variando do informal ao formal e do aproveitamento de recursos externos ao compartilhamento entre os membros; e de participação, de comunicação assincrônica à sincrônica.[[3]](#footnote-3) A comunicação pode também se dar face a face ou por outros meios mais tradicionais. Os blogs em alguns dos estados deverão ter seus links, p. ex.:

* <http://geppam.blogspot.com.br/>, do Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental (GEPPAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA); e
* <http://cermangueufma.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html>, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Outros *links* seriam para os sistemas de monitoramento, avaliação e controle do Projeto e das diversas instituições ou, de preferência, para um sistema único simplificado e amigável.

Um benefício adicional, identificado pela coleta de dados de campo, seria a possibilidade de envolver mais pessoas a um custo bem inferior ao custo dos encontros nacionais onde é preciso reunir participantes das áreas de execução do Projeto e o dispêndio com passagens, alimentação e hospedagem é alto.

* 1. **Vantagem comparativa do PNUD**

O PNUD é conhecido no Brasil por sua eficiência na execução de projetos de cooperação técnica internacional. No entanto, as instâncias locais de execução do Projeto por meio da FUNAI regional têm buscado dar apoio às demandas dos Núcleos Regionais. Porém, a escassez de recursos orçamentários da FUNAI faz com que o desenvolvimento das ações do Projeto seja realizado com os esforços, por vezes pessoais, de funcionários engajados na causa e por ações dos consultores do Projeto.

Problemas com a gestão centralizada e diversas instâncias burocráticas para a aprovação de atividades a serem desenvolvidas têm provocado atrasos na execução de atividades. Porém, a gestão centralizada é recomendável. Seja como for, a centralização do desempenho financeiro para o desenvolvimento das atividades na instância central da FUNAI ou no próprio PNUD dificulta o processo de cogestão e o alcance da territorialização integral das atividades a serem executadas e do controle social de forma mais eficiente. Porém, há que se avaliar a capacidade das Coordenações Regionais da FUNAI para desempenhar tais funções.

* 1. **Ligações entre o Projeto e outras Intervenções no Setor, inclusive Arranjos Gerenciais**

Os arranjos de Implementação do Projeto têm funcionado de forma eficiente, incluindo funcionários designados pelas instituições parceiras relacionadas à gestão ambiental em Terras Indígenas, como o MMA, FUNAI e organizações indígenas. Este arranjo também incluiu a contratação de consultores técnicos tanto individuais como pessoas jurídicas para o desenvolvimento de atividades junto aos Núcleos Regionais das Áreas de Referência.

Verificou-se que os Núcleos Regionais que envolvem TIs de Áreas de Referência apresentam desempenho maior que as TIs que se localizam nas Coordenações Regionais da FUNAI, uma vez que a atuação dos Consultores Regionais estimula o desempenho técnico e financeiro com continuidade de atividades e com monitoramento das ações.

O Projeto está sendo executado de forma eficiente pela modalidade NEX (Execução Nacional) pelo MMA, FUNAI e pelas Organizações Indígenas que também fazem parte do Comitê Diretor do Projeto.

Estes arranjos têm sido cumpridos com eficiência, embora os recursos de contrapartida de co-financiamento tenham ficado aquém do planejado, demonstrando baixo desempenho financeiro, entre os anos 2010-2013. Esta questão diz respeito à instituição executora, FUNAI, que por não apresentar sua parte em recursos financeiros tem provocado baixo desempenho dos recursos financeiros do GEF administrados pelo PNUD.

Os demais arranjos de implementação como o Comitê Diretor tem executado suas competências com eficiência, o que pode ser demonstrado pelas atas de reunião elaboradas pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP). As reuniões do Comitê tem realizado, periodicamente, a avaliação das atividades executadas e procedido a decisões sobre questões relacionadas ao desempenho físico-financeiro e elaborado os Planos Operativos Anuais (POAs) com prontidão e participação efetiva de seus membros.

A UGP tem realizado a coordenação geral do Projeto, o planejamento operacional, supervisão, gestão financeira e administrativa e a gestão adaptativa com base nos subsídios de planejamento e análise das atividades do Projeto com competência e eficiência.

Os avaliadores realizaram reuniões com os profissionais que compõem a UGP e verificaram as atividades que têm sido desenvolvidas pelos: Diretor Nacional, Coordenador Nacional, funcionário da FUNAI, o Coordenador Técnico do Projeto (CTP), contratado com recursos do Projeto e pelo PNUD; Coordenador Financeiro e coordenadores de ações específicas do Projeto vinculados à FUNAI. Em nível regional, os avaliadores analisaram as ações desenvolvidas pelos técnicos sediados nos Núcleos Regionais, técnicos da FUNAI responsáveis pelas atividades do Projeto e consultores regionais em atuação. Estes técnicos apresentaram as atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade, com ilustração e gráficos que demonstraram desempenho junto ao Projeto (ver anexos).

Como conclusão destas reuniões, os avaliadores reconheceram o empenho dos técnicos e o envolvimento junto aos objetivos e ações direcionadas à obtenção de produtos e resultados eficientes e sustentáveis do Projeto. Constatou-se que existe alto grau de pertencimento ao Projeto por parte dos técnicos e que suas ações garantirão a sustentabilidade das ações de conservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade das TIs e melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Os arranjos de implementação previstos no PRODOC, sem dúvida, têm apresentado eficiência e garantido que as ações do Projeto alcancem os resultados esperados, desde que, seja concedida prorrogação de tempo de duração do Projeto BRA 09/G32, “Projeto GATI”.

**4. Implementação do Projeto**

**4.1. Uma Visão Geral das Ações Implementadas e em Implementação**

Como já explicitado no item sobre contexto e desenvolvimento do Projeto, a implementação teve início efetivamente após as discussões e proposta de Decreto que instituiria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Apesar de atrasos na implementação formal do Projeto, o PNUD procedeu, em junho de 2010, à contratação do Coordenador Técnico do Projeto e instalou o Comitê Diretor, de acordo com o previsto no PRODOC, iniciando formalmente as atividades do Projeto. Como primeira atividade, planejou-se a realização de um seminário nacional em Brasília, com a participação de representantes das TIs inclusas nas Áreas de Referência bem como de servidores das instâncias regionais da FUNAI.

É importante registrar-se que esta fase de início de implementação foi de intensas negociações entre os parceiros, FUNAI, MMA e organizações indígenas, uma vez que cada um destes atores tem missões e objetivos próprios. Somando-se a esta necessidade de diálogo e busca de consensos, mais discussões e informações foram exigidas quando o Projeto iniciou suas atividades nas Áreas de Referência. Cada comunidade indígena passou a expor suas expectativas, uma vez que as consultas regionais que embasaram a proposta final do Projeto se deram em 2008 e o início efetivo das atividades do Projeto estava sendo em 2010.

Muitas das demandas apresentadas pela população indígena fugiam do escopo e possibilidades do Projeto. O problema se exacerbava na medida em que se levantavam as deficiências institucionais de assistência aos PIs, que tomavam o Projeto como o “salvador da pátria”.

Assim, em resposta à necessidade de diálogos com informações e esclarecimentos, um seminário nacional foi realizado, em dezembro de 2010, como também eventos regionais onde foi definida a estrutura dos Núcleos Regionais e de seus Conselhos. Embora o PRODOC tivesse previsto a instalação de 5 Núcleos Regionais, o Comitê Diretor do Projeto aprovou a instalação de 8 Núcleos. Uma vez definida a abrangência geográfica dos núcleos, os consultores regionais foram contratados e, desta forma, iniciou-se o processo de diálogos de esclarecimentos junto às Áreas de Referência.

Todo este processo de esclarecimento garantiu uma base e legitimidade das ações do Projeto e se justificava por estar em concordância com os preceitos preconizados na Convenção 169 da OIT e com a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, no que diz respeito à consulta livre, prévia e informada, como já mencionado.

Acordos de compromisso estabelecidos junto à população indígena das Áreas de Referência foram aos poucos sendo firmados. Em 2011 e 2012, o entendimento já havia melhorado e a instalação dos Conselhos Regionais do Projeto, cujos membros foram indicados por suas comunidades nestas reuniões, foi efetivada. Todo este processo deu o apoio necessário à definição das ações regionais a serem desenvolvidas em cada Área de Referência.

Os Conselhos Regionais constituíram-se em espaço ao aprofundamento das discussões acerca do Projeto, tendo sido a base para a definição das linhas de ação regional, orientando a metodologia de implementação do Projeto nas Áreas de Referência.

O fato a ser evidenciado é que o Projeto BRA/09/G32 em seu documento não fez previsão da necessidade do processo aprofundado de diálogo demandado pelos povos indígenas. Apesar do tempo de duração gasto nestas reuniões de esclarecimentos e informações para o alcance do consenso, avalia-se que foi fundamental para que o Projeto obtivesse resultados parciais satisfatórios até o presente momento e que pudesse contribuir gradativamente para a consolidação das TIs, promovendo a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros.

Além disto, estas informações e relatórios de reuniões elaborados também foram registradas e veiculados por meio de técnicas de comunicação escrita e digital, como boletins e outras publicações. Este componente de comunicação e disseminação de informações e experiências exitosas também não foi previsto no PRODOC. Contudo, a mídia escrita e ilustrada tem sido importante para a consolidação e replicação dos conhecimentos transmitidos e adquiridos em todo o processo.

Com a definição e consenso sobre as linhas de ação regionais e os consultores atuando nas Áreas de Referência, esperava-se dar um impulso no desenvolvimento das atividades. Porém, dificuldades institucionais surgiram em função da paralisação de funcionários da FUNAI que entraram e permaneceram em greve por alguns meses, no ano de 2012.

Após o término da greve, a FUNAI foi acometida pelo problema de falta de recursos financeiros para a contrapartida comprometida junto ao GEF, os quais seriam destinados ao desenvolvimento das atividades. O governo federal, em seu planejamento orçamentário, realizou cortes de recursos financeiros alocados para a execução de suas atividades e a instituição sofreu com o contingenciamento de grande parte dos recursos destinados a seus compromissos. Este fato, sem dúvida, trouxe problemas à execução do Projeto, uma vez que a FUNAI comprometeu-se com uma contrapartida três vezes maior que os recursos doados pelo GEF.

Em 2010, 2011 e 2012, o desempenho financeiro do Projeto foi baixo e bem aquém do planejado, numa porcentagem de recursos realizados de 4,12%, 6,33% e 45,42% respectivamente, nos anos citados, conforme estará explicitado no item desempenho financeiro do presente relatório.

Contudo, as atividades desenvolvidas em 2013 foram impulsionadas pelo trabalho dos consultores junto às Áreas de Referência sob sua responsabilidade. Com isto, o desempenho financeiro com recursos do GEF cresceu e atingiu o dobro do executado até então e estratégias de busca de projetos de parceria com recursos de fundos, como o Fundo Clima e Fundo Amazônia, administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram alavancados pelas negociações e com aval do Projeto GATI.

Em 2013, a contrapartida financeira aos recursos do GEF que depende das estruturas regionais da FUNAI foi novamente acometida com mais outro contingenciamento de recursos. Desta forma, a capacidade de execução de recursos do GEF sofreu novo freio.

É importante ressaltar-se que existe estreita dependência das atividades com relação ao desempenho financeiro do GEF e da FUNAI, uma vez que o apoio das Coordenações Regionais (CRs) da FUNAI é primordial ao desenvolvimento das atividades regionais do Projeto. As CRs operam todos os procedimentos logísticos necessários à realização de eventos ou de ações previstas nos planos operativos do Projeto.

Por outro lado, a atuação dos consultores regionais junto à elaboração e implementação dos Planos Anuais de Trabalho (PAT) das CRs trouxe uma dinâmica própria, impulsionando as atividades de planejamento e melhorando o controle social junto às atividades e aumentando a execução financeira de recursos descentralizados pela instância central da FUNAI.

As variáveis de interferência nas ações do Projeto, tanto o arranjo de parceria FUNAI/GEF como a própria complexidade de um projeto com uma área de atuação tão abrangente com as 32 Áreas de Referência, localizadas em cinco biomas diversos, geram impactos nos resultados das ações do Projeto.

Porém, com apoio local das organizações indígenas e dos consultores regionais do Projeto, algumas alternativas foram desenvolvidas durante o ano de 2013, identificando-se parceiros institucionais com capacidade para desenvolver determinadas ações previstas no PRODOC, em nível regional.

Os Planos de Trabalho têm sido a forma de diálogo com novos parceiros do Projeto. Estes embasam o documento “Cartas de Acordo” que têm como finalidade executar atividades junto à população indígena local com repasse de recursos do GEF/FUNAI a organizações não governamentais. Este mecanismo deu maior dinamismo à execução de ações previstas no PRODOC e ao desempenho financeiro, representando uma estratégia eficiente de alcance das metas do Projeto nas Áreas de Referência.

Como forma de avaliação das atividades do Projeto, uma reunião do Comitê Diretor foi realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2013 nas dependências do PNUD em Brasília. Esta Reunião Ordinária do Comitê Diretor do Projeto GATI teve como objetivo avaliar as ações realizadas e planejar as atividades para o ano de 2014, imprimindo maior efetividade ao alcance das metas do Projeto com base nas três linhas de ação:

* Fortalecimento e estruturação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;
* Elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas e a consolidação de uma rede de experiências de gestão; e
* Apoio a iniciativas de recuperação de áreas degradadas, implementação de sistemas agroflorestais, produção agroecológica e boas práticas de extrativismo nas áreas de referência.

O Comitê Diretor, como instância máxima do Projeto, tem se reunido periodicamente para discussão e elaboração dos Planos Operativos Anuais (POAs), prevendo e programando a aplicação de recursos financeiros com base na avaliação das atividades executadas e em execução.

Como já mencionado, a estrutura organizacional do Projeto inscrito no PRODOC prevê a composição do CDP, funcionando com seis membros representantes de organizações indígenas regionais, três membros do MMA e três membros da FUNAI.

Esta reunião de avaliação contou com a participação dos membros do Comitê Diretor e representantes do PNUD e da organização *The Nature Conservancy*, parceira do Projeto GATI, como observadores. Nesta ocasião foi apresentado o balanço das atividades executadas em 2013 e foram discutidos outros assuntos tais como:

* instalação e funcionamento do Comitê Gestor do PNGATI;
* desenvolvimento dos módulos do Curso Básico de Formação em PNGATI;
* elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs);
* planejamento de Centros de Formação Indígena;
* financiamento de microprojetos de geração de renda para povos indígenas;
* estabelecimento de Cartas de Acordo com instituições parceiras identificadas para a implementação de projetos regionais específicos e referenciados no PRODOC;
* situação dos Conselhos Regionais com base nos Núcleos Regionais;
* planejamento de intercâmbios de experiências entre povos indígenas; e
* outras questões administrativas.

O andamento dos módulos do Curso Básico em PNGATI foi discutido, avaliando-se a participação indígena e não indígena e os resultados obtidos. O Curso e seus módulos fazem parte do Programa de Formação Continuada em PNGATI, que está inscrito no PPA 2012-2015 com uma meta de formação de 300 gestores indígenas e 300 gestores não indígenas da FUNAI, MMA, ICMBio e órgãos afins, para atuarem diretamente nos processos de implementação da gestão territorial e ambiental de terras indígenas, de acordo com o preconizado na PNGATI.

Na ocasião, citou-se o exemplo da realização do primeiro módulo do Curso no Bioma Mata Atlântica, com participação de índios e gestores públicos, ocorrido de 17 a 22 de novembro de 2013, na Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBIO), em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Iperó, Estado de São Paulo. O curso contou com a participação de cerca de 30 lideranças e gestores indígenas e servidores da FUNAI e do ICMBio. Discutiu-se o objetivo da formação que procura qualificar entendimentos básicos e compreensão do conceito de gestão territorial e ambiental, levando os participantes à implementação conjunta da Política.

Em relação a esta atividade, planejou-se a realização do segundo módulo em março de 2014, já desenvolvido entre os dias 25 e 28 e realizado na ACADEBIO, em Iperó, contando com a participação de 33 pessoas. Este segundo módulo foi sobre o Bioma Mata Atlântica Sul e Sudeste e teve como tema central “Cultura e Meio Ambiente”.

A formação, além de envolver as instituições citadas, contou com o apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPIN-Sul), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPIN-Sudeste), Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) e Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBIO).

Na reunião em pauta também discutiu-se a possibilidade de planejar a realização do Programa de Formação Continuada sobre PNGATI em Áreas de Referência do Nordeste e do Cerrado. Assim, em finais de 2013, uma oficina foi realizada para discutir e planejar a formação em PNGATI para gestores públicos e indígenas do Nordeste, Espirito Santo e Minas Gerais.

Outros eventos de capacitação foram realizados em finais de 2013, como ocorrido em Olinda, Pernambuco, onde foi realizada a Oficina Regional Inaugural do Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) para o Nordeste/Leste, conforme incluso no quadro de atividades/resultados, em anexo. O objetivo da oficina foi dar visibilidade e transparência às ações do Curso Básico de Formação em PNGATI, customizar e desenhar estratégias de execução e ainda constituir uma rede de parcerias para sua sustentação.

Este evento contou com 44 participantes, sendo que 18 eram gestores e técnicos da sede da FUNAI, das Coordenações Regionais da FUNAI (Nordeste I, Nordeste II e Sul da Bahia), representantes do ICMBio, consultores regionais do Projeto GATI e membros de organizações não governamentais e universidades e parceiras (ANAÍ-BA, Unimontes e NEPE/UFPE). Outros participantes eram representantes de 15 povos indígenas dos mais de 35 povos dessa região, ou seja, (Kiriri, Pankararu, Pankararé, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Pitaguari, Potiguara, Tingui-Botó, Tremembé, Tumbalalá, Tupinambá, Tupiniquim, Tuxá, Wassu Cocal e Xacriabá), que conta com cerca de 53 Terras Indígenas com algum grau de reconhecimento formal. Nestes estão incluídos indígenas das oito Áreas de Referência do Projeto GATI.

Esta iniciativa também contou com o apoio da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Como resultado, subsídios para a formatação de um “Curso Básico de Formação em PNGATI” com conteúdo e metodologia adaptados às realidades e especificidades regionais e locais foram obtidos. Buscou-se, também, definir o público alvo por meio do estabelecimento de critérios de seleção e da formação de uma rede de parcerias territorialmente articulada. Mais detalhes podem ser obtidos no site: cggamgati.funai.gov.br

Os módulos subsequentes foram planejados para ocorrer entre 18 e 22 de agosto em Rio Tinto, na Paraíba, nas dependências do Campus IV da UFPB, à entrada da TI Potiguara, e outro em novembro de 2014. Outro módulo foi planejado para realizar-se para Bahia, em Minas Gerais e no Espírito Santo. De acordo com relatório sobre o Programa de Formação Continuada em PNGATI, formou-se uma comissão organizadora que, por meio de articulação com pontos focais nesses estados, estudará quais seriam os melhores locais para a realização do curso. Planejou-se a data de divulgação do edital de convocação, que deverá ocorrer até o final do mês de janeiro de 2015.

Ainda na reunião do Comitê Diretor do Projeto GATI, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2013, discutiu-se o quadro atual dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Áreas de Referência, onde sete TIs já possuem Planos finalizados e cinco PGTAs estão em processo de elaboração. Algumas precisam de atualização e ainda, há aquelas que estão em processo de discussão deste instrumento. Estes planos contam com apoio financeiro dos recursos de parceria dos Projetos do Fundo Amazônia e do Fundo Clima destinados às Áreas de Referência da Caatinga e do Cerrado. Discutiu-se ainda a possibilidade de realização de reuniões sobre o tema nas áreas do GATI com realização de oficinas de etnomapeamento e etnozoneamento, como também a atualização de alguns PGTAs.

Na ocasião, apresentou-se a decisão de reimpressão da publicação “Orientação para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”.

A realização de intercâmbios de experiências, outro assunto destacado, tem sido objeto de planejamentos nos Núcleos Regionais. Esta atividade tem sido realizada com povos indígenas das regiões Sul, Sudeste e Pantanal, no Mato Grosso do Sul, promovendo visitas aos Centros de Formação Indígena (CFI) da Amazônia. Citou-se a visita dos indígenas Terena e Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul ao Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa-Serra do Sol, do Conselho Indígena de Roraima (CIR), realizada em junho de 2013.

Estes intercâmbios têm como objetivo fortalecer redes de experiências e de ações de Sistemas Agroflorestais (SAFs), de agroecologia e de recuperação de áreas degradadas ou de outros temas. Como exemplo, relatou-se sobre as oficinas centradas em temas tais como as experiências com o uso do fruto da palmeira jussara para preparação de suco equivalente ao açaí e que foram de grande importância para a geração de renda, tendo sido realizadas na Terra Indígena Ibirama no Estado de Santa Catarina. Estas atividades estão sendo desenvolvidas ao longo de 2014.

Esta reunião e outras promovidas pelo Comitê Diretor têm sido de grande importância para a avaliação das atividades desenvolvidas e para o planejamento das ações do ano seguinte, no caso de 2014. Como conclusão, os membros se manifestaram avaliando que, apesar das dificuldades encontradas e já mencionadas, as ações do Projeto GATI tiveram um impulso satisfatório, tendo como fundamento as atividades de diálogo para a compreensão do Projeto, realizadas em anos anteriores.

Com base em documentos sobre as ações do Projeto e atas onde foram registradas avaliações de atividades, os avaliadores concluem que atividades relevantes em direção aos objetivos do Projeto foram realizadas em 2013.

De acordo com registro na ata da reunião realizada em finais de 2013, assim se expressou o representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB): “Cada vez mais estamos vendo que as ações do GATI estão chegando na ponta, ou seja, nas comunidades indígenas. Pudemos perceber diversas atividades ocorrendo em campo e esperamos que no ano que vem, o Projeto possa alavancar ainda mais suas ações”. Concluiu-se também que os instrumentos e procedimentos para o impulso à implementação estavam apresentados de forma sólida e que o empenho de todos levaria à consolidação das resultados propostos pelo Projeto.

No registro de atividade do Projeto também consta que, em janeiro de 2014, a Unidade Gestora do Projeto (UGP) promoveu reuniões para o plano de ação 2014 e como resultado propôs estratégias de ação que foram apresentadas ao Comitê Diretor e aprovadas dentro do Plano Operativo Anaul para 2014 (POA-2014), encontrando-se em execução, quais sejam:

1. **Estratégia 1:** Firmar Cartas de Acordo com entidades parceiras para executar ações específicas previstas no PRODOC nas regiões, mediante repasse de recursos. Os acordos firmados até o momento são com as instituições abaixo citadas:

* **Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá:** com a finalidade de realizar oficinas de capacitação em agroecologia e implantar sistemas agroflorestais em 03 Terras Indígenas/Nordeste;
* **Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ):** objetivando elaborar 02 Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de Tis do Nordeste.

Estas duas instituições foram indicadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), que tem assento no Comitê Diretor do Projeto GATI.

* ***The Nature Conservancy (TNC):*** com a finalidade de implementar várias linhas de ação nas Áreas de Referência do Projeto no Estado do Amapá, abrangendo atualização de PGTAs existentes e implementação de atividades previstas nestes, como recuperação ambiental e estudo de cadeia de valor de produtos extrativistas, entre outras.

Esta instituição, além de estar desenvolvendo estas atividades na região, é também parceira do Projeto GATI, de acordo com o estabelecido pelo PRODOC.

Os compromissos estabelecidos nas Cartas de Acordo já foram assumidos e as atividades estão em desenvolvimento, como constatado nas visitas de campo realizadas pelos consultores de avaliação, relatório, em anexo. O monitoramento físico-financeiro é realizado pelo PNUD e é apoiado pelo pessoal das Coordenações Regionais da FUNAI. O repasse de recursos financeiros é realizado mediante a apresentação dos produtos previstos no referido documento, sendo que a aprovação dos produtos é feita conjuntamento pela UGP/FUNAI e PNUD.

1. **Estratégia 2:** Ampliar o número de consultores regionais que desenvolvem atividades diretamente nas Terras Indígenas que são Áreas de Referência do Projeto.

De acordo com documentos analisados, a necessidade de desdobramentos de Núcleos Regionais em que estão localizadas diferentes Tis foi identificada e analisada pelos técnicos e discutida em reunião do CDP. Este desmembramento exige a contratação de consultores para atender estas novas áreas e garantir a execução e efetividade das ações. Os Núcleos desdobrados e que demandam a contratação de consultores são:

* **Núcleo Regional Pantanal/Cerrado:** com a divisão do bloco das 03 TIs da etnia Terena, pertencente à Coordenação Regional (CR) de Campo Grande/FUNAI, e o bloco de 03 TIs da etnia Guaraní-Kaiowá, pertencente à CR Ponta Porã. Estas divisões consideraram a realidade geográfica-administrativa distinta e as diferenças socio-culturais e antropológicas das etnias.
* **Núcleio Regional Amazônia/Cerrado:** abrange 03 TIs localizadas em Mato Grosso e Tocantins, pertencentes à Coordenações Regionais distantes das Áreas de Referência.
* **Núcleo Regional Amazônia Oriental:** responsável por 05 TIs, sendo 04 no Amapá e 01 no Pará, será desdobrada e pertencerá à CR Macapá, enquanto que na Área de Referência, a TI Trincheira-Bracajá está sendo acompanhada pela instituição TNC.
* **Núcleo Regional Amazônia Ocidental:** este Núcleo, que engloba 03 TIs nos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, representa grande desafio pelas distâncias entre as TIs e as dificuldades de logística nesta região.

1. **Estratégia 3:** Executar ações com o apoio do novo Projeto BRA/PNUD que conta com recursos da FUNAI, provenientes do Fundo Clima/MMA, para implementação do PNGATI/Projeto GATI. Este é um Projeto de cooperação técnica elaborado no âmbito do Projeto GATI, visando auxiliar a implementação de ações do PNGATI para apoio técnico à novas metodologias, diagnóstico e outros. Foi assinado em dezembro de 2013, com duração de 4 anos e recursos exclusivamente da União. Este Projeto garante a contrapartida da FUNAI ao GEF, da mesma forma com que os recursos do Fundo Amazônia.
2. **Estratégia 4:** Criar carteira de pequenos projetos para as TIs inseridas nas Áreas de Referência. A FUNAI e o PNUD elaboraram critérios para esta carteira, destinando valores até 50 mil reais para apoiar ações voltadas ao alcance dos objetivos do Projeto GATI, nas 32 Áreas de Referência. Esta descentralização de ações e de recursos também se dará por meio da assinatura de Cartas de Acordo com instituição não governamental com experiência na execução e monitoramento de pequenos projetos com recursos do GEF, como o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).
3. **Estratégia 5:** Melhorar a execução da contrapartida da FUNAI, por meio dos Planos Anuais de Trabalho (PAT) executados pelas CRs/FUNAI. Comprovou-se que a existência de áreas de referência sob jurisdição de determinadas CRs têm promovido uma maior execução financeira por parte da FUNAI. Identifica-se que uma melhor execução da contrapartida também tem estimulado o desempenho financeiro dos recursos do GEF, conseguindo resultados com ações conjuntas e complementares.

1. **Estratégia 6:** Qualificar a participação das equipes de trabalho da FUNAI. Identifica-se que as ações do Projeto GATI tem concedido expressivo aprendizado para as equipes técnicas da FUNAI. Torna-se, portanto, importante ampliar a participação de servidores nas ações do Projeto, internalizando seus procedimentos, criando redes de comunicação entre os atores envolvidos e pensando soluções conjuntas.

Estas estratégias já estão em andamento e algumas estão em plena execução com contratação de consultores para áreas desmembradas e cartas de acordo assinadas ou prestes a serem assinadas. Espera-se, como resultados, um avanço na execução do Projeto GATI e na contrapartida da FUNAI e demais parceiros. Assim, o apoio recebido do Projeto BRA-PNGATI/PNUD já pode ser avaliado e projetos como Carteira Indígena e Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI), sob coordenação do MMA, receberam novo impulso.

Além disto, a elaboração e assinatura da Carta de Acordo com a instituição TNC, promoveu melhor desempenho do Projeto GATI e da parceira, dando mais efetividade e sustentabilidade ao Projeto.

Para a consecução destes resultados e produtos, a estrutura organizacional do Projeto, mostrada a seguir, compôs-se em um organograma:

**Quadro 1: Organograma do Projeto**

LOCAL CARGO / FUNÇÃO INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Conselho Regional

Núcleo Regional

**Consultor Técnico (PNUD)**

Conselho Regional

Núcleo Regional

**Consultor Técnico (PNUD)**

**Assessor Técnico**

Conselho Regional

Núcleo Regional

**Consultor Técnico (PNUD)**

Conselho Regional

Núcleo Regional

**Consultor Técnico (PNUD)**

Conselho Regional

Núcleo Regional

**Consultor Técnico (PNUD)**

**Unidade de Gestão do Projeto**

**Diretor Nacional (FUNAI)**

**Coordenação Nacional (FUNAI)**

**Coordenador Técnico (PNUD)**

Coordenador Financeiro (FUNAI)

Assessores Administrativos do Projeto (FUNAI)

**Comitê Diretor do Projeto**

**Presidente (MMA)**

**6 membros de Orgs**

**Indigs, 3 MMA, 3 FUNAI**

**FUNAI**

**Brasília MMA/SBF +**

**IBAMA e ICMBio**

**GEF/PNUD**

**TNC**

**Orgs Indigs**

**32 Áreas de**

**Referência**

Em fins de 2009, o governo federal anunciou por meio de decreto presidencial nº 7.056, de 28 de dezembro, um amplo plano de reestruturação da FUNAI que pretendeu conceder maior capacidade de atuação junto aos locais onde vivem os povos indígenas.

As Administrações Executivas Regionais (AERs) e os Postos Indígenas foram substituídos por Coordenações Técnicas Locais e Coordenações Regionais que passaram a desenvolver ações participativas mais efetivas junto aos povos indígenas, de acordo com os novos paradigmas da FUNAI. Nesta estrutura, planejou-se a criação e implementação de Conselhos Consultivos, nos quais os indígenas e as organizações parceiras participam diretamente na formulação, implantação e gestão das políticas públicas a eles destinadas.

Assim, esta nova estrutura pretende, conforme sua direção, superar os impasses históricos do órgão indigenista oficial. Apreensivos, diversos povos se posicionaram contra as mudanças e reclamaram de falta de consulta prévia prevista na Convenção nº 169 da OIT.

Contudo, a FUNAI, de acordo com explanações da Presidente do órgão em entrevista para fins do presente relatório, há tempos realizava discussões sobre a instituição e necessidade de mudanças estruturais. Além disto, a FUNAI “continuou a dispor de três diretorias que com a presidência e o conselho diretor compôs a nova estrutura. As 45 AERs foram transformadas nas 36 Coordenações Regionais atuais, reduzindo a dispersão administrativa e organizacional e facilitando sua articulação com a administração central. Os postos indígenas foram extintos e em seu lugar foram criadas as coordenações técnicas locais (CTLs)”.

Com a nova estrutura, o Coordenador Regional passou a chefiar as equipes técnicas das CTLs e a centralizar a execução dos recursos financeiros e materiais. Até o momento, pode-se verificar descontentamentos, mas há consenso de que a reestruturação trouxe benefícios à instituição. Evidencia-se que, atualmente, a execução financeira tornou-se mais complexa e redução de dispersões administrativas é importante.

O funcionamento das Coordenações Regionais e Locais passou a atender a população indígena de forma mais eficiente e adequada e desempenhando suas atribuições de promover e executar as políticas públicas, voltadas aos indígenas que estão sob sua jurisdição. A criação dos Comitês Gestores paritários, com 50% de indígenas e 50% servidores, para cada uma das CRs garantiu o protagonismo dos povos indígenas na implementação e execução de políticas públicas.

Esta reestruturação se deu após a aprovação do Projeto GATI, mas sem dúvida, promoveu melhores condições de execução de suas atividades e um orçamento mais robusto para a instituição que, em 2006 era de R$100 milhões passou para R$423,1 milhões em 2010.

De acordo com afirmação de pessoas entrevistados pelos consultores, ainda há problemas de descentralização de recursos financeiros e materiais, como aquisição e manutenção de carros, como meio de locomoção nas TIs, e de seu abastecimento. Mas, os aspectos locacionais e de logística dificultam a solução de todos estes problemas.

Assim, os procedimentos de execução financeira do Projeto GATI têm sido eficientes e a demonstração de gastos planejados e executados em relação aos parceiros do Projeto serão apresentados neste relatório.

Alguns arranjos de parceria com atores relevantes têm sido estabelecidos e questões de execução financeira passaram a apoiar as atividades do Projeto com mais eficiência e rapidez de desempenho.

As atividades desenvolvidas, por produto e resultado e aquelas propostas estão colocadas nos quadros a seguir.

**4.2. Resultados do Projeto**

Apesar dos atrasos na execução do Projeto, provenientes de problemas relativos à: i) reestruturação da instituição executora; ii) dos contingenciamentos de recursos financeiros por parte do governo federal; iii) da falta de pessoal para a execução das atividades, resultante de greve na instituição; e iv) questões já discutidas no presente relatório sobre a necessidade de tempo para a assimilação e apropriação das ações do Projeto GATi que se deram pelos esclarecimentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, as atividades do Projeto têm sido desenvolvidas de forma eficiente e seus resultados têm buscado a sustentabilidade do Projeto.

**4.2.1. Resultados, Produtos e Atividades Realizadas**

O quadro 2 apresenta de forma sintética os produtos por resultados, as atividades desenvolvidas de acordo com os anos de execução do Projeto e os meio de verificação segundo os indicadores inclusos na matriz lógica do Projeto GATI.

As planilhas – Sumário das ações desenvolvidas e em execução do Projeto BRA 09/G32 encontram-se logo após os itens finais deste relatório, quais sejam, o orçamento do Projeto e as conclusões e recomendações. Ver Tabelas às páginas 81 a 109.

* + 1. **Retroalimentação das atividades de M&A usadas para a Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (METT)**

**Quanto ao Alcance dos Objetivos do Projeto: Aplicação da Ferramenta METT**

Os projetos executados com recursos financeiros do GEF voltados à conservação da biodiversidade e de áreas protegidas utilizam como uma das ferramentas de monitoramento o *Management Effectiveness Tracking Tool,* "Ferramenta de Monitoramento de Efetividade de Gestão”, do Banco Mundial/WWF. O Projeto GATI também teve a aplicação do METT, como linha de base do Projeto. Em 2008, na fase de preparação da proposta de projeto, uma versão da ferramenta adaptada à situação de TIs foi aplicada e os resultados constam do anexo do PRODOC em inglês, na forma de pontuação (*“scores”*) para 30 TI.

No entanto, ao lançar as informações do METT no primeiro Relatório de Implementação do Projeto (PIR; junho de 2011), a título de linha base, constatou-se grande variabilidade na qualidade das informações coletadas que compuseram o METT/2008.

Entre os vários problemas encontrados no preenchimento do METT-2008, a escassez e superficialidade de informações sobre a existência de atividades ilícitas ou danosas ao meio ambiente foram evidentes. Isto ocorreu, em parte, porque o preenchimento do METT, em 2008, foi feito por 5 consultores contratados pelo PNUD para apoiar a elaboração da proposta de projeto a ser submetida ao GEF, cada qual sendo responsável por uma região, mas sem terem necessariamente conhecimento aprofundado sobre as TIs que foram indicadas como Áreas de Referência. O preenchimento foi elaborado, em grande parte, com base em entrevistas com lideranças ou representantes do movimento indígena. Devido à falta de familiaridade com o instrumento e seus objetivos, vários problemas sócio-ambientais das Áreas de Referência foram subestimados.

Estas questões e outras relativas a adequabilidade do instrumento levantam dúvidas quanto à eficácia e aplicabilidade do METT como instrumento de monitoramento e apontam para a necessidade de se ter à disposição outra ferramenta. No âmbito do Projeto foi desenvolvido instrumento alternativo de diagnóstico/monitoramento para complementar o METT, abrangendo categorias adicionais de informação sobre outros temas de relevância para descrever a situação socioambiental das TIs e avaliar mudanças nas mesmas.

Esse novo instrumento foi preenchido pelos consultores regionais contratados em 2012 e o conjunto de informações coletadas está sendo avaliado por consultoria específica contratada pela TNC.

Para fins de avaliação de meio-termo, o METT original de 2008 foi reaplicado pelos consultores regionais em todas as Áreas de Referência no final de 2013. Como esperado, a aplicação do instrumento por técnicos com um conhecimento aprofundado destas TIs potencialmente resultaria na queda dos *scores.* Estes técnicos fizeram uma avaliação mais realista de cada TI, baseada em pelo menos 1 ano e 1/2 de experiência de trabalho com as Áreas de Referência. A falta de conhecimento sobre as ARs foi o principal fator que explica a tendência de queda na maioria dos *scores*, servindo para mostrar que o METT possui algumas falhas enquanto metodologia e apresenta forte componente de subjetividade relacionado a quem aplica.

**Tabela comparativa: METT 2008 e 2013**.

|  | **INDIGENOUS LAND** | **AR** | **METT 2008** | **METT 2013** | **Difference** | **Logical Test** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | **Pirakuá** | AR | 70 | 45 | -25 | NEGATIVO |
| 2 | **Lalima** | AR | 72 | 45 | -27 | NEGATIVO |
| 3 | **Cachoeirinha** |  | 70 | 52 | -18 | NEGATIVO |
| 4 | **Jaguapiré** |  | 66 | 42 | -24 | NEGATIVO |
| 5 | **Sassoró** |  | 65 | 37 | -28 | NEGATIVO |
| 6 | **Taunay** |  | 70 | 43 | -27 | NEGATIVO |
| 7 | **Xerente** |  | 0 | 40 | 40 | POSITIVO/NEUTRO |
| 8 | **Pankararu-Entre Serras** | AR | 38 | 27 | -11 | NEGATIVO |
| 9 | **Caramuru-Paraguaçu** | AR | 30 | 24 | -6 | NEGATIVO |
| 10 | **Kiriri** |  | 39 | 32 | -7 | NEGATIVO |
| 11 | **Potiguara** |  | 36 | 39 | 3 | POSITIVO/NEUTRO |
| 12 | **Xacriabá** |  | 33 | 35 | 2 | POSITIVO/NEUTRO |
| 13 | **Caieiras Velhas II** |  | 35 | 36 | 1 | POSITIVO/NEUTRO |
| 14 | **Caiçara-Ilha de São Pedro** |  | 34 | 33 | -1 | NEGATIVO |
| 15 | **Córrego João Pereira** |  | 31 | 31 | 0 | POSITIVO/NEUTRO |
| 16 | **Xokleng de Ibirama** | AR | 56 | 23 | -33 | NEGATIVO |
| 17 | **Mangueirinha** |  | 56 | 31 | -25 | NEGATIVO |
| 18 | **Ribeirão Silveira** | AR | 56 | 60 | 4 | POSITIVO/NEUTRO |
| 19 | **Bracui** | AR | 62 | 48 | -14 | NEGATIVO |
| 20 | **Avá-Guarani de Oco'y** |  | 56 | 31 | -25 | NEGATIVO |
| 21 | **Araribá** |  | 0 | 46 | 46 | POSITIVO/NEUTRO |
| 22 | **Tenondé** |  | 0 | 53 | 53 | POSITIVO/NEUTRO |
| 23 | **Mamoadate** | AR | 56 | 56 | 0 | POSITIVO/NEUTRO |
| 24 | **Igarapé Lourdes** | AR | 60 | 58 | -2 | NEGATIVO |
| 25 | **Andirá-Marau** | AR | 68 | 54 | -14 | NEGATIVO |
| 26 | **Trincheira Bacajá** |  | 52 | 54 | 2 | POSITIVO/NEUTRO |
| 27 | **Wajãpi** |  | 61 | 76 | 15 | POSITIVO/NEUTRO |
| 28 | **Xamboiá** |  | 45 | 43 | -2 | NEGATIVO |
| 29 | **Bakairi** |  | 55 | 39 | -16 | NEGATIVO |
| 30 | **Jumina** |  | 57 | 54 | -3 | NEGATIVO |
| 31 | **Galibi** |  | 57 | 54 | -3 | NEGATIVO |
| 32 | **Uaçá** |  | 57 | 54 | -3 | NEGATIVO |

**Impactos Positivos da Implantação do Projeto GATI junto à FUNAI**

A inserção do projeto dentro da estrutura da FUNAI exigiu certos ajustes para criar o espaço institucional para seu funcionamento, o que provocou atrasos na implementação e no início da execução. Houve a necessidade de estabelecer as vias que permitem que funcionários do órgão operem recursos de doação dentro da legalidade e das exigências formais, pois a estrutura de funcionamento da FUNAI é direcionada para a execução de recursos oriundos de orçamento da União.

A FUNAI acumulou experiência com projetos de cooperação internacional, como com a implementação do PPTAL. Apesar disto, tal como no PPTAL, e recentemente, no Projeto FUNAI/UNESCO, a prática de operar projetos deste tipo não é difundida ou consolidada como uma capacidade institucional. No caso do Projeto GATI, a coordenação responsável pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP) não tinha experiência anterior com projetos de cooperação internacional e, portanto, houve um período de aprendizado, necessário para a implantação da UGP e o início de seu funcionamento.

Em relação aos impactos positivos do Projeto junto à FUNAI, a participação da instituição no processo de construção da PNGATI foi de suma importância para a construção de conhecimentos e execução do Projeto GATI e resultou em vários desdobramentos em relação a sua estrutura. Como exemplo, em 2010, a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (CGPIMA) foi transformada em a Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), refletindo os novos entendimentos em relação à demanda pela gestão territorial e ambiental das TIs. Posteriormente, em 2012, houve um aprimoramento nas atribuições desta Coordenação e, a partir da CGGAM, a Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental-CGLIC foi desdobrada e passou a atuar exclusivamente com processos de licenciamento de empreendimentos que afetam as TIs. A CGGAM, por sua vez, foi reorganizada para melhor refletir as demandas da PNGATI, estruturando-se com as seguintes coordenações:

* Coordenação de Políticas e Projetos Ambientais (COPAM);
* Coordenação de Planejamento em Gestão Territorial e Ambiental (COPLAM);e
* Coordenação de Conservação e Recuperação Ambiental (CORAM).

Em termos de impactos sobre o Projeto, alguns pontos importantes em relação à qualidade ou alcance dos resultados do trabalho desenvolvido pela FUNAI podem ser levantados, quais sejam:

1º - ao realizar a análise dos recursos descentralizados pela CGGAM para ações nas Coordenações Regionais (CRs) referentes ao exercício de 2013 foi constatado que houve um investimento significativamente maior naquelas CRs que têm Áreas de Referência do Projeto na sua jurisdição. Ou seja, com a presença de consultores regionais estimulando agendas de reuniões, oficinas, cursos, intercâmbios e ainda, projetos envolvendo compras de materiais, impulsionou a criação ou aumento nas demandas para o repasse de recursos da FUNAI-Sede para suas instâncias regionais.

Assim, além do que fora previsto em relação ao apoio logístico das ações do Projeto em nível regional e que é considerado como co-financiamento da FUNAI, houve também:

2º - um forte efeito de sinergia em termos de aumentar investimentos da instituição, contribuindo para uma melhoria em sua execução financeira no que tange a gastos com TIs.

Historicamente, é importante frisar que a execução financeira da FUNAI sempre tem ficado muito aquém do que fora planejado. Isto ocorre por uma série de motivos, mas no caso, um projeto de cooperação técnica criou condições para a obtenção de resultados significativos.

No nível do *modus operandi* das CRs, é mais difícil averiguar impactos concretos da atuação do Projeto na incorporação de novas metodologias e abordagens, pois muitas vezes a influência do Projeto se dá de forma difusa, ajudando a apoiar atividades que, de alguma forma, já tinham sido planejadas.

No entanto, há alguns exemplos em que abordagens advindas do Projeto têm sido adotadas pela CR para aplicação em TIs que não são Áreas de Referência. Tal é o caso da CR de Campo Grande, que participou ativamente do processo de apoio a oficinas agroflorestais nas 3 Áreas de Referência: Terenas (TIs Cachoeirinha, Lalima e Taunay/Ipegue) e em seguida na compra de materiais e insumos como ferramentas, sementes e mudas, com recursos da FUNAI. Conforme reunião de planejamento realizada em março/2014, a CR de Campo Grande pactuou valores para investimento semelhante, empregando as mesmas metodologias agroflorestais, em outras 3 TIs, dentro de sua jurisdição (TIs Nioaque, Buriti e Limão Verde).

Foi identificado que a estruturação do planejamento, seguindo a lógica da matriz lógica resultados/produtos, não atendia a realidade do Projeto, sendo necessário outro tipo de estrutura que facilitasse o entendimento e a implementação por parte dos diversos atores e parceiros do Projeto. Para isto foram definidas linhas estratégicas em POAs, que embora sejam vinculadas com a matriz lógica do Projeto, não seguem a mesma lógica hierárquica (Resultado/Linha de Ação e Produto/Ação estratégica). Estas linhas foram apresentadas e consolidadas junto aos pontos focais das coordenações da FUNAI (CGETNO, CGMT, CGGAM) em uma das reuniões semanais.

Uma vez definidas as linhas e ações estratégicas, o próximo passo foi realizar reuniões independentes com cada uma das coordenações e parceiros, de forma a definir com maior detalhe quais são os objetivos/finalidades de cada uma delas. Muito importante foi a identificação do que está sendo feito ou planejado por cada uma das coordenações que possui uma interface com estas linhas estratégicas e com as TIs das Áreas de Referência do Projeto.

* 1. **Orçamento do Projeto**

O Projeto GATI é provido por seis fontes de recursos diretos: GEF, FUNAI, TNC, APOINME e PNUD. Dessas destaca-se a FUNAI com participação de 54% dos recursos destinados ao Projeto, equivalente a 20 milhões de dólares. A APOINME participa com recursos exclusivamente *in kind*, no montante de US$ 302,000.00.

Identificou-se que o fluxo de recursos de informações financeiras não é realizado de forma sistemática e regular, necessitando, portanto, de acordo entre as instituições parceiras.

De acordo com dados apresentados pela UGP/Projeto GATI, a FUNAI foi quem mais aplicou recursos no Projeto até o momento, quase 65% a mais que o GEF. Entretanto, esses recursos representam somente 24% de sua participação, enquanto que os do GEF significam 49%. (Gráficos, UGP, 2014)

Considerando o período de vigência do Projeto, 2009-2014, cada participante deveria mostrar desembolso e valor comprometido próximo a 80%, o que ocorre com a TNC, APOINME e PNUD. O GEF, A FUNAI e o MMA mostram 49%, 24% e 34%, respectivamente.

De acordo com informações da UGP, do ponto de vista orçamentário-financeiro e considerando a execução até o momento, seriam necessários, no mínimo dois anos para a consecução das atividades do Projeto. Para isto, atividades relacionadas aos resultados devem ser priorizadas pela FUNAI e MMA. O Projeto deve elaborar um cronograma que compatibilize ações e desembolsos, utilizando também outros mecanismos de gestão que permitam agilizar a execução, como é o caso das Cartas de Acordo que devem ser fortalecidas.

Além disto, a UGP/setor financeiro recomenda que sejam propostos ajustes nos recursos orçamentários alocados em cada resultado, respeitando-se suas categorias *(cash, cash e in kind e in kind)* ou o aumento de suas participações. Quanto ao desembolso, sugere-se a adoção de novos mecanismos de gestão e priorização de ações do Projeto pelos órgãos executores. Quanto ao fluxo de informações sobre o desempenho financeiro, que seja acordado com os parceiros a periodicidade, tópicos e forma de repasse destes dados à UGP.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EXECUÇÃO GEF: POR RESULTADO/ANO** | | | | | | | | |  | | |  | | | | |  | | | | | **moeda: USD** | | | | |
| Resultado | EXECUÇÃO / ANO | | | | | | | | | | | | | | | | TOTAL (por Resultado) | | | | | Orçamento PRODOC | | | % Desembolso | |
| 2010 | | 2011 | | | 2012 | | | 2013 | | | | | 2014 (\*) | | |
| R1 | 126 | | 21.761 | | | 25.973 | | | 142.682 | | | | | 2.481 | | | 193.023 | | | | | 1.496.780 | | | 13% | |
| R2 | - | | 446 | | | 457.607 | | | 683.654 | | | | | 962.385 | | | 2.104.092 | | | | | 1.992.904 | | | 106% | |
| R3 | - | | - | | | 5.766 | | | 181.593 | | | | | 389.311 | | | 576.670 | | | | | 1.910.316 | | | 30% | |
| R4 | 39.276 | | 90.163 | | | 64.149 | | | 110.806 | | | | | 74.980 | | | 379.374 | | | | | 600.000 | | | 63% | |
| Total Anual | **39.403** | | **112.369** | | | **553.495** | | | **1.118.735** | | | | | **1.429.157** | | | **3.253.160** | | | | | **6.000.000** | | | **54%** | |
| Nota (\*): execução até junho de 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **EXECUÇÃO GEF: % DE REALIZAÇÃO RELATIVO AO PLANEJADO ANUAL moeda: USD** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ANO | | | | 2010 | | | 2011 | | | | | | 2012 | | | | | | 2013 | | | | 2014 | | | | |
| PLANEJADO | | | | 539.230 | | | 1.087.511 | | | | | | 1.174.840 | | | | | | 3.275.000 | | | | 4.015.436 | | | | |
| EXECUTADO | | | | 39.403 | | | 112.369 | | | | | | 553.495 | | | | | | 1.118.735 | | | | 1.429.157 | | | | |
| % de execução | | | | 7% | | | 10% | | | | | | 47% | | | | | | 34% | | | | 36% | | | | |
| Notas: 1- execução até junho de 2014; 2- moeda USD | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **EXECUÇÃO CONTRAPARTIDA: anual por instituição** | | | | | | | | | |  | | | | |  | | |  | | | **moeda: USD** | | | | | | | |
| INSTITUIÇÃO | | PLANEJA-DO | | | EXECUTADO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | %  Exec.. | | |
| 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | | | | 2013 | | | | 2014 | | | | TOTAL | |
| FUNAI | | 20.000.000 | | | 1.237.150 | | | 615.486 | | | 1.003.589 | | | | | 1.559.361 | | | | 443.603 | | | | 4.859.189 | | 24% | | |
| MMA | | 6.565.113 | | | 493.394 | | | 1.479.027 | | | 227.792 | | | | | 11.700 | | | | - | | | | 2.211.914 | | 34% | | |
| TNC | | 3.474.565 | | | 1.202.088 | | | 1.060.107 | | | 662.666 | | | | | 588.937 | | | | - | | | | 3.513.798 | | 101% | | |
| APOINME | | 302.787 | | | 15.943 | | | 45.894 | | | 77.331 | | | | | 70.645 | | | | 29.360 | | | | 239.173 | | 79% | | |
| PNUD | | 400.000 | | | - | | | 202.281 | | | 197.719 | | | | | - | | | | - | | | | 400.000 | | 100% | | |
| TOTAL | | 30.742.465 | | | 2.948.575 | | | 3.402.795 | | | 2.169.096 | | | | | 2.230.644 | | | | 472.963 | | | | 11.224.074 | | 37% | | |
| Notas: 1) execução MMA e TNC até dezembro de 2013. Execução FUNAI, APOINME e PNUD até maio de 2014; 2)% de execução relativa ao valor planejado. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

1. **Conclusões e Recomendações**

**5.1. Conclusões**

O Projeto BRA 09/G32 – Catalização da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros é também denominado por Projeto “Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas” ou Projeto GATI. O próprio título do BRA traz o objetivo de longo alcance que é catalisar a contribuição que as TIs podem oferecer à conservação dos ecossistemas florestais do País. Sua outra denominação sugere desenvolver uma estratégia específica para a gestão territorial e ambiental em territórios indígenas, a etnogestão, buscando a conservação e o uso sustentável da biodiversidade florestal nas TIs.

A estratégia de etnogestão pressupõe uma atuação com base na necessidade de equilibrar e promover o diálogo entre dois sistemas de conhecimento e pressupostos lógicos, o da sociedade ocidental e o dos povos indígenas, com entendimentos entre eles para a continuidade da conservação florestal em suas terras.

Verifica-se que esta estratégia tem sido desenvolvida com eficiência e com fundamento na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que se constituiu em importante instrumento de diálogo entre organizações governamentais e não governamentais e as populações indígenas e suas organizações. O Projeto GATI pode ser considerado como piloto para a implementação desta Política e as discussões em torno das questões que a compõem com as PIs foi de suma relevância para impulsionar a execução das atividades do Projeto.

Outro pressuposto estratégico adotado pelo Projeto GATI considera a necessidade de se tomar as TIs como um território inteiro que integra necessidades de conservação com as necessidades de meios de vida e bem estar da população indígena, com seus valores e culturas específicas. Este pressuposto demanda o conhecimento de suas terras por seu próprio povo e a utilização de metodologias participativas para a realização de diagnósticos ambientais, com ferramentas cartográficas de representação, comunicação e registro de conhecimentos indígenas sobre seu território, a partir da comunidade envolvida. Este etnomapeamento e o planejamento participativo identificando e priorizando áreas de relevância ambiental resultam no etnozoneamento. As duas ferramentas compõem o Plano de Gestão Territorial e Ambiental os PGTAs.

Verifica-se que estas atividades, apesar de demandarem tempo, estão sendo desenvolvidas com eficiência. Espera-se que não só sejam desenvolvidos nas 32 ARs, mas também nas demais TIs. Estas atividades fornecerão, sem dúvida, insumos para a consecução de metas de contribuição para a conservação da biodiversidade florestal. O processo, portanto, exige o entendimento de que o conceito ocidental e dominante de conservação da biodiversidade é distinto frente às formas de entendimento da natureza de populações indígenas, o que exige, acima de tudo, diálogo intenso sobre as ações a serem desenvolvidas com a participação efetiva dos povos indígenas. Estas atividades estão em curso e sua descontinuidade seria uma ameaça à sustentabilidade das ações do Projeto e teria impacto nacional e global.

Além disto, é importante estar atento quanto aos objetivos e metas de conservação em TIs que devem ser mensuradas de acordo com sua extensão territorial. Assim, a estratégia do Projeto deve reconhecer as diferentes contribuições das TIs de grande extensão e baixa densidade demográfica, como as da Amazônia e aquelas provenientes de TIs de reduzidas extensões e alta densidade populacional e que necessitam explorar, por vezes, de forma intensiva seus territórios, como algumas TIs das regiões Nordeste, Leste e Sul do País. Portanto, o alcance de metas de conservação precisa ser analisado com cuidado pelos avaliadores da execução do Projeto.

Tratando-se do monitoramento e avaliação das ações do Projeto, a falta de linha de base que caracterizasse as TIs por meio de técnicas de sensoriamento e imagens de satélite provocou o retardamento deste processo. Atualmente, o Projeto tem se dedicado à realização deste monitoramento, mas também estes procedimentos demandam tempo para o correto monitoramento e controle da conservação florestal e dos usos sustentáveis dos recursos naturais de TIs.

Outro pressuposto que os objetivos do Projeto trabalham é a questão de compatibilizar ações de conservação da biodiversidade com ações segurança alimentar e de geração de renda, pelo uso sustentável desta mesma biodiversidade. Estas atividades estão sendo desenvolvidas com sustentabilidade e considerando a perspectiva indígena de seus valores e cultura.

Verificou-se que estes projetos de geração de renda, executados por meio de micro-projetos, têm apresentado boas práticas que também TSE tornam referência como experiências exitosas, merecendo ser objeto de intercâmbio.

Todas estas atividades desenvolvidas pelo Projeto GATI têm seguido a política do PNUD de consentimento prévio e informado dos PIs. Este consentimento está em concordância e é coerente com as convenções das Nações Unidas tais como a Convenção 169 da OIT. A instituição implementadora, o PNUD, tem também cumprido as prerrogativas da Política de Salvaguardas a Povos Indígenas (PNUD-IPP). A execução das atividades, como já mencionado, foi precedida de amplas consultas aos PIs e às OIs e continua a transmissão das informações necessárias. O Projeto tem concedido grande importância às atividades de capacitação para os PIs e às OIs, por meio do Programa de Formação Continuada em PNGATI.

Conclui-se, portanto, que a análise das atividades do Projeto demonstra que o alcance dos resultados em relação aos objetivos depende do fato de que a continuidade do Projeto seja mantida. Por esta razão, os avaliadores julgam de grande importância a prorrogação do tempo de duração do Projeto, por, pelo menos, dois anos de execução.

* 1. **Recomendações**

Como se pode constatar, o Projeto GATI apresenta um alto grau de complexidade, considerando o número de atores públicos e privados envolvidos em sua execução, que colaboram para alcançar os resultados esperados. O Projeto prevê uma mudança significativa na forma como as instituições se relacionam e interagem com os povos indígenas. Os resultados do projeto podem ser a chave para o desenvolvimento de políticas públicas centradas nos povos indígenas.

Além disso, este é um Projeto sólido que conta com um forte compromisso institucional do Estado, por meio da FUNAI do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do PNUD e do GEF. O envolvimento das organizações de povos indígenas também é muito relevante.

O Projeto GATI está, atualmente, em um momento crítico de seu processo de implementação. Depois de uma longa fase de alinhamento interno e de preparação, as atividades estão sendo efetivamente implementadas. Há um alto nível de confiança entre as comunidades indígenas e as instituições que realizam o Projeto. Há também uma boa coordenação entre todas as organizações e um forte trabalho em equipe. Uma série de parcerias foi estabelecida, incluindo atores institucionais e sociais na implementação do Projeto. Há uma boa complementaridade do Projeto com iniciativas locais e se alcançou bons resultados com a adoção da PNGATI. Há também bons resultados com os cursos de formação e com os micro-projectos nas diversas Áreas de Referência.

No entanto, o Projeto também apresenta alguns pontos fracos que merecem ser abordados, como por exemplo, a limitada capacidade institucional dos principais executores e de organizações indígenas; a falta de agilidade no repasse e desembolso de recursos financeiros; o excesso de burocracia interna de instituições envolvidas, os quais implicam risco de não cumprimento integral dos objetivos do Projeto.

Com base na análise da documentação do Projeto, nas informações coletadas nas visitas de campo a TIs e nas entrevistas com os diversos atores que participam do Projeto, é possível identificar algumas recomendações ao melhor desempenho, eficiência e sustentabilidade do Projeto GATI:

1. O Projeto demanda uma extensão de tempo de execução para alcançar os objetivos e resultados esperados. Mesmo que haja algum atraso, as condições são boas para avançar na implementação.
2. As instituições públicas que participam do Projeto deve cumprir os seus compromissos políticos, técnicos e econômicos, que são necessários para garantir o sucesso do Projeto. Tanto a FUNAI quanto o Ministério do Meio Ambiente devem demonstrar um maior compromisso institucional. Nesse sentido, será importante honrar integralmente seus compromissos financeiros e suas contribuições para o orçamento do Projeto. O Ministério do Meio Ambiente deve ter maior participação na execução do Projeto em questões relacionadas com a implementação da PNGATI, levantando fundos para o uso sustentável e conservação de recursos naturais e da biodiversidade de terras indígenas, para o desenvolvimento de planos de gestão ambiental de terras indígenas, formação e sensibilização nas áreas de conservação, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável etc.
3. A FUNAI precisa ser fortalecida em termos de recursos financeiros para dar prosseguimento à execução com efetividade.
4. O instrumento de monitoramento e avaliação adotado pelo GEF, no caso o METT, deve ser analisado e adaptado sob a perspectiva indígena do desenvolvimento de ações junto à população indígena. A diversidade cultural, de valores e sócio-econômica e ambiental exige consideração específica. A adaptação do instrumento de monitoramento, METT, deve ser compatível com as culturas e com os direitos indígenas.
5. A equipe técnica do Projeto deve ser consolidada e fortalecida para alcançar todos os objetivos e resultados do Projeto. Em particular, merece atenção a equipe de consultores regionais, uma vez que, do ponto de vista da eficácia das ações junto à população indígena depende, não só de seu trabalho, como também do apoio e fortalecimento institucional da instituição executora.
6. Na medida do possível, a contratação de profissionais indígenas deve ser prioritária para enriquecer o perfil da equipe do Projeto.
7. No planejamento futuro das ações do Projeto, será importante considerar a demanda por tempo para o diálogo com os povos indígenas e suas organizações e para a obtenção de consensos internos antes da implementação das atividades.
8. As organizações indígenas locais e regionais que participam do Projeto devem ser capacitadas e fortalecidas internamente. Há necessidade de apoio às suas estruturas internas para garantir a sustentabilidade de suas ações e fortalecer sua capacidade de gestão.
9. O Projeto GATI pode ser considerado como importante instrumento para impulsionar as relações entre o Estado e as comunidades indígenas e suas ações sob o paradígma participativo devem resultar em relevantes subsídios às políticas públicas, envolvendo atividades de uso sustentável de recursos naturais e de conservação da biodiversidade de seus territórios pelos povos indígenas. Para o fortalecimento destas relações e de sua sustentabilidade, torna-se importante impulsionar a implementação de redes de comunicação entre as instituições parceiras, a população indígena e suas organizações.
10. Em relação à recomendação anterior, verifica-se a necessidade de capacitação com aprofundamento de temas relacionados às políticas públicas e aos direitos dos povos indígenas, na busca de alcançar maior autonomia das comunidades indígenas em suas relações com o Governo.
11. Por outro lado, o fortalecimento da capacidade organizacional indígena regional deve conter estrutura para serem consideradas no planejamento nacional. Para tornar isso possível, o Projeto GATI poderia realizar ações de *advocacy* voltadas ao alcance deste objetivo de suma relevância.
12. As informações sobre as ações do Projeto GATI e outras formas de comunicação entre a população indígena e a população envolvente devem fazer parte de um plano de comunicação, utilizando instrumentos de mídia direcionados aos diferentes públicos alvo. Isso permitirá que as comunidades locais estejam cada vez mais envolvidas nas ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade, mas também que a população brasileira reconheça a contribuição das TIs e dos Pis ao desenvolvimento sustentável.
13. Para acelerar o uso dos recursos financeiros do Projeto, há que reduzir e adequar os procedimentos burocráticos das instituições envolvidas na gestão do Projeto. Nesta linha, recomenda-se a simplificação dos procedimentos de empenho de despesas, de autorização para aprovação de micro-projetos e de adoção de decisões de acordos com parceiros selecionados.
14. É necessário reforçar e promover a incorporação de ações de micro-projetos e decidir sobre que iniciativas podem obter financiamentos maiores para garantir a sustentabilidade de suas ações. As organizações indígenas esperam ansiosamente esta iniciativa e gostariam de ver mais resultados em nível local e possibilidades de replicação. A atuação com micro-projetos deve ser uma das prioridades e pilares do Projeto na próxima fase de execução.
15. Torna-se importante uma maior participação das mulheres em projetos de uso sustentável da biodiversidade e geração de renda, nas diversas ARs. Seria importante definir uma porcentagem de projetos aprovados em que se considere a questão de gênero. Uma alternativa diferente, mas complementar, seria a abertura de uma linha específica para micro-projetos executados por mulheres indígenas. Especialmente importante é também importante a participação das mulheres, não só nas atividades produtivas, como também o registro da participação por gênero nas capacitações desenvolvidas.
16. Garantir a sustentabilidade da relação com os parceiros do Projecto GATI é de suma importância. Da mesma forma, torna-se importante fortalecer as relações com outras ONGs que trabalham nas áreas de referência onde atividades do Projeto estejam em desenvolvimento. Os Comitês Regionais podem ser um bom instrumento para garantir tais relações.
17. Apesar da PNGATI ser considerada um resultado importante para a execução do Projeto, é necessário diferenciar a implementação da PNGATI dos objetivos do Projeto e de suas formas de execução.

18)Duas questões relevantes para fortalecer a nova fase de implementação são a segurança jurídica dos territórios indígenas e as metodologias de conservação e uso sustentável da biodiversidade florestal. A segurança jurídica é fundamental para a sustentabilidade das ações de gestão territorial e ambiental. Neste sentido, a FUNAI deve também priorizar o processo de demarcação territorial e de proteção das terras que já são reconhecidas. Isto também demanda maior aproximação com os assuntos e questionamentos realizados no Congresso brasileiro, evitando riscos à integridade das TIs.

19)No que diz respeito à questão da conservação da biodiversidade das TIs, é necessário dar mais visibilidade à contribuição das ações de monitoramento destas terras, com divulgação de imagens de satélite, mostrando que o desmatamento e a degradação em TIs é menor que nas áreas exteriores. Este procedimento de monitoramento já vem sendo realizado, mas tornam-se importantes seu desenvolvimento em outras áreas e a maior disseminação dos resultados obtidos.

20)Por último, outra forma de monitoramento com a participação da população indígena está sendo planejada em parceria entre FUNAI/Projeto GATI e o ICMBio, aplicando metodologia desenvolvida pela parceria com as instituições IPÊ e Fundação Moore e ICMBio com base no Projeto Monitoramento Participativo da Biodiversidade.Esta alternativa, que foi desenvolvida para aplicação em UCs, possibilitará o monitoramento pelos povos indígenas de TIs sobrepostas a UCs.

**Quadro 2: Sumário das ações e andamentos do Projeto BRA 09/G32**

|  |
| --- |
| **Resultado 1:** Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos. |

| Descrição dos Produtos  (output statement) | Atividades planejadas | Status atual de alcance dos produtos vis-à-vis metas estabelecidas | | | | Áreas de Referência | | Meios de Verificação | Observações |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2009/2010 | 2011 | 2012 | 2013/2014 | Original | Atual | Indicadores | Sugestões |
| **Produto 1.1:** Diretrizes, estratégias e procedimentos legais definidos para as áreas destinadas à conservação e ao uso sustentável dentro das TIs | **a.1.1)** Processo de construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) - **5 consultas regionais** para elaborar minuta do Decreto:  **1ª consulta**: Recife (PE) de 23 a 26/11/2009, participação de 240 indígenas, representantes de 47 PIs povos da região Nordeste  **2ª consulta**: Curitiba (PR) de 14 a 17/12/2019, participação de 140 indígenas, de 12 povos da região Sul e do RJ e SP;  **3ª consulta**: Campo Grande (MS) de 26 à 29/01/2010, participação de 190 indígenas, de 7 PIs distintos;  **4ª consulta**: Cuiabá (MT) de 27a 30/05/2010, participação de 320 indígenas, de 56 PIs, região Centro-Oeste e de TO, MA e PA;  **5ª consulta**: Manaus (AM) de 25 a 28/06/2010, participação de 350 indígenas, de 64 PIs do Norte.  Minuta para aprovação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em 10/8/2010. Encaminhado para análise jurídica nos MJ e MMA e Casa Civil da Presidência da República. | 2009 a 2010 |  |  |  |  |  | Plano de Nacional de Gestão Territ. e Ambiental elaborado e legitimado por meio de Decreto 7.747, junho/2012. | As atividades de esclarecimentos e informações sobre a Política e sobre as atividades do Projeto GATI foram conduzidas por meio de seminários e oficinas que demandaram um período de tempo longo. |
| **b.1.1)** Assinatura do Decreto nº 7.747 que institui a PNGATI. |  |  | 05/06/2012 |  |  |  | Assinatura do Decrto 7.747.  Notícia: http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/ |  |
| **c.1.1)** **Realização do Seminário** **PNGATI** – “O Compromisso da Implementação”, parceria entre Funai e Fundação Universidade de Brasilía (FUB). **Objetivo**: apresentar as ações e experiências desenvolvidas por órgãos governamentais, ONGs e, PIs para contribuir a fortalecer a gestão territorial e ambiental das TIs.  **Público**: PIs, órgãos de governo e ONGs, envolvidos na implementação da PNGATI. |  |  |  | 05 e 06/06/2013 |  |  | Relatório do desenvolvimento do Seminário, no site da FUNAI.  <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/531-pngati-e-tema-da-semana-do-meio-ambiente> |  |
| **d.1.1)** Oficina “Desafios de implementação da PNGATI: processos formativos em gestão territorial no Brasil", realização: Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) do Museu Nacional-UFRJ, da FUNAI, do IEB, ISPN, e do Projeto GATI.  - Também contou com o apoio da Fundação Ford, FAPERJ, ABA, CNPq e PNUD.  **Objetivo**: sistematizar informações para subsidiar a elaboração e implementação de programas de capacitação e processos formativos em gestão territorial de TIs em diversas modalidades, como cursos de extensão, cursos técnicos e universitários, voltados para PIs e profissionais da área.  **Público**: organizações indígenas, Institutos Federais Tecnológicos, ONGs, universidades, órgãos de governo e cooperação internacional. | 12 e 13/11/2013 |  |  |  |  |  | Relato sobre o desenvolvimento da Oficina no site:  <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/not-cias/funai-participa-de-oficina-sobre-processos-de-formacao-em-pngati/> |  |
| **e.1.1**) Publicação impressa do Decreto da PNGATI |  |  |  | 1ª impressão publicada em 2013 e a 2ª em 2014. |  |  | Publicação do Decreto 7.747 – PNGATI |  |
| **f.1.1**) Instalação do **Comitê Gestor da PNGATI** |  |  |  | 30 e  31/10/ 2013. |  |  | Ata da Reunião de Instalação do Comitê Gestor da PNGATI  http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/ |  |
| **g.1.1)** **2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da PNGATI**, que definiu Câmaras Técnicas e agenda de trabalho. Faz balanço de ações e define plano de trabalho. |  |  |  | 25 e 26/03/2014 |  |  | Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor e notícia no site  <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/noticias/2-reuniao-ordinaria-comite-gestor-da-pngati-> |  |
| **h.1.1)** Grupo de Trabalho Interministerial-GTI Funai/ICMBio instituído pela Portaria Conjunta n.º 1, de 29/05/2013 com os **objetivos**: I – identificar e analisar situações de interface entre TIs e UCs, inclusive RESEX, caracterizando as situações de conflito e as situações não conflituosas;  II- identificar os instrumentos já utilizados para resolução de conflitos; e  III- propor medidas institucionais para implementação das ações de gestão territorial e ambiental das áreas em interface, conforme diretrizes da PNGATI. O GTI realizou sua 1ª reunião 08/2013 e desde então foram realizadas 07 reuniões de trabalho. |  |  |  | 2013-2014 |  |  | Grupo Interministerial de Trabalho instituído. |  |
| |  |  | | --- | --- | | **i.1.1)** Criação de Mosaico de  ÁPs/PA/Amapá.  Mosaico com mais de 12  milhões /ha, formado por 3 TIs e 6  UCs. | 2013 | |  | **j.1.1)** Lançamento do Portal PNGATI no site (24/02/2014). www.funai.gov.br/pngat | |  |  |  | 2013 |  |  | Portaria nº 4/MMA, 03/012013 de criação de Mosaico de APs no norte do Pará e Amapá. |  |
| j.1.1. Lançamento do **Portal PNGATI,** 24/02/2014. |  |  |  | 2014 |  |  | Elaborado Portal/PNGAT, ver  site [www.funai.gov.br/pngati](http://www.funai.gov.br/pngati) |  |
| **Produto 1.2**: Estratégias sustentáveis de financiamento desenvolvidas para a continuidade da gestão etnoambiental dentro das TIs. | **a.1.2)** Inserção de temas da PNGATI no PPA do Governo (2011/2015). Inserção feita após consultas regionais em 2010 (ver planilha específica relacionando Produtos PRODOC, eixos da PNGATI e metas do PPA; |  |  |  | 2011 a  2015 |  |  | Relatório/Planilha Correlacionando temas da PNGAT com itens do Plano Plurianual (PPA 2011-2015) do Governo. A Planilha relaciona Produtos PRODOC, eixos da PNGATI e metas PPA. |  |
| **b.1.2)** Apresentação de estudo da Nave Terra (TNC) detalhando mecanismos existentes para financiamento da PNGATI e as possibilidades de criação de novos instrumentos. |  |  |  | 10/06/2013 |  |  | Relatório-Produto da TNC |  |
| **c.1.2)** Criação de um novo projeto de cooperação técnica para apoio à implementação da PNGATI **(BRA/13/019**) e aplicação de recursos do **Fundo Clima**/MMA, (**R$ 3 milhões**) em apoio aos PGTAs. |  |  | 2012 | 2013  a  2018 |  |  | Projeto BRA/13/019, recursos do Fundo Clima elaborado, com atividades executadas e em execução, apoio aos PGTAs nos biomas Caatinga e Cerrado. |  |
| **d.1.2)** Apoio técnico à Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto para acessar o edital PPP Ecos (ISPN/PNUD/GEF), com o projeto **"Fortalecimento do Extrativismo Tradicional nas Áreas do Cerrado e Caatinga da TI Xakriabá"**. R$ 98.740,00. |  |  |  | 2013 |  | TI Xacriabá/Nordeste 2 | Projeto “Fortalecimento do Extrativismo Tradicional” aprovado pelo Programa PPP-Ecos/ISPN, com apoio técnico na elaboração do Projeto GATI. Ver site ISPN |  |
| **e.1.2)** Apoio técnico à Associação Indígena Entre Serras Pankararu para acessar o edital PPP Ecos (ISPN/PNUD/GEF), com o projeto "Frutificando na Caatinga", contribuindo para autonomia e sustentabilidade do povo Pankararu, por meio do fortalecimento da cadeia produtiva de frutas nativas do território. Valor: R$ 68.785,50; |  |  |  | 2013 | TI  Entre Serras | TI Entre Serras/Nordeste 1 | Projeto “Frutificando no Cerrado” aprovado pelo Programa PPP-Ecos/ISPN, com apoio técnico na elaboração do Projeto GATI.  Ver site ISPN |  |
| **f.1.2)** Articulação e apoio técnico para elaboração e lançamento da **Chamada Publica do Fundo Amazônia/BNDES** para apoio às PGTAs - **R$ 70 milhões**.  Apoio à elaboração PGTAs no Estado do Amazonas. |  |  |  | 08/05/2014 data do lançamento da Chamada Pública do Fundo Amazônia;-  20/02/2014 data da assinatura do financiamento |  |  | Recursos do Fundo Amazônia, aprovados, FUNAI/MMA/Projeto GATI.  http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/not-cias/bndes-funai-e-mma-lancam-chamada-publica-para-apoiar-planos-de-gestao-ambiental-e-territorial-pgtas/ Ver notícia: http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/noticias/fundo-amazonia-destina-r-24,4-milhoes-para-terras-indigenas/ | Valor total do financiamento é de R$24,4 milhões para TIs do Amazonas, Pará e Mato Grosso. |
| **g.1.2)** Oficina para divulgação da Chamada Pública **Fundo Amazônia/BNDES para PGTAs,** com parceiras e organizações indígenas, Brasília. |  |  |  | 10 e 11/06/2014 |  |  | Relatório da Oficina elaborado . Ver site cggamgati.funai.gov.br |  |
| **Produto 1.3:** Capacidades dos indígenas e dos parceiros do governo fortalecidas para o desempenho de novos papéis e procedimentos para TIs. | **a.1.3)** Oficinas com SEGATs (Serviço de Gestão Ambiental e Territorial) das CRs da Funai, responsáveis pelas áreas de referência do Projeto GATI, para capacitação em Projeto GATI e PNGATI:-  1ª oficina de 2011, com pontos focais de 17 CRs;-  2ª oficina de 2013: Foi direcionada aos servidores das Coordenações Regionais e Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI (total de 23 servidores) como também da sede e teve como objetivo aprimorar os conhecimentos sobre a PNGATI visando sua efetiva implementação; |  | 1ª Oficina:  19-23/09/2011 |  | 2ª Oficina:  19-23/08/2013 |  |  | Oficinas realizadas com objetivo de capacitação das CRs da FUNAI, em PNGATI, visando a implementação da política e das atividades do Projeto GATI e com relatórios: Ver notícia: http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/not-cias/noticia-x/ |  |
| **b.1.3**) Elaboração do marco orientador para formação continuada em PNGATI, financiado pela GIZ, FUNAI e GATI, ao longo de 2012. A proposta do Curso Básico foi discutida em Reunião Extraordinária do Comitê Diretor do Projeto GATI (Brasília); |  |  | 20  E  21/11/2012 |  |  |  | Marco orientador para Formação Continuada em PNGATI elaborado e aprovado pelo Comitê Diretor do Projeto. |  |
| **c.1.3)** Realização de 3 Cursos de formação em PNGATI na Amazônia, por meio de novo projeto do IEB para implementar o marco orientador (ver b.1.3), com recursos da Fundação Moore, sendo estes:  • Sul Amazônia: início 01/10/2013;  • Rondônia: início em agosto 2013;  • Roraima: início em 09/2013.  **No total são 108 participantes**, sendo **63 do movimento indígena**, **23 da FUNAI**, **11 do ICMBio**, **1 de** cada uma das seguintes instituições: **IBAMA, Embrapa, Conab, SEIND/AM e GIZ.** Participaram ainda **2 representantes de ONG e 4 do Núcleo Insikiran/UFRR.** |  |  |  | 2013-2014 |  |  | 03 cursos de formação em PNGATI realizados e com relatório elaborado, e com 108 participantes, sendo 63 do movimento indígena, 63 da FUNAI e 11 do ICMBio. |  |
| **d.1.3)** 1 Curso com MMA/ICMBio, FUNAI/GATI na Academia Nacional da Biodiversidade, Bioma Mata Atlântica Sul-Sudeste.  Curso com 5 módulos, **36 participantes** sendo 22 do movimento indígena, 7 da FUNAI, 2 do ICMBio e 1 de cada uma das instituições: Emater-RS, CATI-SP, SEDUC-SP (Secretaria de Estadual de Educação), ARPINSUL e consultor Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá.  **-1º Módulo:** tema “Entendendo a PNGATI”  **2º Módulo**: tema “Cultura e Meio Ambiente”  **-3º Módulo:** tema “Poder e Sustentabilidade dos Povos e Territórios Indígenas”  **-4º Módulo:** tema "Instrumentos de Gestão e Protagonismo Indígena"**-5º Módulo:** Seminário Integrador |  |  |  | **Oficina de modelagem** Curso: 27 à 28/08/2013  **-1º Módulo**:18 à 22/11/2013  **-2º Módulo** 24 e-28/03/2014-  **-3º Módulo** 02 à 6/06/2014  **-4º Módulo**:25 à 29/08/2014  **-5º Módulo** 17 à 21/11/2014. | TI Ibirama | - TI Ibirama  - TI Mangueirinha  - TI Ava Guarani de Oco`y  - TI Guarani do Ribeirão Silveira  -TI Bracul  - TI Tenondé-Porã  - TI Araribá | Curso com 5 módulos realizado, tendo capacitado 22 do movimento indígena e o restante foram participantes das instituições parceiras.  5 módulos realizados.  Ver notícia: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/noticias/gestores-da-funai-e-icmbio-participam-do-primeiro-modulo-da-formacao-entendendo-pngati/->  Ver notícia: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/not-cias/cursistas-do-sul-e-sudeste-debatem-cultura-e-natureza-durante-2-modulo-do-curso-basico-de-pngati/> |  |
| **e.1.3)** 1 Curso de Formação em PNGATI para Nordeste, MG e ES, realizados pela Funai/GATI e MMA. O curso é itinerante, com 5 módulos. São 44 participantes, sendo 30 do movimento indígena, 10 da Funai, 3 do ICMBio e 1 da SEMAS/PE.  **-Oficina de modelagem do Curso:** O objetivo da oficina foi dar visibilidade e transparência às ações do Curso Básico de Formação em PNGATI, customizar e desenhar estratégias de execução e ainda constituir uma rede de parcerias para sua sustentação.  **-1º Módulo:** tema "Povos e Territórios Indígenas: cultura, meio ambiente, poder e sustentabilidade"- Parte 1, em Petrolândia-PE. Ver notícia: [http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/not-cias/](http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/not-cias/rio-sao-francisco-e-homenageado-na-abertura-do-1o-modulo-do-curso-basico-de-formacao-em-pngati-para-o-nordeste-minas-gerais-e-es/)  -**2º Módulo**: Povos e Territórios Indígenas: cultura, meio ambiente, poder e sustentabilidade- Parte 2, em Rio Tinto-PB  -**3º Módulo**: Entendendo a PNGATI  -**4º Módulo**: Instrumentos de gestão e protagonismo indígena  -**5º Módulo**: Seminários de Diálogo |  |  |  | - **Oficina de modelagem** Curso: 12 à 13/12/2013  **-1º Módulo:** 12-16/05/2014  **-2º Módulo:** 18-22/08/2014  **-3º Módulo**: 3-7/11/2014  **-4º Módulo:** 23-27/02/2015  **-5º Módulo:** 11-15/05/**2015** | - TI Entre Secas  - TI Caramurú- Paraguaçú | - TI Entre Secas  - Kiriri  - TI Caiçara/Ilha de São Pedro  - TI Potiguara  - TI Córrego de João Pereira  - TI Caramurú- Paraguaçú  - TI Xacriabá  - TI Calheiras Velha | - 5 módulos de capacitação realizados por meio de oficinas em diversas TIs.  44 participantes, sendo 30 do movimento indígena.  Relatório elaborado.  Ver notícia: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/not-cias/oficina-discute-formacao-em-pngati-para-gestores-publicos-e-indigenas-do-nordeste-espirito-santo-e-minas-gerais/> |  |
| **f.1.3)** Curso de Formação em PNGATI para o Bioma Cerrado: Status - Realizada Oficina de Mobilização para definir parceiros e planejamento. Parceiros: FUNAI, Projeto GATI (PNUD e GEF), GIZ, UnB. Previsão de realização de Oficina de Modelagem: 31/07 e 01/08/2014 |  |  |  | Reunião de Planejamento  31/03/2014 |  |  | Planejamento realizado e oficina de mobilização. Participação dos parceiros do Programa de Formação em PNGATI, ver relatório. |  |
| **Produto 1.4**: Protocolos de vigilância, proteção e monitoramento elaborados e fortalecidos em áreas de entorno e dentro de TIs. | **a.1.4)** Portaria Nº 320/PRES-FUNAI - Estabelece diretrizes e critérios para a concessão, execução e controle de pagamento auxílio financeiro pela FUNAI aos indígenas que participam das ações de proteção e promoção de direitos (atividades de vigilância e etnodesenvolvimento);. |  |  |  | 27/03/2013 |  |  | Elaborada Portaria Nº 320/PRES-FUNAI e executada. |  |
| **b.1.4)** Formação de Brigadistas Indígenas (Acordo de Cooperação Técnica nº 41/2013 entre Funai e IBAMA). No total são 29 brigadas indígenas, onde sete são em áreas de referência do Projeto GATI, cada brigada com 15 integrantes. Ver notícias: http://www.ibama.gov.br/publicadas/ibama-inicia-os-preparativos-para-o-periodo-critico-de-fogo-em-2013; <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/567-funai-e-ibama-intensificam-parceria-para-protecao-de-terras-indigenas-contra-incendios-florestais?highlight>= |  | Início  2011 |  | Continua  2014 |  |  | 29 Brigadistas Indígenas capacitados para atuar nas ARs do Projeto GATI.  Estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica nº 41/2013, entre FUNAI/IBAMA.  Ver site funai.gov.br |  |
| **c.1.4)** Criação da brigada indígena na TI Xacriabá; |  |  |  | 2013 |  | TI Xacriabá/Nordeste 2 | Brigada criada, relatório de capacitação. |  |
| **d.1.4)** Criação da brigada indígena na TI Xerente; |  |  |  | 2013 |  | TI Xerente/Amazônia Cerrado | Brigada criada, relatório de capacitação |  |
| **e.1.4)** Criação da brigada indígena na TI Cachoeirinha; |  |  |  | 2013 |  | TI Cachoerinha/Pantantal Cerrado | Brigada criada, relatório de capacitação |  |
| **f.1.4)** Criação da brigada indígena na TI Uaça; |  |  |  | 2013 |  | TI Uaçá/Amazônia Oriental | Brigada criada, relatório de capacitação |  |
| **g.1.4)** Criação da brigada indígena na TI Galibi; |  |  |  | 2013 |  | TI Galibi/Amazônia Oriental | Brigada criada, relatório de capacitação |  |
| **h.1.4)** Criação da brigada indígena na TI Jumina; |  |  |  | 2013 |  | TI Jumina/Amazônia Oriental | Brigada criada, relatório de capacitação |  |
| **i.1.4)** Criação da brigada indígena na TI Bakairi; |  |  |  | 2013 |  | TI Bakairí/Amazônia Cerrado | Brigada criada, relatório de capacitação |  |
| **j.1.4)** - Curso de monitoramento territorial da CGMT na TI Mangueirinha, resultando em Plano de Monitoramento Territorial; |  |  |  | 2013 |  | TI Mangueirinha/Mata Atlântica Sul  TI Ibirama/Mata Atlântica Sul | Plano de Monitoramento Territorial da TI elaborado. |  |
| **k.1.4)** - Curso de monitoramento territorial da CGMT na TI Ibirama, resultando em Plano de Monitoramento Territorial. |  |  |  | 2013 | TI Ibirama | TI Ibirama/Mata Atlântica Sul | Plano de Monitoramento. Territorial da TI elaborado. |  |
| **l.1.4)** Microprojeto Indígena de Monitoramento: Controle territorial e etnomonitoramento na região da base do Encruzo. |  |  |  | 2013 |  | TI Uaçá/Amazônia Oriental | Microprojeto indígena elaborado para controle territorial e etnomonitoramento , e em execução. |  |
| **m.1.5)** Microprojeto Indígena de Monitoramento: Apoio ao trabalho de Cartografia Social com interface na reaviventação dos limites e reconhecimento da TI Ava-Guarani de Oco'y |  |  |  | 2013-2014 |  | TI Ava-Guarani Oco`y/Mata Atlântica Sul | Microprojeto indígena elaborado para controle territorial e etnomonitoramento , e em execução e cartografia social e geográfico em execução. |  |
| **Reultado 2:** Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinadas à conservação em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelo povos e organizações indígenas. | | | | | | | | | |
| **Produto 2.1:** Planos de etnogestão, incluindo zoneamento, desenvolvidos para Áreas de Referência selecionadas por agentes ambientais  indígenas, e ereconhcidos pelas autoridades relevantes.  **Produto 2.2:** Redes nacionais e regionais de praticantes de etnogestão estabelecidas para replicar atividades e mecanismos destinados à conservação dentro de TIs. | **a.2.1)** PGTA da TI Mamoadate em 2002, realizado pelo Governo do Acre e Comissão Pró-Índio. O Projeto GATI vai apoiar a revisão deste PGTA. |  |  | Consolidação do PGTA  2012 | Revisão do PGTA  Via  GATI | TI Mamoadate | TI Mamoadate/Amazônia Oriental | PGTA consolidado e revisão realizados com apoio do Projeto GATI. |  |
| **b.2.1)** PGTA TI Igarapé Lourdes, realizado em 2004, pela ONG Kanindé (Associação de Defesa Etnoambiental). Foi atualizado em 2013, pelo IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), com recursos do Carteira Indígena – chamada Projeto GATI; |  |  |  | Revisão  2013  Consolidação  2014 | TI Igarapé Lourdes | TI Igarapé Lourdes/Amazônia Ocidental | PGTA atualizado com recursos da Carteira Indígena, MMA/FUNAI |  |
| **c.2.1)** PGTAs da TI Jumina (TNC e IEPE). Em processo de atualização por meio da Carta Acordo PNUD-FUNAI- GATI-TNC; |  |  |  | 2013-2014 |  | TI Jumina/Amazônia Oriental | PGTAs em processo de atualização.  Carta de Acordo FUNAI/GATI/TNC |  |
| **d.2.1)** PGTA da TI Galibi (TNC e IEPE). Em processo de atualização por meio da Carta Acordo PNUD-FUNAI- GATI-TNC; |  |  |  | 2013-2014 |  | TI Galibi/Amazônia Oriental | PGTAs em processo de atualização.  Carta de Acordo FUNAI/GATI/TNC |  |
| **e.2.1)** PGTA TI Uaça (TNC e IEPE). Em processo de atualização por meio da Carta Acordo PNUD-FUNAI- GATI-TNC; |  |  |  | 2013-2014 |  | TI Uaçá/Amazônia Oriental | PGTAs em processo de atualização.  Carta de Acordo FUNAI/GATI/TNC |  |
| **f.2.1)** PGTA Wajãpi (TNC e IEPE). Em processo de atualização por meio da Carta Acordo PNUD-FUNAI- GATI-TNC; |  |  |  | 2013-2014 |  | TI Wajanpí/Amazônia Oriental | PGTAs em processo de atualização.  Carta de Acordo FUNAI/GATI/TNC |  |
| **g.2.1)** 2ª etapa de treinamento em cartografia e GPS TI Trincheira-Bacajá/Reaviventação limites |  |  |  | 21-31/10/2013 |  | TI Trincheira-Bacajá/Amazônia Oriental | Treinamento realizado em cartografia e aplicação de GPS |  |
| **h.2.1)** Etnomapeamento/Etnozoneamento da TI Trincheira Bacajá, realizado por Carta Acordo PNUD-FUNAI-GATI-TNC, com consultoria da Wayuri. Realizada a 1ª Oficina de etnomapeamento |  |  |  | Oficina  Abril/2014 |  | TI Trincheira-Bacajá/Amazônia Oriental | Etnomapeamento/etnozoneamento realizado.  Carta de Acordo FUNAI/GATI/TNC |  |
| **i.2.1)** Elaboração do PGTA TI Bracuí do povo Guarani, execução direta FUNAI-GATI |  |  |  | 1ª Oficina  02-04/06/2014 | TI Bracuí/M. Atlântica Sudeste | TI Bracuí/M. Atlântica Sudeste | PGTA realizado, diretamente consultor, FUNAI/PNUD/Projeto GATI. |  |
| **j.2.1)** Curso de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná – IFPR no Campus Paranaguá: “Cartografia Social: uma ferramenta para o fortalecimento identitário e a mobilização social”. Participaram 2 indígenas de cada AR do Núcleo (total de 6) e 3 servidores da FUNAI, das CRs Litoral Sul, Interior Sul e da CTL Curitiba. Ver notícia: http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/noticias/povo-indigena-xokleng-inicia-mapeamento-historico-cultural-do-seu-territorio/ |  |  |  | Curso  27-28/06/2013 | - TI Ibirama//M. Atlântica Sul | - TI Ibirama//M. Atlântica Sul  - TI Mangueirinha/M. Atlântica Sul  - TI Ava-Guarani Oco`y/M. Atlântica Sul | Curso de extensão realizado pela Pró-Reitoria, Instituto Federal do Paraná em “Cartografia Social”, tendo participado indígenas das ARs – Mata Atlântica Sul, total 06 indígenas e 03 servidores da FUNAI.  Ver site: cggamgati.funai.gov.br |  |
| **l.2.1)** Oficina de Etnomapeamento Ibirama, via Cartografia Social, parceria GATI com a Universidade Estadual de Santa Catarina. |  |  |  | 1ª Oficina  14/02/2014  2ª Oficina  24-27/06/2014 | TI Ibirama/M. Atlântica Sul | TI Ibirama/M. Atlântica Sul | Oficina de etnomapeamento/cartografia social realiza. |  |
| **m.2.1)** Curso de Cartografia promovido pelo IBGE (Rio de Janeiro) para Guarani das TIs Guarani do Bracuí, Guarani do Ribeirão Silveira e Tenondé-Porã; |  |  |  | 09-13/09/2013 |  | - TI Bracuí/M. Atlântica Sudeste  - TI Guarani R. Silveira/M. Atlant. Sudeste  - TI Tenondé-Porã/M. Atl. Sudeste | Realizado curso de cartografia social IBGE/FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **n.2.1)** PGTA da TI Entre Serras, do povo Pankararu, sendo desenvolvida por meio de Carta de Acordo com ANAI (Associação de Ação Indigenista). Status: Oficina de planejamento realizada em 16 à 20/06/2014; |  |  |  | 2014 | TI Entre Serras | TI Entre Serras/Nordeste 1 | Oficina de planejamento PGTA realizado por meio Carta de Acordo FUNAI/Projeto GATI/ANAI. |  |
| **o.2.1)** PGTA Caiçara/Ilha de São Pedro sendo desenvolvido por meio de Carta de Acordo com Anaí-Bahia. Status: Oficina de planejamento realizada em 16 à 20/06/2014. |  |  |  | 2014 |  | TI Caiçara/Ilha de São Pedro/Nordeste 1 | Oficina de planejamento PGTA realizado por meio Carta de Acordo FUNAI/Projeto GATI/ANAI |  |
| **p.2.1)** Etnozoneamento das TIs Potiguara, realizado em 2010, pela CGMT/Funai/Unesco e publicado em 2012 com apoio da GIZ; | 2010 |  |  |  |  | TI Potiguara/Nordeste 1 | Etnozoneamento realizado e publicado. |  |
| **a.2.2)** Rede virtual de Experiências de Gestão, no site www.funai.gov.br/pngati. Número de visitantes até 25/06: 1555 |  |  |  | 23/02/2014  Site entrou no ar |  |  | Rede virtual de experiência de gestão estabelecida.  Ver site. |  |
| **b.2.2)** Intercâmbio dos Potiguaras à Associação de Criadores de Camarão de Icapuí-CE e fazenda Primar em Tibau do Sul-RN (apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura, Funai, GATI); |  |  | 02-20/12/2012 |  |  | TI Potiguara/Nordeste1 | Intercâmbio de experiências realizado, FUNAI/GATI. |  |
| **c.2.2)** Intercâmbio de 10 indígenas Terena e Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul para a TI Araribá a fim de trocar de experiências com agricultores familiares e indígenas; |  |  |  | 27/04 a  06/05/2013 | - TI Pirakuá  - TI Lalima | - TI Pirakuá/Pantanal Cerrado  - TI Jaguapiré/P. C.  - TI Sassoró/P. C.  - TI Taunay/P. C.  - TI Lalima/P. C.  - TI Cachoeirinha | Ações de intercâmbio de experiências realizadas.  Ver relato site:  cggamgati.funai.gov.br |  |
| **d.2.2)** Intercâmbio de 23 indígenas Xokleng da TI Ibirama-SC à Cooperafloresta em Barra do Turvo (SP), com mais 5 participantes, entre consultora, colaborador, servidor Funai e servidores do Programa SC-Rural; |  |  |  | 02-06/05/2013 | TI Ibirama/M. Atlântica Sul | TI Ibirama/M. Atlântica Sul | Intercãmbio realizado, participação de 23 indígenas. Relato site:  Cggamgati.funai.gov.br |  |
| **e.2.2)** Intercâmbio de 12 Indígenas das TIs Pankararu e Kiriri para Projeto Fruta Sã, Carolina/MA, a fim de conhecer o processo de beneficiamento de frutas; |  |  |  | 06 a 12/07/2013 | TI Entre Serras | - TI Entre Serras/Nordeste 1  - TI Kiriri/Nordeste1 | Intercãmbio realizado, participação de 12 indígenas. Relato site:  Cggamgati.funai.gov.br |  |
| **f.2.2)** Intercâmbio de 15 Indígenas do povo Bakairi à Aldeia Barranco Vermelho do Povo Rikbaktsa (MT) para conhecer os projetos de extrativismo sustentável do látex da seringueira e castanha-do-brasil; |  |  |  | 31/07 a 04/08/2013 |  | TI Bakairí/Amazônia Cerrado | Intercãmbio realizado, participação de 15 indígenas. Relato site:  Cggamgati.funai.gov.br |  |
| **g.2.2)** Intercâmbio de 13 indígenas Xokó ao projeto de Agroecologia do Núcleo do Pajeú do Centro Sabiá; |  |  |  | 11-14/08/2013 |  | TI Caiçara/Ilha de São Pedro/N 1 | Intercãmbio realizado, participação de 13 indígenas. Relato site:  Cggamgati.funai.gov.br |  |
| **h.2.2)** Participação dos indígenas em eventos: • Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais – Ilheus (BA) de 14 à 18/10/2013: Sessão técnica "Experiências inovadoras com ensino-aprendizagem e produção agroflorestal de povos indígenas no Brasil" • 3º Encontro Nacional de Agroecologia, Juazeiro (BA), em 16 à 19/05/2014 • VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre (RS) em 25 à 28/11/2013: oficina com tema "Resgate e valorização das sementes tradicionais Indígenas" |  |  |  | 2013-2014 |  |  | Eventos realizados em 2013 e em 2014. |  |
| |  | | --- | | **i.2.2)** Apoio de 07 indígenas para participar do VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado; | |  | |  |  | 12/09/2012 |  |  |  | “Encontro e Feira dos Povos do Cerrado”,07 indígenas participaram, apoio FUNAI/GATI |  |
| **j.2.2)** Apoio a 08 indígenas para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20); |  |  | 13 a 22/06/2012 |  |  | TI Entre Serras/Nordeste 1 | Conferência realizada, com participação de 08 indígenas, apoio FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **Produto 2.3:** Programa de capacitação para apoiar a gestão territorial e ambiental efetiva nas redes regionais de TIs. | **a.2.3)** Levantamento de experiências de formação de agentes ambientais na Amazônia pela Funai/IEB/Moore. As entrevistas estão sendo realizadas com organizações com experiências de formação. Previsão de seminário em novembro/2014. |  |  |  | 2013-2014 |  |  | Levantamento realizado e seminário previsto para novembro de 2014. |  |
| **b.2.3)** Elaboração e publicação de 3 Cartilhas para monitoramento territorial da CGMT/Funai (com apoio GATI/GIZ): "Cartografia básica e uso de GPS", Prevenção e monitoramento de incêndios florestais", Noções gerais de legislação indigenista e ambiental". |  |  |  | 2014  Publicação |  |  | Cartilha elaborada e publicada, apoio FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **c.2.3)** Intercâmbios de indígenas do Mato Grosso do Sul para os centros de formação indígena na Amazônia, para embasar discussões sobre o tema nessas regiões. Link para canal no Video onde se encontram os vídeos dos intercâmbios disponíveis para assistir e download: https://vimeo.com/user22420270; |  |  |  | 11-21/06/2013 | TI Lalima | - TI Pirakuá/Pantanal Cerrado  - Jaguapiré/P. C.  - Sassoró/P. C.  -Taunay I./P. C.  - TI Lalima/P. C.  - TICachoeirinha/P. Cerrado | Intercâmbio realizado e vídeo elaborado com apoio FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **c.2.3)** Intercâmbios de indígenas da Mata Atlântica Sul e Sudeste para os centros de formação indígena na Amazônia, para embasar discussões sobre o tema nessas regiões; |  |  |  | 15-25/05/2013 | TI Ibirama  TI Guarani R. Silveira | - TI Ibirama/M. A. Sul e Sudeste  - TI Mangueirinha  - TI Ava-Guarani  - TI Guarani R. Silveira  - TI Bracuí  - Tenondé-Porã  - TI Araribá | Intercâmbio realizado com apoio FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **d.2.3)** Elaboração de DVD contendo registro dos intercâmbios realizados pelo núcleo Pantanal Cerrado; |  |  |  | 2014 |  |  | DVD elaborado. |  |
| **e.2.3)** Seminário sobre Formação Indígena para Sul e Sudeste. Realizado em Florianópolis (SC), com a participação de **77 pessoas**: 6 consultores do Projeto GATI; 11 convidados das instituições parceiras (CATI/SP, CPI/SP, SEE/SP, ARPINSUL, SC RURAL, IEB); **10 palestrantes**, sendo 2 de instituições de ensino superior (UFF e UFSC), 2 de instituições parceiras (CTI), 3 gestores estaduais (EMATER/RS, SEE/RS e Secretaria da Agricultura/RS) e 3 indígenas (2 Terena e 1 Kaingang); **37 participantes indígenas** (19 da etnia Guarani, 13 da etnia Kaingang, 3 da etnia Xokleng e 2 da etnia Terena); **13 servidores da FUNAI**, (1 da CGGAM, 5 da CRLS, 5 da CRLSE), sendo 2 servidores indígenas da etnia Kaingang (1 da CRPF e 1 da CRIS). A distribuição das vagas por estados tinham 10 participantes do PR, 6 do RJ, 16 do RS, 17 de SC e 19 de SP, o outros participantes eram de outras regiões do país (AM, DF, MA e MS); |  |  |  | 29 a 31/10/2014 |  | - TI Ibirama/Mata Atl. Sul e Sudeste  - TI Mangueirinha  - TI Ava Guaraní de Oco`y  - TI Guaraní do Ribeirão Silveira  - TI Bracuí  - TI Tenondé-Porã  - TI Araribá | Planejamento realizado e prevista realização em novembro de 2014. |  |
| **f.2.3)** Seminário sobre Formação Indígena para ARs Terena, em Aquidauana (MS); |  |  |  | 24 e 25/10/2013 | TI Lalima | - TI Cachoeirinha/Pantanal/Cerrado  - TI Lalima/P. C.  - TI Taunay Ipegue | Seminário realizado com apoio da FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **g.2.3)** Seminário sobre Formação Indígena para ARs Guarani e Kaiowá, em Dourados (MS); |  |  |  | 18 e 19/11/2013 | TI Pirakuá | - TI Pirakuá/P. C.  - TI Jaguapiré/P. C.  - TI Sassoró/P. C. | Seminário realizado com apoio da FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **h.2.3)** Reunião com FAIND/UFGD para consolidar a proposta de formação Mosarambihara-Semeadores. Ver notícia: http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/noticias/reuniao-em-dourados-ms-discute-o-programa-mosarambihara-formacao-de-semeadores-guarani-kaiowa/ |  |  |  | 24/022014 | TI Pirakuá | - TI Pirakuá/P. C  - TI Jaguapiré/P. C.  - TI Sassoró/P. C. | Reunião realizada com apoio da FUNAI/Projeto GATI.  Ver site:  Cggamgati.funai.gov.br. |  |
| **i.2.3)** Reunião para planejar o Espaço GATI/ Casa de Formação Terena na TI Cachoeirinha (MS). Ver notícia: http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/noticias/projeto-gati-discute-gestao-territorial-e-ambiental-na-ti-taunay-ipegue-ms/ |  |  |  | 07 e 08//04/2014 |  | TI Cachoeirinha/Pantanal Cerrado | Reunião realizada, ver relato no site:  Cggamgati.funai.gov.br. |  |
| **j.2.3)** 02 Microprojetos indígenas de Construção Tradicional (aldeia Bananal e aldeia Lagoinha); |  |  |  | 2013-2014 |  | TI Taunay Ipegue/Pantanal Cerrado | Executados os microprojetos, apoio FUNAI/MMA/GATI. |  |
| **l.2.3)** Apoio de 7 indígenas (Pankararu, Xokó, Potiguara (3), Kiriri) Seminário Outros Mapas: Cartografia e pesquisa social, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco para capacitação em etnomapeamento; |  |  | 15 a 17/10/2012 |  | TI Entre Serras | - TI Entre Serras/Nordeste 1  - TI Caiçara/Ilha SãoPedro/Nordeste1  - TI Potiguara/N 1  - TI Kiriri/N 1 | Realizado seminário: “outros mapas: cartografia e pesquisa social, participação de 07 indígenas, apoio FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **Produto 2.4**: Disseminação de materiais sobre o impacto do extrativismo sobre a condição e os serviços ecossistêmicos de áreas importantes para a conservação da biodiversidade. | **a.2.4)** Cartilha Agroflorestal para as ARs do Mato Grosso do Sul, em fase de revisão e publicação; |  |  |  | 2014  Previsão para publicação | TI Pirakuá | - TI Pirakuá/Pantanal Cerrado  - TI Jaguapiré/P. C.  - TI Sassoró/P. C.  - TI Taunay/P. C.  - TI Lalima/P. C.  - TI Cachoeirinha | Cartilha elaborada, fase de revisão para publicação. |  |
| **Resultado 3:** Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais. | | | | | | | | | |
| **Produto 3.1**: Recuperação de áreas degradadas em ARs que possam aumentar a conectividade florestal dentro da TI e no nível da paisagem. | **a.3.1)** TI Caieiras Velhas/Tupiniquim compensação ambiental da Jurong com 50 ha; 17 ha em agrofloresta pela Kamboas/Fibria que envolveu 103 pessoas (80 famílias) na coleta de sementes nativas (previsão de plantio de mais 35 ha em 2014); |  |  | 2012 | 2014 |  | TI Caieiras Velhas/Nordeste 2 | Realizado em 2012, 2013 e finaliza em 2014, envolvendo 103 pessoas na coleta de sementes nativas e previsão de plantio em 35 ha. |  |
| **b.3.1)** TI Caieiras Velhas/Tupiniquim, 16 famílias cadastradas no Programa Reflorestar – Programa Estadual de Ampliação da Cobertura Florestal do IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/ES, para implantação de agroflorestas; |  |  |  | 2014 |  | TI Caieiras Velhas/Nordeste 2 | Projeto em execução com apoio FUNAI/Projeto GATI e parceria estadual. |  |
| **c.3.1)** Recuperação de 29 ha de mata ciliar (nascentes dos córregos formadores do rio Araribá) na TI Araribá SP, com apoio da FEHIDRO/SP. | 2009 |  | 2012 |  |  | TI Araribá/Mata Atlântica Sudeste | Recuperação de nascentes realizada com apoio FUNAI/GATI e estado de São Paulo. |  |
| **d.3.1)** Aquisição de mudas pela CR Litoral Sudeste: TI Tenondé Porã - 960 mudas (palmáceas, essências florestais, fruteiras nativas e comerciais) referente ao projeto de quintais agroflorestais na Aldeia Guyrapaju- TI Tenondé Porã; TI Ribeirão Silveira e TI Bracuí (aldeia Sapukai) – 65.300 mudas (entre elas, juçara, guaricanga, jerivá, entre outras) – Enriquecimento de SAF(s) com palmáceas; |  |  |  | 2013 | Guarani do Ribeirão Silveira  TI Bracuí | - TI Tenondé-Porã/M. A. Sudeste  - Guarani do Ribeirão Silveira  - TI Bracuí/M. A. Sudeste | Mudas adquiridas e plantio, apoio CR Litoral Sudeste, apoio FUNAI/Projeto GATI. |  |
| **e.3.1)** TI Araribá- apoio à produção de 20.000 mudas de seringueiras para o projeto de SAF(s) e aquisição de 364 mudas de fruteiras; |  |  |  | 2013-2014 |  | TI Araribé | Mudas adquiridas e plantio realizado 2013 e em execução em 2013, com apoio FUNAI/GATI |  |
| **f.3.1)** 5 Microprojetos indígenas de Reflorestamento |  |  |  | 2013-2014 |  | - TI Wajapí/Amaz. Oriental  - TI Igarapé Lourdes/Amaz. Ocidental  - TI Potiguara/Nordeste1 | Em execução, apoio FUNAI/MMA/Projeto GATI. |  |
| **Produto 3.2**: Uso piloto de técnicas agroecológicas e agroflorestais, usando conhecimento tradicional para agricultura e uso de recursos florestais para subsistência. | **a.3.2)** Plantio e manejo da espécie Jussara, uso dos frutos para alimentação e fonte de renda, recompondo estoques naturais da espécie. |  |  |  | 2013 | TI Ibirama | TI Ibirama/Mata Atlântica Sul | Projeto executado e sendo apresentado como experiência a ser replicada. | Microprojeto para a produção de mudas e a ser replicado. |
| **b.3.2)** Plantio e manejo da espécie Jussara, uso dos frutos para alimentação e fonte de renda, recompondo estoques naturais da espécie,TI Ribeirão Silveira; |  |  | 2012 |  | TI Guarani R. Silveira | TI Guarani R. Silveira/M. A. Sudeste | Projeto executado e sendo apresentado como experiência a ser replicada. |  |
| **c.3.2)** Plantio e manejo da espécie Jussara, uso dos frutos para alimentação e fonte de renda, recompondo estoques naturais da espécie- TI Bracuí; |  |  | 2012 |  | TI Bracuí | TI Bracuí/M. A. Sudestte | Projeto executado e sendo apresentado como experiência a ser replicada. |  |
| **d.3.2)** Assinatura da Carta de Acordo com Centro Sabiá (Centro de Desenv. Agroecológico), para assistência em agroecologia e agrofloresta, iniciado em 2014. Realizadas 4 oficinas agroflorestais em maio/junho 2013; |  |  |  | 2014-2015 | TI Entre Serras | - TI Potiguara/N 1  - TI Entre Serras/N1  - TI Kiriri | Carta de Acordo assinada e oficinas de capacitação em SAF realizadas. |  |
| **c.3.2)** Realização de oficinas agroflorestais nas ARs Terena (MS):  • Oficina agroflorestal na TI Cachoeirinha (Aldeia Mãe Terra), 04-06/02/2013  • Oficina agroflorestal na TI Lalima, 03-05/04/2013  • Oficina agroflorestal na TI Taunay/Ipegue, 09 a 11/04/2013  • Oficina agroflorestal na TI Cachoeirinha (Aldeia Babaçu), 9-10/05/13  • Oficina agroflorestal na TI Cachoeirinha (Aldeia Mãe Terra), 10/08/13  • Oficina agroflorestal na TI Cachoeirinha (Aldeia Mãe Terra), 20/09/13. |  |  |  | 2013 | TI Lalima | - TI Lalima/Pantanal-Cerrado  -TI Cachoeirinha/Pantanal Cerrado | Oficinas realizadas.  Ver relato, site,  Cggamgati.funai.gov.br |  |
| **d.3.2)** Realização de oficinas agroflorestais nas ARs Guarani e Kaiowá (MS):  • Implantação de canteiro agroflorestal ao lado da escola na TI Pirakuá, na ocasião da reunião do Conselho Regional do GATI em 23/02/2013;  • Oficina agroflorestal na TI Jaguapiré, 13 a 15/05/2013 (participação representantes TI Sassoró e aquisição de 300 mudas); • Oficina agroflorestal na TI Jaguapiré, 12 a 14/12/2013 (participação representantes TI Sassoró; |  |  |  | 2013 | TI Pirakuá | - TI Pirakuá/Pantanal Cerrado  - TI Jaguapiré/P. C.  - TI Sassoró/P. C. | Oficinas realizadas e relatadas em reunião do Comitê Diretor, novembro 2013. |  |
| **e.3.1)** Aquisição pela CR Campo Grande de 13. 028 mudas para: TI Cachoeirinha (entre elas, juçara, guaricanga, jerivá, entre outras) – Enriquecimento de SAF(s) com palmáceas; |  |  |  | 2013 |  | TI Cachoeirinha | Mudas adquiridas e plantio de 13.028 mudas de palmáceas. |  |
| **f.3.1)** Aquisição pela CR Campo Grande de 3.241 mudas para: TI Lalima (entre elas, juçara, guaricanga, jerivá, entre outras) – Enriquecimento de quintais e SAF(s); |  |  |  | 2013 | TI Lalima | TI Lalima/Pantanal Cerrado | Mudas adquiridas e plantio de 3.241 mudas de palmáceas. |  |
| **g.3.1)** Aquisição pela CR Campo Grande de 11.082 mudas para TI Taunay/Ipegue, (entre elas, juçara, guaricanga, jerivá, entre outras) – Enriquecimento de SAF(s) com palmáceas; |  |  |  | 2013 |  | TI Taunay Ipegue/Pantanal Cerrado | Mudas adquiridas e plantio de 11.082 mudas de palmáceas |  |
| **h.3.1)** Aquisição de aprox. 705 mudas, pela CR Ponta Porã para a TI Jaguapiré, para enriquecimentos de quintais. |  |  |  | 2014 |  | TI Jaguapiré/Pantanal Cerrado | 705 mudas adquiridas, visando enriquecimento de quintais |  |
| **i.3.1)** Aquisição de aprox. 750 mudas, pela CR Ponta Porã para a TI Sassoró, para enriquecimentos de quintais |  |  |  | 2014 |  | TI Sassoró/Pantanal Cerrado | 750 mudas adquiridas, visando enriquecimento de quintais |  |
| **j.3.1)** Aquisição de aprox. 750 mudas, pela CR Ponta Porã para a TI Pirakuá, para enriquecimentos de quintais |  |  |  | 2014 | TI Pirakuá | TI Pirakuá/Pantanl Cerrado | 750 mudas adquiridas, visando enriquecimento de quintais |  |
| **l.3.2)** Feira de sementes na TI Pirakuá na ocasião da reunião do Conselho Regional do GATI; |  |  |  | 22/02/2013 | TI Pirakuá | TI Pirakuá/Pantanl Cerrado | Feira e reunião do Conselho Regional do GATI realizadas |  |
| **m.3.2)** Curso Agroflorestal com visitas a experiências em Brasília e seu entorno, com participação de 6 servidores Funai e 5 indígenas; |  |  |  | 11-13/06/2013 |  | TI Cachoeirinha/Pantanal Cerrado | 5 indígenas e 6 servidores FUNAI participaram em Curso agrofloresta. Apoio FUNAI/GATI. |  |
| **n.3.2)** Apoio à participação de 8 indígenas na 1a Feira de Sementes Tradicionais Mebengokré TI Kayapo; |  |  | 03 a 07/09/2012 |  | TI Entre Serras | - TI Entre Serras/N1  -TI Uaçá/Am.Oriental  - TI Galibi/Amz.Or.  -TI Jumina/A. Orien  - TI Wajãpi/A. Orie. | 8 indígenas participaram na 1ª Feira de Sementes, com apoio da FUNAI/GATI |  |
| **o.3.2)** Oficina de Permacultura, Dourados-MS, com participantes Guarani-Kaiowá do CR |  |  |  | 15-17/11/2013 | TI Pirakuá | -TI Pirakuá/P. C.  - TI Jaguapiré/P. C.  - TI Sassoró/P. C. | Oficina realizada. |  |
| **p.3.2)** Curso de agroflorestas na TI Panambizinho, Dourados-MS, com participantes Guarani-Kaiowá do Conselho Regional |  |  |  | 20-24/11/2013 | TI Pirakuá | -TI Pirakuá/P. C.  - TI Jaguapiré/P. C.  - TI Sassoró/P. C. | Curso realizado. |  |
| **q.3.2)** Implantação de viveiro de mudas na TI Sassoró via Carteira Indígena-GATI; |  |  |  | Iniciado em  2014 |  | TI Sassoró/Pantanal Cerrado | Viveiro de mudas implantado, apoio Carteira Indígena/GATI |  |
| **r.3.2)** Apoio a dois indígenas representantes da APOINME (Nordeste) para participar da Feira de Ciências e Sementes dos Povos Indígenas de Roraima, na TI Raposa Serra do Sol (RR); |  |  |  | 01-04/05/2014 |  |  | Feira realizada e participação de indígenas, apoio FUNAI/GATI. |  |
| **s.3.2)** Apoio à participação de indígenas da TI Bakairi na IX Feira de Sementes Krahô; |  |  |  | 14-18/10/2013 |  | TI Bakarí/Amazônia Cerrado | Feira realizada e participação de indígenas, apoio FUNAI/GATI. |  |
| **t.3.2)** Oficina para a implantação de uma composteira e produção de biofertilizante, Aldeia Paikum, TI Bakairi (30 participantes) |  |  |  | 05-08/11/2013 |  | TI Bakarí/Amazônia Cerrado | Oficina realizada com 30 participantes. |  |
| **u.3.2)** 19 Microprojetos Indígenas de Quintais Agroflorestais / Sistemas Agroflorestais / Viveiros / Medicina tradicional |  |  |  | 2013-2014 | TI Mamoadate  TI Ibirama  TI Lalima  TI Andirá Marau | - TI Tinguí Botó  - TICaieiras Velha  - TI Araribá  - TI Mamoadate  - TI Ibirama  - TI Cachoeirinha  - TI Taunay Ipeque  - TI Lalima  - TI Andirá Marau  - TI Ava-Guarani  - TI Araribá  - TI Kirirí | 19 microprojetos aprovados. | ÁRs: Nordeste 2, Mata Atlântica Sudeste, Amazônia Ocidental, Mata Atlântica Sul, Pantanal Cerrado, Nordeste 1.  **Total de microprojetos: 10** |
| **Produto 3.3:** Mecanismos piloto usados para promover a produção e o aumento do acesso ao mercado dos produtos indígenas. | **a.3.3)** Etnoturismo: Realização da oficina de apresentação e aprimoramento da Minuta de IN de visitação em TIs com finalidades turísticas. Participaram: **45 indígenas**- 19 da CNPI, 7 do Comitê Gestor da PNGATI, 10 de casos pilotos (dentre eles Guarani da AR- TI Bracuí); Funai sede- CGEtno, CGIIRC, CGMT, CGGAM, DPDS, Presidência; CR´s da FUNAI- Sul da Bahia, Litoral Sudeste, Xingu, Alto Purus. |  |  |  | 27-31/01/2014 | TI Bracuí | TI Bracuí | Oficina realizada e discussão da minuta de IN de visitação em TIs com finalidade turística realizada. |  |
| **b.3.3)** DAP Indígena (Declaração de Aptidão de Produtor). A FUNAI vem dialogando com o MDA, para criar a DAP Indígena, adequada à realidade dos povos indígenas. O status da articulação é: Está sendo implementado um sistema de informática para integrar a DAP Indígena (FUNAI) ao banco de dados da DAP nacional do MDA. Ao ser consolidada a DAP Indígena, os indígenas poderão acessar os programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE (MEC/Estados e Municípios), Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (MDA, MDS e Conab), Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR (Ministério das Cidades). | 2010 |  |  | 2014 |  |  | Negociações realizadas, aguardando decisão. |  |
| **c.3.3)** **Selo de Origem Indígena**. Em 2013, foi publicada uma Portaria da Fundação Palmares e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que criou o Selo Quilombola. A FUNAI e MDA adaptaram essa Portaria para criar o “Selo de Origem Indígena”, **cuja a minuta se encontra no MDA e Ministério da Justiça.** O Selo vai atender a produtos da biodiversidade (alimentação, artesanatos, extrativismo, etc). Para ter acesso é necessário a DAP |  |  |  | 2014 |  |  | Sêlo de origem indígena criado e em apreciação e aprovação do MDA e Ministério da Justiça. |  |
| **d.3.3)** Manejo e comercialização do Açai do Oiapoque. Via Carta Acordo: PNUD-FUNAI-TNC-GATI, com apoio da Embrapa. |  |  |  | 2013-2014 |  | - TI Uaçá/Amazônia Oriental  - TI Jumina/A. Orie.  - TI Galibi/A. Orient | Ações de manejo e comercialização do Açaí, apoio Carta de Acordo/TNC. |  |
| **e.3.3)** 22 Microprojetos Indígenas de Sementes Tradicionais e Roças / Extrativismo / Manejo criação de fauna |  |  |  | 2013-2014 | TI Mamoadate  TI Entre Serras | - TI Xacriabá  - TIWajãpi  - TI Uaçá  - TI Trinch. Bacajá  - TI Mamoadate  - TI Entre Serras  - TI Mangueirinha  - TI Xambioá  - TI Bakairí  - TI Sassoró  - TI Xerente | Microprojetos aprovados e em execução. | A.R.: Nordeste 2, Mata Atlântica Sudeste, Amazônia Ocidental, Mata Atlântica Sul, Pantanal Cerrado, Nordeste 1, Amazônia Oriental, Amazônia Cerrado  **Total de Microprojetos: 15** |
| **Produto 3.4**: Lideranças e membros da comunidade indígena treinados para conduzir atividades de uso sustentável e para a gestão de comercialização | a.3.4) Curso de Agricultor Agroflorestal (200 h) via Pronatec e Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Ver notícia: http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/noticias/projeto-gati-apoia-o-curso-de-agricultor-agroflorestal-do-pronatec-na-ti-cachoeirinha-ms/ |  |  |  | 20/04/2014  Início do Curso e  Vai até  Final/09/2014 |  | TI Cachoeirinha/Pantanal Cerrado | Negociação com PRONATEC e curso em desenvolvimento. |  |
| b.3.4) Consolidação da proposta de Formação Mosarambihara - Semeadores englobando ações nas três TIs Guarani Kaiowá que são áreas de referência do Projeto (Jaguapiré, Pirakuá e Sassoró) e em mais duas TIs onde há experiências consolidadas com agroecologia, viveiros e recuperação ambiental. Serão cinco módulos itinerantes, com cada TI desenvolvendo um módulo a partir de iniciativas potenciais ou em andamento naquela região. previsão de início: agosto/2014; |  |  |  | 2013-2014 | - TI Pirakuá | - TI Jaguapiré/Pantanal Cerrado  - TI Pirakuá/P. C.  - TI Sassoró/P. C. | Proposta de Formação Mosarambihara consolidada, a ter início. |  |
| c.3.4) Estudo de valor da cadeia do Açaí (Carta de Acordo PNUD-TNC-Funai-GATI); |  |  |  | 2014 |  | - TI Uaça/Amazônia Oriental  - TI Jumina  - TI Galibi | Estudo realizado, com base na C. de Acordo PNUD/FUNAI/GATI/  TNC |  |
| d.3.4) Curso em manejo e criação de fauna silvestre em Belo Horizonte: participação de indígenas Xerente, Karajá, Bakairi e servidor Funai |  |  |  | 24-26/05/2013 |  | - TI Xerente/Amaz Cerrado  - TI Xamboiá  - TI Bakairí | Curso realizado, tendo indígenas como participantes. |  |
| e.3.4) 4 Microprojetos Indígenas de Comunicação / Divulgação |  |  |  | 2013-2014 | TI Entre Serras  TI Lalima | - TI Entre Serras  - TI Lalima | Microprojetos aprovados. | Nordeste 1, Pantanal Cerrado  **Total de Microprojetos: 3** |

**6. Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. **Relatório sobre a situação dos Guarani-Mbya do Rio Grande do Sul: a questão de terras**.  Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, datilografado. 1985, p. 27.

ARAUJO, Gisele, F. **Estratégias de Sustentabilidade na Amazônia: Aspectos Científicos, Sociais e Legais.** São Paulo: Editora Letras Jurídicas, 2008

ARRUDA, R.. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. **Revista Ambiente & Sociedade** – Ano II – Nº. 5 – 2º Semestre de 1999.

ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses Indígenas. In. **Povos Indígenas no Brasil, 2001-2005.** São Paulo: ISA, 2006.

BAPTISTA, Fernando Mathias. A gestão dos recursos naturais pelos povos indígenas e o Direito Ambiental. In: LIMA, A. (org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. São Paulo, Instituto Socioambiental; Porto Alegre, Antônio Fabris Editor, 2002.

BARRETO, Helder Girão. **Direitos Indígenas:Vetores Constitucionais**. Curitiba: Juruá Editora, 2003

BELLO, Álvaro. 2004. **Etnicidad y ciudadanía en América Latina: la acción colectiva de los pueblos indígenas**. Santiago de Chile: CEPAL. 222 pp.

BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável** (org.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CASTRO, E.. Etnoconservação – Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos.*In*  **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais.** São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

Cardoso, Thiago Mota; Guimarães, Gabriela Casimiro, (orgs.), Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012, (Series Experiências Indígenas, n.2).

**Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998.

**Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.** OIT, Secretaria Internacional de Trabalho, Brasília, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a Uma História Indígena in **História dos Índios no Brasil.** São Paulo, Cia. Das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio: ensaios e documentos.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 2. Ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos e Arruda, Rinaldo S.V.(org). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FERREIRA, Fabrício Ramos; VARELLA, Marcelo Dias. A Soberania do Estado e o Acesso aos Recursos Naturais. In: **Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Júris, 2008.

Fundação Nacional do Indío. Coordenação Geral de Gestão Ambiental. (Org.). Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientação para Elaboração, Brasilia: FUNAI, 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **População Indígena no Brasil.** ISA, São Paulo, 1995.

**Lei nº 6001 – de 19 de dezembro de 1973** – Dispõe sobre o Estatuto do Indio.

LEITÃO, Ana Valéria N. Araujo. Direitos Culturais dos Povos Indígenas. In Santilli, Juliana (coord.). **Os Direitos Indígenas e a Constituição**. Porto Alegre, NDI, Fabris, 1993

MARINHO, Marcos dos Santos. **Direito ambiental e populações tradicionais**. **Jus Navigandi,** Teresina, ano 12, n. 1643, 31 dez. 2007.

MATTOS, Luciano; HERCOWITZ, Marcelo. **Pontos fundamentais para o desenho de políticas públicas de serviços ambientais voltadas às populações tradicionais e povos indígenas.** São Paulo: ISA, 2009.

MMA, 2009. Portal de Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Áreas Protegidas. <HTTP://mma.gov.br/sitio/index>. php. Documento eletrônico. Acessado em julho de 2014.

MMA 2006. *Documento de Consulta: Proposta do* ***Plano Nacional de Áreas Protegidas,* Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Áreas Protegidas. Documento Eletrônico.**

Nepstad, D. ET AL. 2006. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. Conservation Biology, 20(1): 65-74.

Oliveira, Alessandro Roberto de. Processo de construção de Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGAT: possibilidades, limites e desafios do diálogo entre o estado e povos indígenas no Brasil. Brasilia: FUNAI/GIZ, 2012.

**Policy in Focus,** Desenvolvimento sem Desmatamento, Centro Internacional para o Crescimento Inclusivo, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, n. 29, Agosto de 2014.

**Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais,** Decreto Nº 6040, de 7 de Fevereiro de 2007. Presidência da República, Casa Civil, Subsecretaria para Assuntos Jurídicos.

POSEY, Darrell. **Conseqüências Ecológicas da Presença do Índio Kaypó na Amazônia: Recursos Antropológicos e Direitos de Recursos Tradicionais**. In: Cavalcante, Clóvis (org). **Desenvolvimento e Natureza: Estudo para Uma Sociedade Sustentável.** São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p.188.

PRODOC, Documento de Projeto: Catalização da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros, GEF/PNUD, 2009.

RICARDO, Fany. **Quantos são?** In: **Povos Indígenas no Brasil, 2001-2005.** São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice. 1986

SANTILLI, Juliana. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza, o Desafio das Sobreposições.** ISA, nov. 2004

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos**: **Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTILLI, Juliana. **Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade para Países do Trópico Andino: Um Estudo da Cooperação para a Biossegurança.**Dissertação de Mestrado. UnB: Brasília, 2005.

SAWYER, Donald, R. **Gestão Ambiental em Terras Indígenas: Algumas Reflexões para Discussão.** Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília, 1997.

Links:

<HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7307>

**IHU/Unisinos, O Globo, 7/6/2009 –** [www.unisnos.br/\_ihu](http://www.unisnos.br/_ihu)

http: //www.prpa.mpf.gov.br/

[www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)

[cggamgati@funai.gov.br](mailto:cggamgati@funai.gov.br)

**7. Anexos**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Anexo 1** | | | | | | | |
| Cofinanciamento em Dinheiro, Proposto e Efetivo, por Fonte, e Desembolsos de Cofinanciamento (US$ 1000) | | | | | | | |
|  | Cofinanciamento | | | | | | Desembolsos |
| Cofinanciamento | PNUD | | Governos | | ONG | | Total |
| (Tipo/Fonte) |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Proposto | Efetivo\* | Proposto | Efetivo\* | Proposto | Efetivo\* | Proposto |
| A fundo perdido |  |  | 6490,451 |  | 75 |  | 6565,451 |
| Créditos |  |  |  |  |  |  |  |
| Empréstimos |  |  |  |  |  |  |  |
| Capital |  |  |  |  |  |  |  |
| Instrumentos não donativos |  |  |  |  |  |  |  |
| Outros tipos |  |  |  |  |  |  |  |
| Total geral |  |  |  |  |  |  | 6565,451 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Taxa de câmbio usado: |  |  |  |  |  |  |  |
| US$1 = R$2,2 |  |  |  |  |  |  |  |
| \* Sem a Verba para Elaboração do Projeto (PPG) | | |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Anexo 2** | | | | | | | |
| Cofinanciamento não em Dinheiro, Proposto e Efetivo, por Fonte, e Desembolsos de Cofinanciamento (US$ 1000) | | | | | | | |
|  | Cofinanciamento | | | | | | Desembolsos |
| Cofinanciamento | PNUD | | Governos | | ONG | | Total |
| (Tipo/Fonte) |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Proposto | Efetivo\* | Proposto | Efetivo\* | Proposto | Efetivo\* | Proposto |
| A fundo perdido |  |  | 8375,241 |  | 405 |  | 8780,241 |
| Créditos |  |  |  |  |  |  |  |
| Empréstimos |  |  |  |  |  |  |  |
| Capital |  |  |  |  |  |  |  |
| Instrumentos não donativos |  |  |  |  |  |  |  |
| Outros tipos |  |  |  |  |  |  |  |
| Total geral |  |  |  |  |  |  | 8780,241 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Taxa de câmbio usado: |  |  |  |  |  |  |  |
| US$1 = R$2,2 |  |  |  |  |  |  |  |
| \* Não controlado pelo Projeto | | |  |  |  |  |  |

**Anexo 3**

**Termos de Referência**

**BRA 09/G32 – Projeto Gestão Ambiental de Terras Indígenas**

Termos de Referência da Avaliação de Meio Termo

.

**BRA09/G32 - “Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros”**

**Projeto GATI – Gestão Ambiental de Terras Indígenas**

2 Vagas: **Consultor de Avaliação I – Coordenador**

**Consultor de Avaliação II**

**INTRODUÇÃO**

De acordo com as políticas e os procedimentos de Monitoramento e Avaliação do PNUD e do GEF, todos os projetos de tamanho médio e regular respaldados pelo PNUD e financiados pelo GEF devem ser submetidos a uma avaliação de meio tempo. Estes Termos de Referência (TdR) estabelecem as expectativas da Avaliação de Meio Tempo do Projeto BRA09/G32 (PIMS 3600 BD).

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena, inicialmente conhecido como “GEF Indígena”, é fruto de esforço conjunto do movimento indígena, da Fundação Nacional do Índio – Funai, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com o apoio do da organização não-governamental The Nature Conservancy - TNC.

Os elementos que levaram aos primórdios de discussão do projeto surgem em 2002, com o processo de criação da Política Nacional da Biodiversidade-PNB, que contou com as contribuições de diversos setores da sociedade e a maior participação do movimento indígena em políticas ambientais brasileiras. Também em 2002, representantes indígenas, junto com o MMA, elaboraram o Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas.

Em 2004, na 7ª Convenção das Partes (COP), mecanismo principal da Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil se comprometeu a implementar um programa de trabalho sobre áreas protegidas que reconhece (1) o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza e (2) a necessidade de apoio financeiro para as práticas sustentáveis do uso dos recursos nas terras indígenas (TIs). Em sequência, foi elaborado no âmbito do MMA o PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas, abrangendo as TIs.

Nesse período, o movimento indígena entendeu que havia necessidade de um projeto mais abrangente para as TIs do país inteiro e não só da Amazônia, de forma que, em 2003 e 2004, articulou com a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o apoio para elaborar esse projeto mais amplo. Assim, em 2005 foi criado Grupo de Trabalho (GT) no MMA, com maioria indígena e com participação da Funai e do Ibama, para elaborar uma proposta de projeto para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial - Global Environment Facility (GEF). O GEF tem entre seus objetivos apoiar países na implementação de políticas e projetos de proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, sendo que no Brasil apoia projetos em vários biomas, como Cerrado e Caatinga e nos manguezais, entre outros. Em 2006, com recursos do MMA foi realizada oficina para elaborar projeto que reconhecesse que as TIs do país inteiro contribuem de forma significativa à conservação da natureza. Chegar a um consenso do que seria um projeto que atendesse aos anseios e interesses dos três atores principais envolvidos – movimento indígena, MMA e Funai – exigiu um processo demorado de negociação, no qual o PNUD teve um papel decisivo em manter a interlocução entre as partes e com o GEF. Com os elementos de um projeto formulados, em 2008 foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas, as quais embasaram a proposta definitiva do projeto, encaminhada ao GEF em Maio de 2009 e aprovada em Agosto do mesmo ano.

A continuação se apresentam os aspectos essenciais do Projeto que se deve avaliar

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| QUADRO SINÓTICO DO PROJETO | | | | |
| Título do Projeto: BRA09/G32 – GATI - Gestão Ambiental de Terras Indígenas | | | | |
| Identificação do projeto do GEF: | PIMS 3600 BD |  | No momento de aprovação (milhões de USD) | No momento da avaliação (milhões de USD) |
| Identificação do projeto do PNUD: | BRA/09/G32 | Financiamento do GEF: | 6.000.000,00 |  |
| País: | Brasil | IA e EA possuem: |  |  |
| Região: | Nacional | Governo: | 22.940.000,00 |  |
| Área de Interesse: |  | Outro: | 2.500.000,00 |  |
| Programa Operativo: |  | Cofinanciamento total: | 25.440.000,00 |  |
| Organismo de Execução: | FUNAI | Gasto total do projeto: |  |  |
| Outros parceiros envolvidos: | Ministério do Meio Ambiente, TNC, organizações indígenas | Assinatura do Documento do Projeto (data de início do projeto): 19 Out 2009 | |  |
|  |  | Data de encerramento (Operativo): 31 Jan 2015 | Proposto: | Real: |

**OBJETIVO E ALCANCE**

O objetivo de longo prazo do Projeto é catalisar a consolidação das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade de ecossistemas florestais brasileiros e como parte integrante do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e das Políticas de Gestão Ambiental para Terras Indígenas. Para tanto, o projeto busca fortalecer as formas próprias de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais por parte dos povos indígenas nesses territórios. Irá também promover a inclusão social dessas comunidades, fomentando assim uma política de gestão ambiental em territórios indígenas que aumente sua contribuição para a conservação da biodiversidade e para a proteção e segurança dos meios de vida dos povos indígenas.

O Propósito ou Objetivo Imediato do Projeto é adotar uma estratégia piloto de gestão ambiental em Terras Indígenas por Povos Indígenas para a conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade florestal.

A Matriz Lógica (Anexo A) apresenta as 3 linhas principais do projeto, chamadas de Resultados e seus respectivos produtos ou atividades encaminhadas a obter os resultados. Maiores detalhes sobre as atividades específicas que são previstas no âmbito destes produtos podem ser consultados no PRODOC (Documento de Projeto). Vale observar, no entanto que é o POA (Plano Operativo Anual) que define, de fato, as atividades que serão executadas ano a ano. Embora o POA é embasado no PRODOC, ele representa uma adaptação à realidade de implementação e execução do Projeto. O processo de planejamento das atividades do projeto, e os atores envolvidos, será discutido mais adiante.

A Avaliação de Meio Tempo se realizará segundo as pautas, normas e procedimentos estabelecidos pelo PNUD e pelo GEF, segundo estabelecido no Guia de Avaliação do PNUD para Projetos Financiados pelo GEF.

Os objetivos da avaliação analisarão os logros dos sucessos do projeto e extrairão lições aprendidas que possam melhorar a sustentabilidade de benefícios deste projeto e ajudar a melhorar de maneira geral a programação do PNUD.

**ENFOQUE E MÉTODO DE AVALIAÇÃO**

Se desenvolveu com o tempo um enfoque e método geral para realizar avaliações finais de projetos respaldados pelo PNUD e financiados pelo GEF. Espera-se que o avaliador enquadre o trabalho de avaliação utilizando os critérios de **relevância, efetividade, eficiência, sustentabilidade e impacto**, segundo se define e explica no Guia para realizar avaliações finais dos projetos respaldados pelo PNUD e financiados pelo GEF. Se redatou uma série de perguntas que cobre cada um destes critérios incluídos nestes TdR. Espera-se que o avaliador modifique, complete e apresente esta matriz como parte de um relatório inicial da avaliação, e a inclua como anexo no informe final.

A avaliação deve proporcionar informação baseada em evidência que seja acreditável, confiável e útil. Espera-se que o avaliador siga um enfoque participativo e consultivo que assegure estreita participação com homólogos do governo, em particular o Centro de Coordenação das Operações do GEF, o Escritório do País do PNUD, a equipe do projeto, o Assessor Técnico Regional do GEF/PNUD e interessados chave. Espera-se que o avaliador realize uma ou mais missões de campo às Áreas de Referência do Projeto , conforme lista em anexo. As entrevistas se levarão a cabo com as seguintes organizações indígenas regionais signatárias do projeto e parceiros

O avaliador revisará todas as fontes de informação relevantes, tais como o documento do projeto, os relatórios do projeto e outros relatórios, revisões do orçamento do projeto, relatórios de progresso, ferramentas de seguimento da área de interesse do GEF, arquivos do projeto, documentos nacionais estratégicos e legais, e qualquer outro material que o avaliador considera útil para a avaliação com base empírica. No Anexo B destes Termos de Referência se incluem uma lista de documentos que a equipe do projeto proporcionará para a análise do avaliador.

**CRITÉRIOS E QUALIFICAÇÕES DA AVALIAÇÃ0**

Se levará a cabo uma avaliação do rendimento do projeto, em comparação com as expectativas que se estabelecem no Marco Lógico do Projeto e Marco de Resultados (Anexo A), que proporciona indicadores de rendimento e impacto para a execução do projeto, junto com os meios de verificação correspondentes. A avaliação cobrirá minimamente os critérios de: **relevância, efetividade, eficiência, sustentabilidade e impacto**. As qualificações devem proporcionar-se de acordo com os seguintes critérios de rendimento. Deve-se incluir a tabela completa no resumo executivo da avaliação. As escalas de qualificação obrigatórias se incluem no Anexo D dos TdR.

A continuação, se expõem uma tabela útil para incluir no relatório de avaliação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Pontuação do rendimento do projeto | | |
| **Critérios** | **Comentários** |  |
| **Monitoramento e Avaliação**: Muito satisfatório (MS), Satisfatório (S), Algo Satisfatório (AS), Algo Insatisfatório (AI), Insatisfatório (I), Muito Insatisfatório (MI) | | |
| Qualidade geral de MeA | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| Desenho de MeA no começo do projeto | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| Execução do plano de MeA | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| **Execução dos IA e EA**: Muito satisfatório (MS), Satisfatório (S), Algo Satisfatório (AS), Algo Insatisfatório (AI), Insatisfatório (I), Muito Insatisfatório (MI) | | |
| Qualidade geral da aplicação e execução do projeto | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| Execução do organismo de aplicação | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| Execução do organismo de aplicação | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| **Resultados:** Muito satisfatório (MS), Satisfatório (S), Algo Satisfatório (AS), Algo Insatisfatório (AI), Insatisfatório (I), Muito Insatisfatório (MI) | | |
| Qualidade geral dos resultados do projeto | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| Relevância: Relevante (R) ou Não relevante (NR) | (qualifique com uma escala de 2 pontos) |  |
| Efetividade | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| Eficiência | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |
| **Sustentabilidade**: Provável (P), Algo provável (AP), Algo Improvável (AI), Improvável | | |
| Probabilidade geral dos riscos para a sustentabilidade | (qualifique com uma escala de 4 pontos) |  |
| Recursos financeiros | (qualifique com uma escala de 4 pontos) |  |
| Socioeconômico | (qualifique com uma escala de 4 pontos) |  |
| Marco Institucional e governança | (qualifique com uma escala de 4 pontos) |  |
| Ambiental | (qualifique com uma escala de 4 pontos) |  |
| **Impacto**: Confiável (C), Mínimo (M), Insignificante (I) | | |
| Melhora do estado ambiental | (qualifique com uma escala de 3 pontos) |  |
| Redução da tensão ambiental | (qualifique com uma escala de 3 pontos) |  |
| Progresso a mudança da tensão e o estado | (qualifique com uma escala de 3 pontos) |  |
| **Resultados gerais do projeto** | (qualifique com uma escala de 6 pontos) |  |

**FINANCIAMENTO/COFINANCIAMENTO DO PROJETO**

A avaliação valorizará os aspectos financeiros chave do projeto, incluído o alcance de co-financiamento planejado e realizado. Requererá os dados dos custos e o financiamento do projeto, incluídos os gastos anuais. Deverão avaliar e explicar as diferenças entre os gastos planejados e reais. Devem considerar-se os resultados das auditorias financeiras recentes, se estão disponíveis. Os avaliadores receberão assistência do Escritório País (EP) e da Equipe do Projeto para obter dados financeiros afim de completar a seguinte tabela de co-financiamento, que se incluirá no relatório final da avaliação de meio tempo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Co-financiamento  (tipo/fonte) | Financiamento próprio do PNUD  (milhões de USD) | | Governo  (milhões de USD) | | Organismo associado  (milhões de USD) | | Total  (milhões de USD) | |
| Planejado | Real | Planejado | Real | Planejado | Real | Real | Real |
| Subvenções |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Empréstimos/concessões |  |  |  |  |  |  |  |  |
| * Ajuda em espécie |  |  |  |  |  |  |  |  |
| * Outro |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Totais |  |  |  |  |  |  |  |  |

**INTEGRAÇÃO**

Os projetos respaldados pelo PNUD e financiados pelo GEF são componentes chave na programação nacional do PNUD, assim como também nos programas regionais e mundiais. A avaliação valorizará o grau em que o projeto se integrou com outras prioridades do PNUD, entre elas a redução da pobreza, melhor governança, a prevenção e recuperação de desastres naturais e o gênero. Além disso, a avaliação se incluirá no plano de avaliação do Escritório País.

**IMPACTO**

Os avaliadores valorizarão o grau que o projeto está alcançando impactos ou está progredindo ao alcance de impactos. Os resultados chave aos que se deveria chegar nas avaliações incluem se o projeto tem demonstrado: a) melhoras verificáveis no estado ecológico; b) reduções verificáveis na tensão dos sistemas ecológicos; ou c) um progresso demonstrado ao alcance destes impactos.

**CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E LIÇÕES**

O relatório de avaliação deve incluir um capítulo que proporcione um conjunto de conclusões, recomendações e lições.

**ARRANJOS DE GESTÃO**

A responsabilidade principal para gerir esta avaliação é do Escritório País (EP) do PNUD no Brasil. O EP do PNUD contratará os avaliadores e assegurará o insumo oportuno de diárias e arranjos das viagens dentro do país para a equipe de avaliação. A equipe do Projeto será responsável por se manter em contato com a equipe de Avaliadores para estabelecer as entrevistas com os interessados, organizar as visitas de campo, coordenar com o Governo etc.

**PRAZO DA AVALIAÇÃO**

A duração total da avaliação de meio tempo será de 2 meses de acordo com o seguinte plano:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Atividade | Período | Data estimada |
| Preparação | 15 dias | 12/07/2014 |
| Missão de Avaliação | 15 dias | 29/07/2014 |
| Rascunho do Relatório | 10 dias | 08/08/2014 |
| Relatório Final | 2 dias | 20/08/2014 |

**RESULTADOS FINAIS DA AVALIAÇÃO**

A princípio, a equipe de avaliação deverá seguir o planejamento de atividades e metodologia geral de condução da revisão descrita na tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Resultado final | Conteúdo | Período | Responsabilidades |
| Relatório inicial | Os avaliadores proporcionam esclarecimentos sobre os períodos, métodos e divisão das tarefas (plano de trabalho) | Não mais de 5 dias antes da missão de avaliação | O avaliador o apresenta para o PNUD Brasil |
| Apresentação | Resultados iniciais | Fim da missão de avaliação | À Unidade de Gestão do Projeto, PNUD Brasil |
| Rascunho do Relatório Final | Relatório completo (por planilha anexada) com anexos | Dentro do prazo de 10 dias desde a missão de avaliação | Enviado ao PNUD Brasil, que repassará a Unidade de Gestão do Projeto |
| Relatório Final em português e em inglês. | Relatório revisado em duas versões: português e inglês | Dentro do prazo de 2 dias depois de ter recebido os comentários do PNUD sobre o rascunho | PNUD Brasil, PNUD/GEF e Unidade de Gestão do Projeto |

\*Quando se apresente o relatório final da avaliação, também se requer que o avaliador proporcione um itinerário da missão, onde se detalha como se foi abordado (ou não) todos os comentários recebidos no relatório final da avaliação.

**COMPOSIÇÃO DA EQUIPE**

A equipe de avaliação será composta o por 2 (dois) avaliadores, que trabalharão de maneira conjunta, com as seguintes responsabilidades:

Consultor de Avaliação I – Coordenador:

* Realizar a coordenação geral da avaliação e garantir a qualidade dos relatórios, a narrativa e a coerência dos mesmos;
* Supervisionar as atividades do Consultor de Avaliação;
* Trabalhar de maneira conjunta com o Consultor de Avaliação;
* Sugerir melhoras nos arranjos de implementação;
* Consolidar os relatórios, e entregar os relatórios nas datas estipuladas;
* Manter comunicação estreita com o Consultor de Avaliação, PNUD e coordenação do projeto;
* Traduzir e entregar o relatório final em duas versões: português e inglês.

Consultor de Avaliação II:

* Apoiar os trabalhos do Consultor de Avaliação – Coordenador, e atender as suas demandas, garantido a qualidade dos relatórios;
* Trabalhar de maneira conjunta com o Consultor de Avaliação – Coordenador;
* Entregar sua parte do relatório ao Consultor de Avaliação – Coordenador com antecedência mínima de cinco dias à data de entrega dos relatórios;
* Sugerir melhoras nos arranjos de implementação;
* Analisar a participação efetiva dos povos indígenas envolvidos;
* Analisar o aspecto da conservação da biodiversidade e das atividades afins como os sistemas agro florestais, indicadores, METT etc.;
* Manter comunicação estreita com o Consultor de Avaliação – Coordenador, PNUD e coordenação do projeto;
* Apoiar a tradução e entrega do relatório final em duas versões: português e inglês.

Os relatórios deverão ser realizados e entregues de maneira conjunta pelos dois consultores.

Os consultores deverão ter experiência prévia em avaliação de projetos similares. É uma vantagem contar com experiência em projetos financiados pelo GEF. Caberá ao Escritório País do PNUD escolher qual dos avaliadores será o líder da equipe e responsável pela finalização do relatório. Os avaliadores selecionados não devem ter participado na preparação ou execução do projeto nem devem ter nenhum conflito de interesses com as atividades relacionadas ao projeto.

O Consultor de Avaliação I - Coordenador da equipe de avaliação deve reunir as seguintes qualificações:

* Doutorado em área correlata ao projeto: desenvolvimento sustentável, meio ambiente, segurança alimentar, relações internacionais, ciências sociais e naturais, e áreas afins;
* Experiência profissional relevante de 05 (cinco) anos como mínimo;
* Conhecimento sobre o PNUD e o GEF;
* Experiência prévia com as metodologias de monitoramento e avaliação com base empírica;
* Conhecimento técnico sobre as áreas de interesse previstas;
* Experiências com comunidades tradicionais e meio ambiente;
* Fluência no idioma inglês e conhecimentos avançados de português.

O Consultor de Avaliação II deve reunir as seguintes qualificações:

* Mestrado em área correlata ao projeto: desenvolvimento sustentável, meio ambiente, segurança alimentar, relações internacionais, ciências sociais e naturais, e áreas afins;
* Experiência profissional relevante de 05 (cinco) anos como mínimo;
* Conhecimento sobre o PNUD e o GEF;
* Experiência prévia com as metodologias de monitoramento e avaliação com base empírica;
* Conhecimento técnico sobre as áreas de interesse previstas;
* Experiências com comunidades tradicionais e meio ambiente;
* Fluência no idioma inglês e conhecimentos de português.

**ÉTICA DOS AVALIADORES**

Os consultores da avaliação assumirão os mais altos níveis éticos e deverão assinar um Código de Conduta (Anexo E) ao aceitar a atribuição. As avaliações do PNUD se realização em conformidade com os princípios que se descrevem nas “Diretrizes éticas para avaliações” do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG).

**MODALIDADES E ESPECIFICAÇÕES DE PAGAMENTO**

|  |  |
| --- | --- |
| % | Ação |
| 10% | Ao assinar o contrato |
| 40% | Depois da apresentação e aprovação do primeiro rascunho do Relatório Final da Avaliação |
| 50% | Depois da apresentação e aprovação (EP do PNUD e ATR do PNUD) do Relatório Final definitivo da Avaliação |

**PROCESSO DE CANDIDATURA**

Os candidatos devem completar a candidatura on line no site [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br) , até o dia 20/05/2014. Sugere-se que os consultores individuais apresentem as solicitações junto com seus currículos para estes postos. A solicitação deve conter um currículo atual e completo, onde se indique um e-mail e um telefone de contato. Os candidatos pré-selecionados deverão apresentar uma oferta financeira que indique o custo total da atribuição (incluindo gastos com diárias e custos de viagens).

O PNUD utiliza um processo de seleção justo e transparente que considera as competências/capacidades dos candidatos, assim como suas propostas financeiras. Encoraja-se as mulheres e os membros qualificados de minorias sociais para que apresentem candidaturas.

**ANEXO A: Marco Lógico do Projeto**

**3.4.** Lideranças e membros da comunidade indígena treinados para conduzir atividades de uso sustentável e para a gestão de comercialização

**3.3.** Demonstração de mecanismos usados para promover a produção e o aumento do acesso ao mercado dos produtos indígenas

**2.4.** Programa de conscientização quanto ao impacto doextrativismosobre a condição e os serviços ecossistêmicos das áreas destinadas à conservação

**2.3.** Capacitação para a gestão ambiental e territorial de TIs consolidadas.

**3.2.** Uso piloto de técnicas agroecológicas e agroflorestais, usando conhecimento tradicional para a agricultura e uso de recursos florestais para subsistência

**2.2.** Redes nacionais e regionais de praticantes de etnogestão estabelecidas para replicar atividades e mecanismos destinados à conservação dentro de TIs

**1.3.** Capacidades dos indígenas e dos parceiros do governo fortalecidas para o desempenho de novos papéis e procedimentos para TIs

**1.4.** Protocolos de vigilância, proteção e monitoramento elaborados e fortalecidos em áreas de entorno e dentro de TIs

**1.2.** Estratégias sustentáveis de financiamento desenvolvidas para a continuidade da gestão etnoambiental dentro das TIs

**3.1.** Recuperação de áreas degradadas usadas como piloto em TIs que necessitam de gestão específica de paisagem para alavancar sua contribuição à conservação da BD

**2.1.** Planos de etnogestão, incluindo zoneamento, nas Áreas de Referência estabelecidos e desenvolvidos por agentes ambientais indígenas, e reconhecidos pela FUNAI, pelo MMA, pelo IBAMA e pelo ICMBio

**1.1.** Diretrizes, estratégias e procedimentos legais definidos para as áreas destinadas à conservação e ao uso sustentável dentro das TIs

*produtos*

*RESULTADOs*

**Resultado 3.**. Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais

**Resultado 2.** Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinadas à conservação em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas

**Resultado 1**. Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos.

**OBJETIVO IMEDIATO:**

Uma estratégia testada no local e oficialmente reconhecida de gestão ambiental em Terras Indígenas (TI) por Povos Indígenas (PI) é adotada para a conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade florestal

Uma estratégia testada no local e oficialmente reconhecida de gestão ambiental em Terras Indígenas (TI) por Povos Indígenas (PI) é adotada para a conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade florestal

**OBJETIVO DE LONGO PRAZO:**

Catalisar a consolidação das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade de ecossistemas florestais brasileiros e como parte integrante do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e das Políticas de Gestão Ambiental para Terras Indígenas.

**ANEXO B: Lista do Documentos a serem analisados**

* PRODOC – Documento do Projeto BRA/09/G32
* Relatório de Apresentação para a Avaliação
* METT
* Relatórios Anuais
* Boletins
* Relatórios Técnicos
* Outros.

**ANEXO C: Perguntas de Avaliação**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Critérios de avaliação** | **Perguntas** | **Indicadores** | **Fontes** |
| **Relevância: Como se relaciona o projeto com os objetivos principais da área de interesse do GEF e com as prioridades ambientais e de desenvolvimento a nível local, regional e nacional?** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Efetividade: Em que medida se tem alcançado os resultados e objetivos previstos do projeto?** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Eficiência: O projeto se implementou de maneira eficiente em conformidade com as normas e os estandares internacionais e nacionais?** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Sustentabilidade: Em que medida há riscos financeiros, institucionais, socioeconômicos ou ambientais para sustentar os resultados do projeto a longo prazo?** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
| **Sustentabilidade: Em que medida há riscos financeiros, institucionais, socioeconômicos ou ambientais para sustentar os resultados do projeto a longo prazo?** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
| **Impacto: Há indícios de que o projeto tenha contribuído para reduzir a tensão ambiental ou melhorar o estado ecológico, ou que tenha permitido avançar para esses resultados?** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

**ANEXO D: Pontuação**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Escalas de pontuações** | | |
| **Pontuações de resultados, efetividade, eficiência, SyE e execução de AyE** | **Pontuações de Sustentabilidade** | **Pontuações de relevância** |
| 6: Muito Satisfatório (MS): o projeto não apresentou deficiências no alcance de seus objetivos em termos de relevância, efetividade ou eficiência.  5: Satisfatório (S): somente houve deficiências menores.  4: Algo Satisfatório (AS): houve deficiências moderadas.  3: Algo Insatisfatório (AI): o projeto apresentou deficiências significativas;  2: Insatisfatório (I): houve deficiências importantes no alcance dos objetivos do projeto em termos de relevância, efetividade ou eficiência.  1: Muito Insatisfatório (MI): o projeto apresentou deficiências graves. | 4: Provável (P): riscos insignificantes para a sustentabilidade.  3: Algo Provável (AP): riscos moderados.  2: Algo Improvável (AI): riscos significativos.  1: Improvável (I): riscos graves. | 2: Relevante (R) 1: Não Relevante (NR)  Pontuações de impacto:  3: Significativo (S)  2: Mínimo (M)  1: Insignificante (I) |
| Pontuações adicionais onde seja pertinente:  Não corresponde (N/C)  Não se pode valorizar (N/V) | | |

**ANEXO E: Formulário de Acordo do Código de Conduta do Consultor(a) da Avaliação**

**Os avaliadores:**

1. Devem apresentar informação completa e justa em sua avaliação de fortalezas e debilidades, para que as decisões ou medidas tomadas tenham um bom fundamento;
2. Devem divulgar todos os resultados da avaliação junto com informação sobre suas limitações e permitir o acesso a esta informação a todos os afetados pela avaliação que possuam direitos legais expressos de receber os resultados;
3. Devem proteger o anonimato e a confidencialidade dos informantes individuais. Devem proporcionar avisos máximos, minimizar as demandas de tempo, e respeitar o direito das pessoas de não participar. Os avaliadores devem respeitar o direito das pessoas a fornecer informação de forma confidencial e devem garantir que a informação confidencial não pode ter sua fonte rastreada. Não se prevê que avaliem a indivíduos e devem equilibrar uma avaliação de funções de gestão com este princípio geral;
4. Em ocasiões, devem revelar a evidência de transgressões quando realizam as avaliações. Estes casos devem ser informados discretamente ao organismo de investigação correspondente. Os avaliadores devem consultar com outras entidades de supervisão relevantes quando haja dúvidas sobre se certas questões deveriam ser denunciadas e como;
5. Devem ser sensíveis as crenças, maneiras e costumes, e atuar com integridade e honestidade nas relações com todos os interessados. De acordo com a Declaração Universal dos Diretos Humanos da ONU, os avaliadores devem ser sensíveis às questões de discriminação e igualdade de gênero, e abordar tais questões. Devem evitar ofender a dignidade e autoestima daquelas pessoas com as quais estão em contato durante o transcurso da avaliação. Graças a que sabem que a avaliação poderia afetar negativamente os interesses de alguns interessados, os avaliadores devem realizar a avaliação e comunicar o propósito e os resultados de maneira que respeite claramente a dignidade e o valor próprio dos interessados;
6. São responsáveis de seu rendimento e seus produtos. São responsáveis por uma apresentação clara, precisa e justa, de maneira oral ou escrita, de limitações, os resultados e as recomendações do estudo.
7. Devem refletir procedimentos descritivos sólidos e ser prudentes no uso dos recursos da avaliação;

**Formulário de Acordo do Consultor(a) da Avaliação**

**Acordo para acatar o Código de Conduta para a avaliação no Sistema das Nações Unidas**

**Nome do consultor(a):**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Nome da organização consultiva (onde corresponda):**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Confirmo que recebi e entendi e que acatarei o Código de Conduta para Avaliação das Nações Unidas.**

**Firmado em**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,**\_\_\_\_\_\_ **de**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **de 2014.**

**Assinatura:**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO F: Esboço do Relatório de Avaliação**

(A equipe de consultores deve apresentar duas versões do Relatório Final, nos idiomas português e inglês. A extensão do relatório não deve exceder as 40 páginas em total, sem incluir os anexos)

**i. Primeira página:**

* Título do projeto respaldado pelo PNUD e financiado pelo GEF
* Números de identificação do projeto do PNUD e GEF
* Prazo da avaliação e data do relatório de avaliação
* Região e países incluídos no projeto
* Programa Operativo/Programa Estratégico do GEF
* Parceiro para a execução e outros associados do projeto
* Membro da equipe de avaliação
* Reconhecimentos

**ii. Resumo executivo**

* Quadro sinótico do projeto
* Descrição do projeto (breve)
* Tabela de pontuação da avaliação
* Resumo de conclusões, recomendações e lições

**iii. Abreviaturas e siglas**  
(Consulte: Manual editorial do PNUD)

1. **Introdução**

* Propósito da avaliação
* Alcance e metodologia
* Estrutura do relatório de avaliação

1. **Descrição do projeto e contexto de desenvolvimento**

* Início e duração do projeto
* Problemas que o projeto procurou abordar
* Objetivos imediatos e de desenvolvimento do projeto
* Indicadores de referência estabelecidos
* Principais interessados
* Resultados previstos

1. **Resultados**

(Além de uma avaliação descritiva, deve-se considerar todos os critérios de pontuação da escala de seis pontos)

* 1. **Desenho e formulação do projeto**
* Análise do marco lógico (AML) e do marco de resultados (lógica e estratégia do projeto; indicadores)
* Suposições e riscos
* Lições de outros projetos relevantes (por exemplo: mesma área de interesse) incorporados no desenho do projeto
* Participação planejada dos interessados
* Enfoque de replicação
* Vantagem comparativa do PNUD
* Vínculos entre o projeto e outras intervenções dentro do setor
* Disposições de administração
  1. **Execução do projeto**
* Gestão de adaptação (mudanças no desenho e nos resultados do projeto durante a execução)
* Acordos de associações (com os interessados relevantes envolvidos no país ou na região)
* Retroalimentação de atividades de SyE utilizadas para gestão de adaptação
* Financiamento do projeto
* Seguimento e avaliação: desenho de entrada e execução
* Coordenação de aplicação e execução do PNUD e do parceiro para execução e questões operativas
  1. **Resultados do projeto**
* Resultados gerais
* Relevância
* Efetividade e eficiência
* Implicação nacional
* Integração
* Sustentabilidade
* Impacto

1. **Conclusões, recomendações e lições**

* Medidas corretivas para o desenho, a execução, seguimento e avaliação do projeto
* Ações para seguir ou reforçar os benefícios iniciais do projeto
* Propostas para direções futuras que acentuem os objetivos principais
* As melhores e piores práticas para abordar questões relacionadas com a relevância, o rendimento e o êxito

1. **Anexos**

* TdR
* Itinerário
* Lista de pessoas entrevistadas
* Resumo das visitas de campo
* Lista de documentos revisados
* Matriz de perguntas da avaliação
* Questionário utilizado e resumo dos resultados
* Formulário de acordo do consultor(a) da avaliação

**ANEXO G: Formulário de autorização do Relatório de Avaliação**

(para ser preenchido pelo Escritório do País e o Assessor Técnico Regional do GEF/PNUD e incluído no documento final)

**Relatório de Avaliação revisado e autorizado por**

**Escritório no país do PNUD**

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ATR do GEF/PNUD**

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

## Annex 3: Evaluation Consultant Code of Conduct Agreement Form

Evaluators:

1. Must present information that is complete and fair in its assessment of strengths and weaknesses so that decisions or actions taken are well founded.
2. Must disclose the full set of evaluation findings along with information on their limitations and have this accessible to all affected by the evaluation with expressed legal rights to receive results.
3. Should protect the anonymity and confidentiality of individual informants. They should provide maximum notice, minimize demands on time, and: respect people’s right not to engage. Evaluators must respect people’s right to provide information in confidence, and must ensure that sensitive information cannot be traced to its source. Evaluators are not expected to evaluate individuals, and must balance an evaluation of management functions with this general principle.
4. Sometimes uncover evidence of wrongdoing while conducting evaluations. Such cases must be reported discreetly to the appropriate investigative body. Evaluators should consult with other relevant oversight entities when there is any doubt about if and how issues should be reported.
5. Should be sensitive to beliefs, manners and customs and act with integrity and honesty in their relations with all stakeholders. In line with the UN Universal Declaration of Human Rights, evaluators must be sensitive to and address issues of discrimination and gender equality. They should avoid offending the dignity and self-respect of those persons with whom they come in contact in the course of the evaluation. Knowing that evaluation might negatively affect the interests of some stakeholders, evaluators should conduct the evaluation and communicate its purpose and results in a way that clearly respects the stakeholders’ dignity and self-worth.
6. Are responsible for their performance and their product(s). They are responsible for the clear, accurate and fair written and/or oral presentation of study limitations, findings and recommendations.
7. Should reflect sound accounting procedures and be prudent in using the resources of the evaluation.

**Evaluation Consultant Agreement Form[[4]](#footnote-4)**

**Agreement to abide by the Code of Conduct for Evaluation in the UN System**

**Name of Consultant:** \_\_     \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Name of Consultancy Organization** (where relevant)**:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**I confirm that I have received and understood and will abide by the United Nations Code of Conduct for Evaluation.**

Signed at (place)on

Signature: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Evaluation Report Clearance Form to be completed by CO and RCU and included in the final document**

Reviewed and Cleared by

***UNDP Country Office***

Name: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Signature: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Date:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

***UNDP- GEF- RCU***

Name: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Signature: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Date:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Anexo 4**

**Itinerário e sumário de visitas de campo**

**Programa das Visitas de Campo**

**1ª Visita de Campo**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Dias | Períodos | Roteiro |  |
| 16/07 quarta-feira | Dia todo | deslocamento de   Macapá para Oiapoque  - reunião  na  Funai no final da tarde/noite com Núcleo Técnico do PGTA?  Pernoite no Oiapoque | Equipe de avaliadores/parceiros:  Miguel Berraondo    Carlos Castro  Robert Miller  Fernando Moretti  Helcio Marcelo de Souza |
|  |  |  |  |
| 17/07  Quinta-feira | Manhã | Visita  ao  Centro de Formação dos Povos Indígenas  do Oiapoque, na  aldeia Manga.  Visita  Aldeia Açaizal   ( conhecer projeto  ABC fruticultura,   manejo e comercialização do açaí da  Várzea, apicultura  e outros ) | Ate aldeia do Manga  deslocamento de carro, a partir  dai  deslocamento de barco.    \_participam da  viagem  representantes do  Funai Local, Iepe e  Conselho dos  Caciques |
|  | tarde | Visita a Base de Proteção Territorial do  Encruzo  e depois  deslocamento e pernoite na  Aldeia Flexa    ( discussão sobre o  eixo de  proteção territorial   do PGTA  e  relacionamento   com o Parque Nacional do Cabo Orange |  |
| 18/07  sexta | Manhã | Visita a Aldeia Flexa   (  conhecer manejo de  quelônios e   conversar com agentes ambientais indígenas) |  |
| Tarde | Deslocamento e  visita a projetos nas Aldeias da BR  ( conhecer  manejo de açaí, piscicultura,  discussão sobre   compensação ambiental de obras de infraestrutura) |  |
|  | Noite | Pernoite de todos na cidade do  Oiapoque |  |
| 19/07  Sábado | manhã | - deslocamento  e pernoite em para Macapá |  |
|  |
|  |  |  |  |

**2ª Visita de Campo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **20/07/14**  **DOMINGO** | **21/07/14**  **SEGUNDA** | **22/07/2014**  **TERÇA** |
|  | Manhã:  - 9h Reunião CTL Baía da Traição com consultores Pnud, Irenildo (Funai), Luiz (Funai), Nathan (conselheiro GATI), Alcides (cacique), Josecy (pajé) e Julio (Sabiá)    - Visita a micro projetos GATI (Luiz e Josecy) | Manhã:  - Percorrido pela Terra Indígena: áreas de tabuleiro, áreas de mata e canaviais (Luiz e Nathan) |
|  | Tarde:  - Visita a áreas de atuação do Sabiá (Julio ou Luiz) | Tarde:  - Visita a mini fábrica de produção de polpas de frutas congeladas na aldeia São Francisco (Alcides) |
| Noite:  - Chegada dos consultores em João Pessoa |  | Noite:  - Retorno dos consultores para João Pessoa |

**3ª Visita de Campo**

**AVALIAÇÃO DE MEIO TEMPO**

**T. I CACHOEIRINHA – Miranda / MS**

**25 e 26 de julho de 2014**

**PROGRAMAÇÃO**

**25/07 – Manhã**

**Local:** Aldeia Babaçu

**8:00 Horas:** Café da manhã Terena *(culinária Terena)*

**Início:** 8:30 Horas

**Abertura:** Reza de abertura (Koixomunéti Quintino)

Canto da anciã Lita

**8:45 Horas –** Fala de recepção e boas-vindas do Cacique da Aldeia Babaçu, Clenivaldo Pires Xavier**.**

**8:50 Horas –** Apresentação dos Consultores Avaliadores, equipe do Projeto GATI / Brasília e PNUD.

**9:05 Horas –** Fala dos Caciques, Lideranças, Apoiadores / Colaboradores do Projeto GATI. **Cada fala terá o tempo de 10 minutos.**

**9:05 Horas – 01.** Cacique Clenivaldo Pires Xavier ***(Aldeia Babaçu)***; 0**2.** Cacique Edson Candelário ***(Aldeia Argola)***; 0**3.** Cacique Marcos de Arruda Sobrinho ***(Aldeia Cachoeirinha)***; 0**4.** Cacique Joãozinho Felipe ***(Aldeia Lagoinha)***; 0**5.** Laércio Antonio ***(Presidente do Conselho Local de Saúde Indígena do Município de Miranda)***; 0**6.** Maria Belizário ***(Professora da Escola Municipal Indígena Extensão Aldeia Mãe Terra)***; 0**7.** Marinildes Santana de Souza ***(Professora da Escola Municipal Indígena Extensão Alexandre Albuquerque / Aldeia Lagoinha)***; 0**8.** Lindomar Ferreira ***(Liderança e membro da Coordenação Executiva da APIB)***; 0**9.** Alipio Vieira ***(Agricultor Agroflorestal/FAMÍLIA GATI)***; **10.** Maria de Souza ***(Agricultora Agroflorestal / FAMÍLIA GATI)***; **11.** Jussara Balbino ***(Jovem vinculada à FAMÍLIA GATI)***; **12.** Evelyne Gregório Xavier ***(Jovem vinculada à FAMÍLIA GATI)***; **13.** Zacarias Rodrigues ***(Membro do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas / PNGATI)***; **14.** Representante SEGATI / FUNAI / CR CG; **15.** Inácio Faustino ***(Conselheiro Local do Projeto GATI)***; **16.** João Leôncio ***(Conselheiro Local do Projeto GATI)*** e **17.** Leosmar Antonio ***(Consultor das Áreas de Referências Terena do Projeto GATI / MS);* 17. Representante SEGATI**

**11:45 Horas – Apresentação musical:** João Leôncio

Jussara Balbino,

Darleine Pinto Candelário

Rosenildo Candelário

Ângelo Antonio Faustino

**Ecomúsicas:** Peixe Vivo e Xote Ecológico

**12:00 Horas – Almoço Agroecológico** (Produtos das AGROFLORESTAS Terena)

**25 / 07 – Tarde**

**14:00 Horas –** Visitas às áreas de AGROFLORESTAS

**1º Local de visita:** Área do Agricultor Saulo Augusto.

**14:30 Horas**

**2º Local de visita:** Área da Agricultora Marlene Rodrigues.

**15:10 Horas**

**3º Local de visita:** Área do Agricultor Alipio Vieira.

**15:40 Horas**

**4º Local de visita:** Visita à Área de implantação do Micro Projeto **“EducomHorta: Segurança Alimentar e Educação Ambiental”**

**16:10 Horas**

**5º Local de visita:** Área do Agricultor Arildo Cebabio.

**26 de Julho – Manhã**

**Local:** Aldeia Mãe Terra

**08:00 Horas:** Café da manhã Terena *(Culinária Terena)*

**8:30 Horas – Abertura:** Cântico “Há’a uti”

Darleine Pinto Candelário

João Leôncio

**8:40 Horas –** Fala de recepção e boas vindas do Zacarias Rodrigues (Liderança da Aldeia Mãe Terra)

**8:50 Horas –** Visitas às Áreas de AGROFLORESTAS da Aldeia Mãe Terra.

**9:00 Horas**

**1º Local de visita:** Área do Agricultor Justo.

**9:30 Horas**

**2º Local de Visita:** Área de AGROFLORESTA da Escola Municipal Extensão Mãe Terra.

**10:00 Horas**

**3º Local de visita:** Área do Agricultor Zacarias Rodrigues.

**10:30 Horas**

**4º Local de visita:** Área do Agricultor Inácio Faustino.

**11:30 Horas – Almoço Agroecológico** *(produtos das Agroflorestas Terena)*

**26/07 - Tarde**

**13:00 Horas - Continuação das visitas nas áreas dos agricultores e Espaço GATI: Ovoku Tumuné Têrenoe.**

**13:00 Horas**

**1º Local de visita:** Área da Agricultora Erciléia de Souza

**13:40 Horas**

**2º Local de visita:** Espaço GATI: Ovoku Tumuné Têrenoe

**14:30 Horas**

**3º Local de visita:** Área do Agricultor João Leôncio.

**15:10 Horas**

**4º Local de visita:** Curso de Formação Inicial Continuada em AGROFLORESTA – Pronatec / IFMS / Projeto GATI

**15:50 Horas – Encerramento**

**Fala de considerações finais:** Consultores Avaliadores, representante SEGATI / FUNAI / CR CG, Equipe do Projeto GATI / Brasília e PNUD. ***Cada fala deverá ter duração de 3 minutos.***

**Fala de considerações finais:** Zacarias Rodrigues e Leosmar Antonio

**16:20 Horas –** Apresentação do vídeo produzido pelos jovens da FAMÍLIA GATI.

**Vídeo:** *“FAMÍLIA GATI: Cultivando a Terra e alimento o futuro”*.

**16:45 Horas:**

Entrega de lembrancinhas da FAMÍLIA GATI aos visitantes.

**17:10 Horas:**

Canto da Anciã Vovó Lita

**17:20 Horas:** Canto Hánaiti Ûnãe

João Leôncio

Arildo Cebalio

**Relatório das Visitas de Campo**

Durante o processo de Avaliação de Meio Termo, várias visitas de campo foram realizadas. Especificamente, três TIs onde o Projeto está implementando atividades foram visitadas. Estas viagens de campo foram às TIs do Oiapoque, no Estado do Amapá, nas TIs Potiguara, na Baia da Traição, no Estado da Paraíba e em TIs Terena, em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul

As viagens de campo para as TIs são importantes em um projeto com as características do Projeto GATI, para entender sua complexidade e para verificar *in situ* o andamento do Projeto. Em resumo, as visitas foram importantes para abordar os seguintes aspectos:

* Verificar o envolvimento das comunidades indígenas na implementação das atividades.
* Verificar a qualidade profissional da equipe técnica e seu envolvimento no Projeto e concluir pela importância do trabalho de consultores regionais na execução das ações do Projeto.
* Validar o compromisso da equipe técnica da FUNAI com o Projeto e com as comunidades indígenas.
* Identificar os resultados específicos do Projeto, principalmente, a execução de atividades que compõem os micro-projetos.
* Confirmar a complementaridade das ações do Projeto GATI com iniciativas locais anteriores.
* Validar a qualidade das parcerias do Projeto (SABIA, TNC, AIEPE e outras).
* Verificar os benefícios da gestão ambiental das terras indígenas para a o uso sustentável e conservação da biodiversidade de TIs.

Todas as visitas de campo foram acordadas com o pessoal local e organizadas pela equipe do Projeto e pelo responsável do PNUD.

1) **Visita** de campopara **as TIs** Oiapoque.

A viagem de campo para Oiapoque foi conduzida por Carlos Castro, Oficial do Programa do PNUD, Fernando Moretti, Técnico do Projeto GATI/PNUD, Robert Miller, Coordenador Técnico Projeto GATI, Mikel Berraondo, Consultor de Avaliação de Meio Termo e Helcio Souza, coordenador de estratégia indígena na ONG *The Nature Conservancy (TNC)*. Na região, a equipe recebeu o apoio de técnicos da FUNAI e da equipe da ONG EPIA.

Durante a missão, a equipe pode visitar várias comunidades onde as atividades do Projeto GATI estão ocorrendo, bem como algumas das áreas onde os sistemas de conservação e monitoramento ambiental estão sendo desenvolvidos. A viagem de campo foi organizada para a aldeia Acaizal onde vários micro projetos estão sendo implementados, e para a aldeia Uaçá, onde há um centro de treinamento que será utilizado pelo Projeto para realizar o treinamento de gestores ambientais indígenas. Os membros da equipe também visitaram a confluência dos rios Kuripi e Uaçá, uma localização estratégica e com estrutura para o monitoramento e controle ambiental, onde os parceiros locais do projeto pretendem recuperar uma estação de monitoramento ambiental.

Além das visitas, várias reuniões foram organizadas com representantes dos chefes das comunidades indígenas, com funcionários do escritório local da FUNAI, e com os chefes da EPIA e ONG TNC que são parceiros do Projeto Gati na região.

A viagem de campo para TIs no Oiapoque foi particularmente relevante para entender:

- A complementaridade do Projeto GATI com as iniciativas locais que já estão sendo executadas nas mesmas terras indígenas.

- A participação das comunidades indígenas na implementação de micro-projectos.   
- A importância de parceiros locais e técnicos da FUNAI para garantir o sucesso do Projeto GATI.

- A importância da troca de experiências entre as comunidades indígenas em diferentes áreas envolvidas no Projeto GATI.

- A contribuição do Projeto para a conservação e desenvolvimento socioambiental das comunidades indígenas por meio de:

a) processo de desenvolvimento da capacidade indígena de gestão ambiental e outros programas de formação relacionados com a conservação, monitoramento ambiental e desenvolvimento sustentável.

b) o Melhorar a rentabilidade das ações produtivas.

c) Apoiar o monitoramento e controle de TIs.

d) Apoiar os esforços de conservação da fauna e da flora.

e) Apoiar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis ​​que complementem os esforços de conservação.

2) **Visita** de campopara **TI** Potiguara-Paraíba.

A viagem de campo para as TIs Potiguara-Paraíba foi conduzida por Fernando Moretti, coordenador de gestão do Projeto GATI, Isabel Modercin, Consultora Regional do Projeto, Mikel Berraondo, consultor de avaliação de meio termo e Mary Dayse Kinzo, Consultora Coordenadora da Avaliação de Meio Termo. Na região, a equipe recebeu o apoio de vários chefes indígenas, Caciques, e de pessoal técnico FUNAI.

Durante a missão, várias visitas foram realizadas para conhecer as iniciativas de reflorestamento de áreas degradadas, áreas de plantação e e de cultivo de vários produtos, áreas de cultivo com sistemas agroflorestais em estágios experimentais e uma usina de processamento de frutas. Além disso, as reuniões relevantes foram organizadas com chefes locais das comunidades que participam na implementação de micro-projectos, bem como representantes da FUNAI.

A missão de realizada junto aos Potiguaras-Paraíba e suas TIs foi importante para atingir os seguintes objectivos:

- Verificar o funcionamento e a importância dos micro-projectos para o desenvolvimento comunitário e uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

- Promover os sistemas agroflorestais é importante para neutralizar os modelos baseados na monocultura.

- Verificar a participação indígena na implementação de micro-projectos e da satisfação geral das comunidades indígenas com o Projeto GATI, sobre gerenciamento de projetos e organização do Projeto para a execução das atividades. Há um grande grupo de caciques altamente motivados que apóiam as atividades de micro projetos do Projeto GATI.

- Enfatizar a capacidade do pessoal do Projeto, especialmente a Consultor Regional do Projeto GATI e equipe técnica da FUNAI.

- Destacar a importância de trabalhar em regiões com fortes ameaças ambientais e dentro de áreas urbanas onde há grupos de caciques sensibilizados e motivados.

- Confirmar a importância de trabalhar com as ONGs locais, como SABIÁ, e alavancar processos organizacionais existentes antes de projetos de uso sustentável e de conservação do Projeto GATI.

- Identificar a relevância do trabalho de educação ambiental com jovens e crianças de escolas da comunidade.

3) **V**iagem de campo para **TIs** Cachoeirinha-​​MatoGrosso do Sul

A viagem de campo para Cachoeirinha TI em Mato Grosso do Sul foi conduzido por Robert Miller, coordenador técnico do Projeto GATI e Mikel Berraondo, Consultor da Avaliação de Meio Termo. Nas comunidades que recebem o apoio de Leosmar Antonio, Consultor Regional do Projeto GATI e também líder indígena da região. A missão foi condicionada pelo mau tempo, que obrigou a modificar o programa no segundo dia.

Durante a visita em várias comunidades de etnia Terena que estão se beneficiando de vários micro projetos do Projeto GATI foram visitadas. A maioria desses micro projectos centram-se na agricultura orgânica que também incluiu um componente de formação para jovens e intercâmbio de experiências com outras áreas indígenas. Durante a missão, a equipe observou a evolução em várias áreas onde a agricultura orgânica está sendo realizada graças ao Projeto GATI. Além das visitas, foi organizada uma reunião com diferentes chefes e representantes de comunidades indígenas da região que participam do Projeto GATI.

A missão ofereceu as seguintes conclusões:

- Verificação do funcionamento dos micro-projectos.

- Verificação da participação indígena e de programas de capacitação promovida pelo Projeto GATI junto às comunidades indígenas.

- Destacar a importância da promoção da agroecologia como uma estratégia de conservação nas regiões de interesse.

- Destacar a importância de promover a educação ambiental e conscientização de PIs sobre conservação.

- Verificar a importância do intercâmbio com outras comunidades indígenas que participam do Projeto GATI em outras regiões do país.

Relatório das Visitas de Campo

Durante o processo de Avaliação de Meio Termo, várias visitas de campo foram realizadas. Especificamente, três TIs onde o Projeto está implementando atividades foram visitadas. Estas viagens de campo foram às TIs do Oiapoque, no Estado do Amapá, nas TIs Potiguara, na Baia da Traição, no Estado da Paraíba e em TIs Terena, em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul

As viagens de campo para as TIs são importantes em um projeto com as características do Projeto GATI, para entender sua complexidade e para verificar *in situ* o andamento do Projeto. Em resumo, as visitas foram importantes para abordar os seguintes aspectos:

* Verificar o envolvimento das comunidades indígenas na implementação das atividades.
* Verificar a qualidade profissional da equipe técnica e seu envolvimento no Projeto e concluir pela importância do trabalho de consultores regionais na execução das ações do Projeto.
* Validar o compromisso da equipe técnica da FUNAI com o Projeto e com as comunidades indígenas.
* Identificar os resultados específicos do Projeto, principalmente, a execução de atividades que compõem os micro-projetos.
* Confirmar a complementaridade das ações do Projeto GATI com iniciativas locais anteriores.
* Validar a qualidade das parcerias do Projeto (SABIA, TNC, AIEPE e outras).
* Verificar os benefícios da gestão ambiental das terras indígenas para a o uso sustentável e conservação da biodiversidade de TIs.

Todas as visitas de campo foram acordadas com o pessoal local e organizadas pela equipe do Projeto e pelo responsável do PNUD.

1) **Visita** de campopara **as TIs** Oiapoque.

A viagem de campo para Oiapoque foi conduzida por Carlos Castro, Oficial do Programa do PNUD, Fernando Moretti, Técnico do Projeto GATI/PNUD, Robert Miller, Coordenador Técnico Projeto GATI, Mikel Berraondo, Consultor de Avaliação de Meio Termo e Helcio Souza, coordenador de estratégia indígena na ONG *The Nature Conservancy (TNC)*. Na região, a equipe recebeu o apoio de técnicos da FUNAI e da equipe da ONG EPIA.

Durante a missão, a equipe pode visitar várias comunidades onde as atividades do Projeto GATI estão ocorrendo, bem como algumas das áreas onde os sistemas de conservação e monitoramento ambiental estão sendo desenvolvidos. A viagem de campo foi organizada para a aldeia Acaizal onde vários micro projetos estão sendo implementados, e para a aldeia Uaçá, onde há um centro de treinamento que será utilizado pelo Projeto para realizar o treinamento de gestores ambientais indígenas. Os membros da equipe também visitaram a confluência dos rios Kuripi e Uaçá, uma localização estratégica e com estrutura para o monitoramento e controle ambiental, onde os parceiros locais do projeto pretendem recuperar uma estação de monitoramento ambiental.

Além das visitas, várias reuniões foram organizadas com representantes dos chefes das comunidades indígenas, com funcionários do escritório local da FUNAI, e com os chefes da EPIA e ONG TNC que são parceiros do Projeto Gati na região.

A viagem de campo para TIs no Oiapoque foi particularmente relevante para entender:

- A complementaridade do Projeto GATI com as iniciativas locais que já estão sendo executadas nas mesmas terras indígenas.

- A participação das comunidades indígenas na implementação de micro-projectos.   
- A importância de parceiros locais e técnicos da FUNAI para garantir o sucesso do Projeto GATI.

- A importância da troca de experiências entre as comunidades indígenas em diferentes áreas envolvidas no Projeto GATI.

- A contribuição do Projeto para a conservação e desenvolvimento socioambiental das comunidades indígenas por meio de:

a) processo de desenvolvimento da capacidade indígena de gestão ambiental e outros programas de formação relacionados com a conservação, monitoramento ambiental e desenvolvimento sustentável.

b) o Melhorar a rentabilidade das ações produtivas.

c) Apoiar o monitoramento e controle de TIs.

d) Apoiar os esforços de conservação da fauna e da flora.

e) Apoiar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis ​​que complementem os esforços de conservação.

2) **Visita** de campopara **TI** Potiguara-Paraíba.

A viagem de campo para as TIs Potiguara-Paraíba foi conduzida por Fernando Moretti, coordenador de gestão do Projeto GATI, Isabel Modercin, Consultora Regional do Projeto, Mikel Berraondo, consultor de avaliação de meio termo e Mary Dayse Kinzo, Consultora Coordenadora da Avaliação de Meio Termo. Na região, a equipe recebeu o apoio de vários chefes indígenas, Caciques, e de pessoal técnico FUNAI.

Durante a missão, várias visitas foram realizadas para conhecer as iniciativas de reflorestamento de áreas degradadas, áreas de plantação e e de cultivo de vários produtos, áreas de cultivo com sistemas agroflorestais em estágios experimentais e uma usina de processamento de frutas. Além disso, as reuniões relevantes foram organizadas com chefes locais das comunidades que participam na implementação de micro-projectos, bem como representantes da FUNAI.

A missão de realizada junto aos Potiguaras-Paraíba e suas TIs foi importante para atingir os seguintes objectivos:

- Verificar o funcionamento e a importância dos micro-projectos para o desenvolvimento comunitário e uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

- Promover os sistemas agroflorestais é importante para neutralizar os modelos baseados na monocultura.

- Verificar a participação indígena na implementação de micro-projectos e da satisfação geral das comunidades indígenas com o Projeto GATI, sobre gerenciamento de projetos e organização do Projeto para a execução das atividades. Há um grande grupo de caciques altamente motivados que apóiam as atividades de micro projetos do Projeto GATI.

- Enfatizar a capacidade do pessoal do Projeto, especialmente a Consultor Regional do Projeto GATI e equipe técnica da FUNAI.

- Destacar a importância de trabalhar em regiões com fortes ameaças ambientais e dentro de áreas urbanas onde há grupos de caciques sensibilizados e motivados.

- Confirmar a importância de trabalhar com as ONGs locais, como SABIÁ, e alavancar processos organizacionais existentes antes de projetos de uso sustentável e de conservação do Projeto GATI.

- Identificar a relevância do trabalho de educação ambiental com jovens e crianças de escolas da comunidade.

3) **V**iagem de campo para **TIs** Cachoeirinha-​​MatoGrosso do Sul

A viagem de campo para Cachoeirinha TI em Mato Grosso do Sul foi conduzido por Robert Miller, coordenador técnico do Projeto GATI e Mikel Berraondo, Consultor da Avaliação de Meio Termo. Nas comunidades que recebem o apoio de Leosmar Antonio, Consultor Regional do Projeto GATI e também líder indígena da região. A missão foi condicionada pelo mau tempo, que obrigou a modificar o programa no segundo dia.

Durante a visita em várias comunidades de etnia Terena que estão se beneficiando de vários micro projetos do Projeto GATI foram visitadas. A maioria desses micro projectos centram-se na agricultura orgânica que também incluiu um componente de formação para jovens e intercâmbio de experiências com outras áreas indígenas. Durante a missão, a equipe observou a evolução em várias áreas onde a agricultura orgânica está sendo realizada graças ao Projeto GATI. Além das visitas, foi organizada uma reunião com diferentes chefes e representantes de comunidades indígenas da região que participam do Projeto GATI.

A missão ofereceu as seguintes conclusões:

- Verificação do funcionamento dos micro-projectos.

- Verificação da participação indígena e de programas de capacitação promovida pelo Projeto GATI junto às comunidades indígenas.

- Destacar a importância da promoção da agroecologia como uma estratégia de conservação nas regiões de interesse.

- Destacar a importância de promover a educação ambiental e conscientização de PIs sobre conservação.

- Verificar a importância do intercâmbio com outras comunidades indígenas que participam do Projeto GATI em outras regiões do país.

**Anexo 5**

**Plano de Trabalho**

**BRA 09/G31 – Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Consevação dos Ecossistemas Brasileiros**

**Plano de Trabalho**

1. **Leitura e Análise de Documentos do Projeto**

* Documento de Projeto (PRODOC)
* Termos de Referência (responsabilidades dos Consultores)
* Relatório de Apresentação para a Avaliação
* METT
* Relatórios de Progresso ou Anuais
* Política Nacional de Gestão Territorial
* Relatório de Atividades do Projeto ou balanço de atividades e execução financeira de 2013
* Relatórios dos Cursos de Capacitação ou Formação em PNGATI (1º Módulo do Bioma Mata Atlântica, voltado à compreensão do conceito de gestão ambiental e territorial
* Relatórios ou informes da realização de intercâmbios com povos indígenas das regiões Sul, Sudeste e Pantanal (MS), com visitas a Centros de Formação Indígena (CFI) na Amazônia, junho de 2013
* Relatórios das Coordenações das Organizações Indígenas ou Atas de Reuniões
* Relatórios de implementação das ações da TNC (Projeto Paisagens Indígenas, Oiapoque e Roraima)
* Relatórios de capacitação do IEB
* Visão geral das Áreas de Referência e seu desenvolvimento
* Programação de oficinas de etnomapeamento e etnozoneamento
* Documento de “Orientação para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”
* Atas de Reunião do Comitê Diretor (CD) do Projeto
* Cartas do Acordo com Instituições Parceiras
* Boletins
* Relatórios Técnicos:

a) ferramenta IMC (TNC);

b) levantamento Etnozoneamento (FUNAI)

c) OE-1 e SP -3 (GEF) e Programa SFM

* Relatório de Implementação de Março de 2013
* PIR 2011
* Instrumento complemento ao METT (Consultores Regionais, 2012)
* Relatórios dos Consultores Regionais
* Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)
* Third-Party Cost-Sharing Agreement
* UNDP Guidance for Evaluation
* Atas de Reuniões Tripartite
* Termos de Referência dos Consultores

1. **Coleta de Dados: Pesquisa de Campo**

Viagem de Campo:

* Caatinga – Nordeste: 16 -18 de julho
* Guaraní – MS: 19-21 de julho
* Oiapoque – RR: 22-26 de julho ou Bracuí – SP

- Elaboração de relatórios de campo, com análise das atividades desenvolvidas ou em desenvolvimento.

- Relatório da reunião – *briefing* – 28 de junho

**Instituições Parceiras**

- FUNAI

- MMA

- ICMBio

- PNUD

- TNC

**Coleta de dados**

- identificação de fontes de informação:

a) técnicos que trabalham ou trabalharam no Projeto;

b) documentos relativos à capacitações para o planejamento e formulação dos Planos de Manejo;

c) documentos relativos às etapas de formulação dos Planos

d) documentos relativos às reuniões do Conselho Diretor

e) outros documentos a serem coletados em campo

1) questões relativas à efetividade do monitoramento dos indicadores que mediam o progresso do projeto;

2) questões de como se deu a participação da sociedade civil, ONGs e associações e de stakeholders;

3) este projeto pode ser replicável para outras Áreas de Referência?

4) Há vinculações com outros projetos ou programas?

5) Há possibilidade de incluir e incorporar parceiros à estes componentes em projetos futuros? O que recomendaria?

6) Qual seu parecer sobre a sustentabilidade das ações do Projeto em relação ao Plano (PGTAs)?

7) Qual, em sua opinião, seria o papel catalítico ou de impulsionador dos objetivos do Projeto?

8) Acha que o Projeto poderia ter uma correção em seu desenho ou em sua formulação?

9) Considera ser importante a disseminação dos resultados do Projeto?

10) Como considera o nível de participação da sociedade civil, ONGs ou grupos locais nas discussões sobre a implementação dos componentes do Projeto?

11) Quais seriam, a seu ver, as melhores práticas e as piores práticas advindas da execução do Projeto? E o impacto de seus resultados?

- A análise dos dados possibilitará levantar as descobertas e lições aprendidas pelo Projeto e possibilitará também levantar as recomendações para políticas públicas ambientais e territoriais em TIs.

**Buscar também responder às questões de Avaliação de Meio Termo (ANEXO C do TOR)**

**Questões**

**1) Relevância:** Como se relaciona o projeto com os objetivos principais da área de interesse do GEF e com as prioridades ambientais e de desenvolvimento a nível local, regional e nacional?

**.............................................................................................................................................................................................................................................................................................................. 2) Efetividade:** Em que medida se tem alcançado os resultados e objetivos previstos do Projeto?

**.......................................................................................................................................................**

**3) Eficiência:** O Projeto se implementou de maneira eficiente em conformidade com as normas e os estandares internacionais e nacionais?

**.......................................................................................................................................................**

**4) Sustentabilidade:** Em que medida há riscos financeiros, institucionais, socioeconômicos ou ambientais para sustentar os resultados do Projeto a longo prazo?

**.......................................................................................................................................................**

**5) Impacto:** Há indícios de que o Projeto tenha contribuído para reduzir a tensão ambiental ou melhorar o estado ecológico, ou que tenha permitido avanços para esses resultados?

**.......................................................................................................................................................**

**Anexo 6**

**Lista de Entrevistados**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **Entidade** | | **Localidade** |
| **AGRUPAMENTO BRASILIA** | | | |
| MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI | | Presidente FUNAI | Brasilia |
| JAIME GARCIA SIQUEIRA | | COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL - FUNAI | Brasilia |
| Técnicos e Assessores da UGP/Projeto GATI | | FUNAI | Brasilia |
| THAÍS DIAS GONÇALVES e outros Coordenadores e Técnicos | | COORDENADORA-GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL - FUNAI | Brasilia |
|  | | | |
| **Roberto Brandão Cavalcanti** | | **SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS** | Brasilia |
| **Paulo Guilherme Francisco Cabral** | | **SECRETÁRIO DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL** | Brasilia |
| Elcio – Coordenador da TNC | | The Nature Conservancy | Brasilia |
| Carlos Castro | | Coordenador da Unidade de MA/PNUD | Brasilia |
| Consultores Regionais | | Paraíba – Potiguaras  Terenas – MS  Oiapoque - TIS | Baia da Traição  Macapá/Oiapoque  Campo Grande |
| Outros entrevistados e constantes do Relatório de Visitas de Campo | |  |  |
| **PANAMÁ** | | | |
| Helen Negret | | GEF-PNUD | Panamá |

**Anexo 7**

**Questionário**

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

**Avaliação de Meio-Termo do Projeto**

**Questionário a ser discutido com o Coordenador Técnico do Projeto GATI e com o Oficial de Programa do PNUD e Aplicado junto aos entrevistados**

**Questionário a ser aplicado junto às Coordenações Regionais e Organizações Não-Governamentais**

**Nome:.........................................................**

**Função:......................................................**

**Instituição e/ou Organização:....................................................................**

**Data:.................................................................**

1) Na visão do Sr (a) como é realizada a gestão de sua AR? Ela é boa ou não? Podia ser melhor? Em quê ou como?

...........................................................................................

2) Como o Sr (a) descreveria a experiência de gestão em sua AR? Quais as principais atividades desenvolvidas? Como vocês se articulam?

............................................................................................................................................................................. 3) As instituições parceiras têm atuado diretamente junto às bases, ou seja, participado das discussões/resoluções dos problemas da AR?

................................................................................................

4) Na sua visão como tem sido a participação dos demais componentes do Conselho, isto é do arranjo institucional no processo de gestão da AR?

............................................................................................................................................................................. 5) Para o Sr (a) quais são os limitantes/dificuldades para efetivar uma gestão que tem como objetivo conciliar o questões culturais indígenas com desenvolvimento sustentável nas TIs? Quais os aspectos que podem melhorar nesta gestão?

............................................................................................................................................................................. 6) Na sua visão, o arranjo institucional que implementa o Projeto GATI tem conseguido gradativamente alcançar os objetivos propostos? Por quê?

............................................................................................................................................................................. 7) Na sua opinião, os instrumentos de gestão existentes (Plano de Gestão (PGTAs) tem contribuído para os objetivos do Projeto? Quais as suas maiores vantagens e em que poderia ser melhorado? Como?

............................................................................................................................................................................. 8) A PI da AR foi envolvida na elaboração ou na revisão do Plano de Gestão? De que forma isso ocorreu?

............................................................................................................................................................................. 9) Como se deu as capacitações para a melhoria da gestão das organizações locais e para uma maior participação da comunidade da AR? Você considera que houve avanços no fortalecimento das organizações e no empoderamento da PI?

............................................................................................................................................................................. 10) Como o Sr (a) vê a atuação e influência das demais organizações (não integrantes do Conselho) na gestão?

.............................................................................................................................................................................

**Questionário a ser aplicado junto à Comunidade**

**Nome:........................................................................**

**AR:...................................................................................**

**Data:.....................................................................................................**

1) Na visão do Sr (a) como é realizada a gestão de sua AR? É boa ou não? Podia ser melhor? Em quê ou como?

............................................................................................................................................................................. 2) Como vocês contribuem ou participam na gestão da Reserva?

............................................................................................................................................................................. 3) Como o Sr (a) vê a atuação e a influência das organizações locais na gestão? Quais as organizações que a seu ver são as mais importantes na gestão? Elas contribuem para o desenvolvimento da Reserva?

............................................................................................................................................................................. 4) Na sua opinião, quais os aspectos que mais dificultam a gestão da Reserva? Quais as que mais facilitam?

............................................................................................................................................................................. 5) O que o Sr (a) acha das regras que existem para o uso dos recursos, como o Plano de Gestão? Estas regras têm servido para melhorar a vida da PI? O que melhorou e o que piorou?

............................................................................................................................................................................. 6) O Sr (a) acha que os planos poderiam ser melhor e atender melhor as necessidades dos PIs? O que vocês poderiam fazer para influir nisso?

............................................................................................................................................................................. 7) Vocês foram convidados para participar da elaboração dos planos? Vocês conseguiram participar e como participaram?

............................................................................................................................................................................. 8) Vocês acham que a opinião de vocês foram consideradas no documento final desses planos?

............................................................................................................................................................................. 9) De tudo que vem acontecendo em relação ao manejo da Reserva, o que vocês mais gostam e o que menos gostam?

10) Aqui na AR existe algum conflito com os vizinhos do entorno ou da Reserva?

.............................................................................................................................................................................

**Anexo 8**

**Evaluation Consultant Agreement Forms**

**Evaluation Consultant Agreement Form**

**Agreement to abide by the Code of Conduct for Evaluation in the UN System**

**Name of Consultant:** \_Mary Dayse Kinzo\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Name of Consultancy Organization** (where relevant)**:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**I confirm that I have received and understood and will abide by the United Nations Code of Conduct for Evaluation.**

Signed in Brasilia, Brazil on 30, August, 2014.

**Evaluation Consultant Agreement Form**

**Agreement to abide by the Code of Conduct for Evaluation in the UN System**

**Name of Consultant:** \_\_Mikel Barraondo\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Name of Consultancy Organization** (where relevant)**:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**I confirm that I have received and understood and will abide by the United Nations Code of Conduct for Evaluation.**

Signed at

Signature: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Anexo 9**

**CVs dos Avaliadores: Consultor 1**

**CURRICULUM VITAE – SUMÁRIO**

**MARY DAYSE KINZO**

**Maio de 2014**

**DADOS PESSOAIS:**

**MARY DAYSE KINZO**

CI: 538564 – SSP/DF - Data de expedição: 25/05/95

CPF: 104.780.431-04

**Endereço:**

Cond. Villages Alvorada, Conj. 14, Casa 05

Lago Sul, Brasília - DF

CEP: 71680-351

Telefones: 61-367 6150 ou 9982 2095

Email: marydayse@gmail.com

1. **FORMAÇÃO ACADÊMICA**

1996 – **Pós-Doutora em Cooperação Internacional** – obtenção de bolsa do CNPq, John Hopkins University, Washington.

1986 – **Doutora em Sociologia Política**, Victoria University of Manchester, Inglaterra, UK.

Título da Tese: **“Small Producers and the State: Agriculture in the Amazon Frontier.**Obtenção de bolsa de Doutorado do CNPq e licença de cargo na Comissão de Divisão do Estado de Mato Grosso/SUDECO-MINTER.

1982 – **Mestra em Sociologia:** Departamento de Ciências Sociais da UnB.

Título da Tese: **“Colonização e as Transformações na Estrutura de Classe: De Posseiros a Colonos”**. Contou com apoio da SUDECO/MINTER, tendo concedido período parcial de trabalho para realização do curso de Mestrado.

1972 – Graduação em Ciências Sociais, FMU, São Paulo.

2009 – Graduação em Ciências Jurídicas, IESB, Brasília, com Monografia: **“Direitos dos Povos Indígenas: Gestão Ambiental em Territórios Indígenas.**

.

**2. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO**

1988 – **Desenvolvimento Regional e Planejamento Estratégico;** Centro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Regional (UNCRD); Nagoya, Japão.

1974 – **Planejamento Hospitalar**, USP, São Paulo.

1993 – **Marketing Social**, John Snow Incorporated/USAID, Boston/USA.

**3. LINGUAS**

Português (língua nativa); Inglês (fluente); Espanhol (fluente); Francês (médio).

1. **ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

1988-1997 – Universidade de Brasília, Professora do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais.

Principais Disciplinas ministradas: Metodologia Científica, Políticas Públicas e Cooperação Internacional.

1993-1997 – Assessora do Gabinete do Reitor da Universidade de Brasília para Assuntos Internacionais, Reitor: Professor João Cláudio Todorov.

1988-1989: Assessora da Presidência do IPEA para monitoramento e avaliação de Projetos de Políticas Públicas, Acordo de Cooperação entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial e o PNUD/ONU.

1988-1990: Cedida pela UnB para a Organização das Nações Unidas – ONU, e designada Representante Nacional do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM – PNUD) para a organização do escritório de representação no Brasil.

- Principais atividades desenvolvidas: monitoramento, avaliação e planejamento de projetos de geração de renda em nove estados: Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro.

1978-1988: Funcionária da SUDECO/MINTER

Fui parte do Grupo de Trabalho para a Divisão do Estado de Mato Grosso, quando ainda Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul e, em 1978, vim para Brasília como parte da Comissão de Divisão do Estado do Mato Grosso depois integrada ao quadro de pessoal da SUDECO, área de planejamento regional.

1. **CONSULTORIAS A ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

**Áreas de Consultorias: Avaliação de Projetos e Formulação de Projetos:** Monitoramento e Avaliação junto às áreas de análise institucional, populações tradicionais, desenvolvimento regional e produtores familiares na agricultura,setor saúde, – Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

1989-1990: National Officer, UNIFEM/PNUD, Brazil, representante responsável pelos Projetos de Mulher e Desenvolvimento.

1990-1991: Consultora Nacional para o Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA), Brasil.

1993: Consultora Internacional para o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID).

- Missão em Nicarágua: “Pequenos Produtores Associados a Cooperativas ou a outras formas de associativismo em Nicaragua”, dados básicos para a formulação do Programa de Desenvolvimento Rural para Pequenos e Médios Produtores.

1993-1994: Consultora Internacional para o Banco Interamericano para o Desenvolvimento IICA/BID.

- Projeto sobre “Mulheres Produtoras de Alimentos na Pequena Produção Rural”: Área rural da Região Nordeste do Brasil.

1995: Consultora Internacional para a União Européia (UE)

- Formulação de proposta sobre a estrutura de um Programa Social para o Brasil.

1995-1998: Participação da 1ª fase do Projeto RESEX, junto ao Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) que coordenou o Projeto e cujo foco eram 4 Resex com apoio do PPG7 (BM).

1997: Consultora para monitoramento e avaliação de Programas de Cooperação Internacional, PNUD.

- Inclui, entre outros, o Projeto AIDS-I e apoio à formulação do AIDS-II;

- Avaliação Institucional de Projetos de Cooperação PNUD (Assistência à Saúde-Ministério da Saúde) que deram origem à ANVISA e FUNASA; e

- Avaliação do Projeto Novas Fronteiras do Cooperativismo (PNFC) do Ministério da Agricultura/PNUD que recomendou a formulação do PRONAF;

1997: Consultora para revisão do Projeto de Cooperação Técnica PRODEAGRO/PNUD. Acordo de empréstimo Governo Brasileiro/Banco Mundial;

1998-2000: Assessora Técnica do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN);

- Projeto Biodiversidade do Bioma Cerrado.

1999: Consultora para análise institucional da formulação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, realizada junto ao Programa Pantanal, BID/Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, contratada pela TCBR – Brasília.

2006 - 2009, Projeto VIGISUS-Fase 2, com finalização em 31 de dezembro de 2009.

**Coordenadora de Planejamento, Monitoramento e Avaliação**;

- membro da Equipe Base do **Projeto VIGISUS II - Saúde da População Indígena**, **Acordo de Empréstimo - Banco Mundial/FUNASA** – Ministério da Saúde -, exercendo a função de avaliação e auditoria de dados e informações sobre o Projeto VIGISUS. Para esta avaliação e auditoria construiu a linha de base do Projeto e estabeleceu procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação da 2ª. Fase do Projeto VIGISUS/ Banco Mundial-FUNSA.

2011 – Consultora PNUD/CDES – Presidência da República para o planejamento e discussão da Conferência Rio+20, de julho a dezembro/2011.

2012 – Short Term Consultant STC/STT - World Bank/Washington,SOCD –Social Development – Fee-BRL1100 – **Gender Review of the World Bank Sustainable Development, Portfolio in Brazil,** Maio e Junho de 2012. Avaliação e auditoria do portfolio de projetos de desenvolvimento sustentável do Banco Mundial e inserção do componente *gender*.

2012 – Consultora para Avaliação Final do Projeto BRA 08/003, Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento, PNUD/MMA com recursos de doação da Embaixada da Noruega, Novembro e Dezembro de 2012, **Relatório em Português e em Inglês.**

2013 – Consultoria para Avaliação do Projeto BRA 08/002, Gestão de Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira, PNUD/ICMBio, com recursos de doação da Embaixada da Noruega, Março e Abril de 2013, **Relatório em Português e em Inglês.**

2013 – Consultoria para Avaliação de Meio Termo do Projeto BRA 07/G32, “Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil”, PNUD/ICMBio, Junho de 2013.

2013 – Consultoria para Avaliação Final do “Plano Nacional de Eliminação de CFC / Protocolo de Montreal” que incluía 17 Projetos com o setor privado, tendo como agência líder o PNUD e executora o MMA, setembro de 2013.

2014 – Consultoria (Short Term Consultant) Banco Mundial / Ministério da Fazenda, “Consultant to Assist With the Preparation of Market Readiness Proposal (Brazil), Janeiro a abril, 2014.

2014 – Consultoria para Verificação e Auditoria das Metas de Consumo de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio, Projeto Bra/12/G76 – Programa Brasileiro de Eliminação de HCFCs (PBH), maio de 2014, **Relatório em Português e em Inglês**.

1. **TRABALHOS – CARGOS ATUAIS**

2010-2011 - **Diretora da Amazônia**, vinculada à Sub-Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República:

– Coordenou a contratação, monitoramento e avaliação de consultorias sobre questões sócio-ambientais, como subsídio à proposição de políticas e/ou propostas de projetos de lei relacionadas às questões de agricultura familiar, extrativismo, vulnerabilidades e adaptabilidade às mudanças climáticas junto à população ribeirinha da Amazônia, questões fundiárias e outras.

- Coordenação dos Projetos de Pesquisa sobre: “**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, VULNERABILIDADE E CAPACIDADE ADAPTATIVADE TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA”**

* **MATO GROSSO**
* **ACRE**
* **PARÁ**

2006 – 2009 - Coordenadora de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto VIGISUS/Banco Mundial – FUNASA/MS, exercendo funções de avaliação de dados e informações.

2004-2005 **- Assessora para Assuntos Internacionais** do Ministro da Previdência Social, de Fevereiro de 2004 até o Janeiro de 2006, desenvolvendo como principais atividades:

- Supervisora da Área Internacional do Gabinete do Ministro da Previdência Social, Portarias MPS/GM/314 de 19/03/04 e Portaria MPS/GM/772 de 27/04/2005;

- Coordenadora adjunta do Grupo de Trabalho sobre Reconstrução do Cadastro de benefícios do INSS

- Formulação do Projeto “Previdência sem Fronteiras”, coordenando o Grupo de Trabalho de implementação do Projeto na Região Amazônica

- Participante do Grupo de Trabalho Calha Norte

**OUTROS CARGOS E FUNÇÕES**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

* Junho de 2002 até Março de 2003: exerceu o cargo de **Secretária de Programas Regionais Integrados** do Ministério da Integração Nacional.
* Abril de 2002 a Junho de 2002: nomeada **Ministra de Estado da Integração Nacional.**
* Abril de 2002: nomeada **Secretária Executiva do Ministério da Integração Nacional**.
* Abril de 2001 até Abril de 2002: Exerceu o cargo de **Secretária de Programas Regionais Integrados do Ministério da Integração Nacional.**
* 23 de Janeiro até Abril de 2001: Exerceu o cargo de **Secretária de Integração e Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.**
* Março de 2000 até Janeiro de 2001 – Exerceu o cargo de **Diretora do Departamento de Políticas Regionais da Secretaria de Desenvolvimento Regional** – **Ministério da Integração Nacional**, responsável pela discussão das diretrizes e formulação da Proposta de Política Nacional de Integração e Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

* Abril a Outubro de 2003: **Chefe de Gabinete da Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.**
* Outubro de 2003 a Fevereiro de 2004: **Sub-Coordenadora do Programa para Florestas Tropicais, PPG7,** desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e recursos do Grupo dos 7 e administração do PNUD.

**FUNASA – MS/Banco Mundial**

* Janeiro de 2006 a dezembro de 2009 exerceu o cargo de **Coordenadora de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Projeto Vigilância em Saúde da População Indígena, VIGISUS II,** Acordo de Empréstimo entre Banco Mundial e Governo Brasileiro, Fase II do Projeto.

1. **PAPERS SELECIONADOS**

“Social Marketing and Logistic Management Information System,” 1993.

“Fortalecimiento Institucional: Programa de Capacitación Organizacional y Propuestas de Proyectos,” 1993.

“Asociaciones Gremiales y Organismos de Base de Atención a los Pequeños Productores: una Fuerza Social y Económica en la Transición Cooperativista,” 1993.

“Propuesta de Capacitación Organizacional Empresarial: Gerentes Cooperativistas,” 1993.

“A Incorporação das Questões de “Mulher no Desenvolvimento” na Atuação dos Organismos Internacionais: Conhecendo o “Porque” e Conhecendo o “Como,” 1993.

“O Setor Agropecuário: A Contribuição da Mulher na Produção de Alimentos,” 1993.

“Para não dizer que não falei das Mulheres: Resoluções Aprovadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho Econômico Social da ONU sobre a situação da Mulher**,**”1994.

“Rhetoric and Reality of the United Nations Resolutions on the Status of Women,” 1995.

“Gender Report – Word Bank Sustainable Development Projects”

“ Direitos dos Povos Indígenas: Gestão Ambiental em Territórios Indígenas.

“Direitos dos Povos Indígenas: Gestão Ambiental em Territórios Indígenas”, monografia apresentada para a conclusão do Curso de Direito, Brasilia, 2009.

**8. ANEXO ao CV**:

**Experiência e Atividades Desenvolvidas: Região Amazônica**

1. **Títulos e Tese:**

- Pós-Doutorado em Cooperação Internacional, John Hopkins, Washington, USA,1995.

- PhD em Sociologia Política, University of Manchester, UK, 1986.

Tese: **“Small Producers and the State: Agriculture in the Amazon Frontier.**

**-** Mestre em Sociologia: **“Colonização e as Transformações na Estrutura de Classe: De Posseiros a Colonos”, com pesquisa realizada nas áreas de SINOP, Colíder e Terra Nova, Estado de Mato Grosso.**

2. **Experiência na implementação de Projetos na Região Amazônica:**

1. Coodenação da equipe de “Migrações Internas” da Comissão de Divisão do Estado do Mato Grosso, trabalho junto aos Estados do Centro-Oeste (Ministério do Interior/SUDECO), principalmente Mato Grosso e Rondônia, 1978-1987.
2. Coordenação do Projeto “Mulher no Seringal”, pesquisa realizada no Estado do Acre como representante da United Fund for Women Development (UNIFEM) e equipe multidisciplinar de consultores, 1990.
3. Coordenação do Project Review and Strategic Development (PRSD), UNFPA/ONU, 1991.
4. Assessoria ao Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, coordenando as negociações para a inclusão da UnB como membro da UNAMAZ e ações de pesquisa junto ao Núcleo de Estudos Amazônicos, UnB, 1995-96.
5. Assessora da Federação das Indústrias de Brasília (FIBRA), coordenando pesquisa para a implantação do Projeto do Mercado do Centro-Oeste (MERCOESTE).

Este Projeto caracterizou-se pelo esforço de mobilização dos setores produtivos, das comunidades e das classes políticas, para a busca do desenvolvimento sustentável da região do oeste-brasileiro ao qual se integram os Estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins e Distrito Federal.

Um dos principais programas estratégicos que fundamentaram o surgimento e participação efetiva dos Presidentes de Federações de Indústrias da Amazônia (Mato Grosso e Rondônia) foi a proposta de concretização de um eixo rodoviário que, partindo do Mato Grosso, chegasse ao Oceano Pacífico. O principal objetivo desta proposta era a otimização econômica do transporte de produtos da indústria agrícola e agropecuária aos países importadores, 1997.

1. Coordenação da Revisão do PRODEAGRO e PLANAFLORO, acordo de cooperação entre os Governos dos Estados do Mato Grosso e Rondônia e acordo de empréstimo do Banco Mundial e Governo Federal, 1997.
2. Coordenação da equipe de avaliação de Projetos, em especial, o “Projeto Novas Fronteiras do Cooperativismo”, incluindo ações junto à Amazônia, PNUD/Ministério de Agricultura, 1998.
3. Membro pesquisador e coordenador do componente, Políticas Públicas do Projeto **“Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado”,** DFID/Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), incluindo áreas da Amazônia Legal, 1999.
4. Participante da Pesquisa sobre “Levantamento Sócio-Econômico” de Reservas Extrativistas, ISPN/CNPT-IBAMA, 1999.
5. Membro participante do Convênio ISPN/Secretaria da Amazônis-MMA para a elaboração da **Agenda 21 da Amazônia**, 1999.
6. Coordenação do Plano Estratégico de Ação da Amazônia e criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, como Secretária Nacional de Programas de Desenvolvimento Regional Integrados, Ministério da Integração, 2000-2002.
7. Coordenação de equipes multidisciplinares para ações de definição de territórios mesorregionais e de suas ações.

A mesorregião se constituía em espaço onde se buscava a participação dos atores locais para o desenvolvimento de atividades produtivas e educacionais, de acordo com as potencialidades e recursos disponíveis e a busca da efetivação da interação entre programas dos diversos órgãos governamentais, caracterizando as ações do processo de desenvolvimento local integrado (DLIs).

Estas ações realizadas nos espaços mesorregionais mostraram-se mais eficazes que as ações desenvolvidas em nível macrorregional. Entre os “Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas” implementados com recursos aprovados, cada qual, como programa do PPA.

Entre as mesorregiões estão aquelas localizados na Amazônia, quais sejam:

* + Mesorregião do Alto do Solimões
  + Mesorregião do Vale do Rio Acre
  + Mesorregião do Entorno de Manaus
  + Mesorregião das Ilhas do Baixo Amazonas
  + Mesorregião do Bico do Papagaio.

1. Coordenação da equipe multidisciplinar do **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**, como Secretária de Programas Regionais Integrados, com resultados de apoio aos Municípios Fronteiriços do Estado de Rondônia com a Bolívia e de outros Municípios Fronteiriços dos Estados que compõem a Amazônia Brasileira, 2001-2003.
2. Coordenação de equipes de consultores e capacitação destes para a aplicação de metodologia específica de geração de renda de autoria do Professor Clodomiro de Moraes, da Universidade de Rondônia (UNIR), o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER).

Os Programas acima referidos utilizavam-se também do PRONAGER com o objetivo de atuação concreta na capacitação da população local para o desempenho de atividades produtivas.

O Programa foi resultado da aplicação de metodologia específica e de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério, por meio da Secretaria de Programas Regionais Integrados e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), 2001-2003.

1. Diretora Nacional, como Secretária de Programas Regionais Integrados/MI, do Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia (PLANAFLORO) e do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (PRODEAGRO).
2. Estes Projetos resultaram de um acordo de empréstimo entre o Banco Mundial, a União e os Estados e do acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A coordenação da Equipe Nacional do PRODEAGRO e PLANAFLORO, uma equipe multidisciplinar que acompanhava e avaliava a realização das atividades dos componentes dos Projetos em Mato Grosso e em Rondônia era realizada pela Diretora Nacional dos Projetos.

Os Projetos PRODEAGRO e PLANAFLORO tiveram seus resultados baseados no fato de ter sido concebido como um projeto integrado, objetivando a solução de problemas sociais, ambientais e econômicos da Amazônia. As ações do Projeto fundamentavam-se em componentes voltados à implementação de infra-estrutura sócioeconômica, de ações de desenvolvimento local por meio de projetos de iniciativa comunitária, de pesquisa e desenvolvimento de projetos agroflorestais e componentes de conservação de recursos naturais com realização de estudos com vistas à utilização sustentável de unidades de conservação, em Rondônia, para a implantação tanto de unidades de conservação de uso direto como indireto.

Estes Projetos, além de terem como resultado o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) de Rondônia e de Mato Grosso ainda, como no caso deste último Estado, foi implantado um Sistema de Monitoramento Geo-referenciado por satélite, 2001-2003.

1. Chefe de Gabinete da Secretária de Coordenação da Amazônia, Dra. Mary Allegretti, do Ministério do Meio Ambiente, 2003.
2. Coordenadora-Adjunta do PPG-7 - SCA/PPG7/BIRD, 2003-2004.
3. Coordenadora de equipe de formulação e implantação do Projeto “Previdência sem Fronteiras”, para atuação junto à população ribeirinha dos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas, como Assessora Especial do Gabinete do Ministro da Previdência Social, 2004 até outubro de 2005.
4. Selecionada para Consultora em Planejamento, Monitoramento e Avaliação dos componentes do Projeto VIGISUS II, com trabalho junto à população indígena, 2006-2009.

3. **Experiência na interação com equipes multidisciplinares:**

A coordenação de equipes multidisciplinares, mais importantes, verificou-se nos programas PRODEAGRO e PLANAFLORO, no PRONAGER, no Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteiras e no Programa de Desenvolvimento de Mesorregiões Integradas, como parte de meu trabalho no Ministério da Integração Nacional. A descrição destes Programas encontra-se no **ítem 2, sub-itens l, m, n, o,** deste documento.

4. **Habilidades de comunicação e interação em diversos níveis:**

Para o desempenho dos programas, acima referidos, houve necessidade de interação e relacionamento com as equipes em nível nacional, estadual e local.

Além disto, havia necessidade de propor termos de referência para consultores e para projetos com os organismos multilaterais.

A seleção de gestores públicos fez parte de ações de minha gestão como Secretária de Programas Regionais Integrados, uma vez que, o Ministério não possuía quadro de pessoal de carreira. Estes Gestores eram selecionados pela formação básica e recebiam, também, complementação salarial proveniente do cargo comissionado.

A criação de Fóruns Mesorregionais, como parte da metodologia de trabalho nas Mesorregiões, exigiu da equipe, sob minha supervisão, um processo de interação com os atores locais.

5. **Habilidades para gestão de conflitos e busca de consensos:**

A implementação, principalmente dos Projetos PRODEAGRO e PLANAFLORO exigiram muita habilidade para a solução de conflitos surgidos em nível estadual e federal.

Por outro lado, exigiram da equipe multidisciplinar, sob minha coordenação, habilidades na gestão de conflitos tanto em nível estadual como local, principalmente, relacionados à obtenção de consensos nas discussões com representantes da sociedade civil (Fórum de ONGs).

Para isto, realizaram-se reuniões com a comunidade e articulações em nível federal e estadual e com organismos multilaterais, podendo ser citadas as aprovações e decisões que resultavam das discussões sobre **questões do ZEE do Estado de Rondônia e sobre o Código Florestal.**

A formação de ONGs comunitárias que surgiram do componente dos Projetos de Ação Integrada com a Comunidade (PAICs) exigiram participação e consensos principalmente com os Foruns de ONGs tanto de Rondônia como de Mato Grosso.

6. **Experiência e conhecimento de:**

* **Diagnósticos:**

Como Diretora Nacional de Projeto, acompanhei e participei de avaliações do trabalho dos coordenadores de área dos Zoneamentos Ecológico-Econômico dos Estados de Rondônia e Mato Grosso com apoio do BIRD/Governo Federal, como instrumento estratégico de planejamento regional, visando o desenvolvimento com sustentabilidade sócio-ambiental, sócio-ecônomica e cultural.

Participação em diagnósticos sócio-econômicos do Acre e de Reservas Extrativistas, ISPN/IBAMA e de áreas de quilombolas e seu uso de plantas medicinais.

* **Desenvolvimento de mecanismos de articulação interinstitucionais:**

Entre os mecanismos de articulações, citarei minha participação na implementação de ações junto aos Comitês de Gestão da Região Amazônica (Ministérios da Integração, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e outros), principalmente, a participação do **CEAMAZ (Comitê Executivo de Atuação Conjunta na Amazônia) como importante mecanismo de articulação interinstitucional.**

Coordenei a formulação do Projeto “Ame sua Cidade” e sua implantação se deu após a assinatura de Termo de Cooperação que envolveu diversos Ministérios e seus programas de cultura, educação ambiental, saneamento etc. Para isto, tornou-se necessário não somente a elaboração dos Termos de Referência como de editais de concorrência.

* **Pesquisa Científica e Pesquisa Aplicada:**

Participei, como responsável pelo Componente de Socioeconomia do Projeto “Biodiversidade do Bioma Cerrado” (BBC/ISPN/UnB/EMBRAPA) de pesquisas com professores do Departamento de Botânica e de Florestas da UnB e pesquisadores da EMBRAPA e do Jardim Botânico de Edimburgo/UK.

Estas pesquisas objetivavam a conservação e manejo do bioma Cerrado, envolviam equipe multidisciplinar com botânicos e cientistas sociais e eram voltadas para a aplicação do conhecimento científico da área de botânica com as necessidades das populações locais e tradicionais. **É importante ressaltar que, a área deste bioma também envolvia áreas de transição com a floresta amazônica, como a de Mato Grosso.**

* **Prática no uso da biodiversidade e na cadeia de negócios de produtos naturais:** Coordenei o componente de uso sustentável da biodiversidade e monitorei projetos do “Small Grants Program” GEF/PNUD/ISPN voltados para a comercialização de produtos da biodiversidade e com projetos do PDA/SCA-MMA.
* **Organização comunitária:**

Apoio à organização de redes, como da Rede de ONGs do Cerrado, trabalho com o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), principalmente, com o Projeto de Gênero e Meio Ambiente, por ocasião de meu trabalho junto à Sub-coordenadoria do PPG7.

* **Desenvolvimento de produtos da biodiversidade pelo setor privado:**

Experiência com os Programas de Pequenos Projetos (PPP/ISPN) e acompanhamento de alguns outros do PDA/MMA.

7. **Local de residência:** Brasília, Brasil.

**Mary Dayse Kinzo**

Brasília, Maio de 2014.

**CV do Avaliador: Consultor 2**

**Mikel Barraondo**

1. **Apellidos:** Berraondo López
2. **Nombres:** Miguel
3. **Fecha de Nacimiento:** 01-07-1973
4. **Nacionalidad (poseedor de pasaporte):** Español
5. **Lugar de residencia:**  Trav. M. de Velate, 2 2D, 31011, Pamplona, Navarra, España
6. **Contacto:** [mikel.berraondo@gmail.com](mailto:mikel.berraondo@gmail.com); 34 686349333
7. **Educación:**

|  |  |
| --- | --- |
| Institución  [ Fecha de -Fecha a ] | Título Obtenido: |
| Universidad de Navarra (1991 – 1996) | Licenciado en Derecho |
| Universidad de Padua (1997 – 1998) | Master Europeo en Derechos Humanos y Procesos de Democratización |
| Universidad de Turku (1998) | Diploma en Derecho Internacional Criminal |
| Universidad de Deusto (2000) | Cursos de doctorado en derecho internacional. |

1. **Habilidades Lingüísticas:** Indique la competencia en una escala de 1 a 5 (1 - excelente; 5 - básico)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Idioma | Lectura | Oral | Escrito |
| Castellano | 1 | 1 | 1 |
| Ingles | 1 | 2 | 2 |
| Frances | 4 | 5 | 5 |

1. **Pertenencia a cuerpos profesionales y asociaciones:**

Miembro del Colegio de Abogados de Pamplona, España

Miembro de la Red Internacional de Abogados Ambientales “Elaw”

Miembro de la Red Americana de Derecho y Sociedad

Miembro del Instituto de Promoción de Estudios Sociales (IPES)

Miembro del Grupo Intercultural Almaciga.

Miembro del Observatorio para los Derechos de los Pueblos Indígenas de Neuquén (Argentina).

1. **Otras habilidades: (ej. Conocimientos Informáticos, etc.)**

Nivel de usuario de MSDOS, WORD, WINDOWS, EXCEL, POWER POINT e INTERNET.

1. **Cargo Actual:**

Consultor y asesor en las materias de derechos humanos, cooperación internacional para el desarrollo, programas de gobernabilidad, sistemas democráticos, derechos de los pueblos indígenas y responsabilidad social corporativa

Abogado, especializado en el acceso a tribunales e instancias internacionales de derechos humanos, fundamentalmente del sistema de la ONU, el sistema Europeo y el sistema interamericano. Abogado de organizaciones indígenas en diferentes Países de América (actualmente trabajando como asesor jurídico de organizaciones indígenas en Argentina, Colombia, Panamá y Paraguay). Y asesor en cuestiones relacionadas con los derechos humanos de diversas ONGs.

Socio fundador de Rights Advice. www.rightsadvice.com

1. **Años de experiencia. Cualificaciones claves:** 16 años de experiencia.

Experiencia en consultorías y evaluación de proyectos con diversas organizaciones nacionales e internacionales, como el PNUD, la GIZ, la Fundación Europea de Derechos Humanos, la Comisión Europea, a través de la EuropeAid Co-operation Office o la AECID. Especializado en proyectos relacionados con la promoción de los derechos humanos, la protección de los pueblos indígenas en América Central y en América del Sur, especialmente centrados en los derechos territoriales y ambientales.

Experiencia en la coordinación y gestión de proyectos de cooperación internacional para el desarrollo con diversas organizaciones no gubernamentales, potenciando el enfoque basado en los derechos humanos y trabajando fundamentalmente el desarrollo de organizaciones y pueblos indígenas desde la óptica y ejercicio de sus derechos humanos. Entre las organizaciones podemos destacar IPES ELKARTEA, Grupo Intercultural Almaciga, IWGIA, o ECODES.

Asistente legal en materia de derechos humanos de diversas organizaciones indígenas en diversos países americanos, entre los que podemos destacar el trabajo de asesoría jurídica realizada en Bolivia entre los años 2008 y 2011; en Ecuador durante la asamblea Constituyente entre 2007 y 2008; en Panamá desde el año 2008 hasta la fecha; en Argentina desde el año 2008 hasta la fecha en donde forma parte del equipo jurídico del Observatorio para los Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas de Neuquén (ODHPI) y trabaja en el fortalecimiento de organizaciones indígenas del País; En Colombia entre los años 2009 y 2012 con la ACIN en el Cauca y desde el 2012 con la Fuerza de Mujeres Wayuu en la Guajira. En el marco del trabajo legal las acciones principales son el acompañamiento internacional de las organizaciones indígenas ante mecanismos y organizaciones internacionales y el acompañamiento en procesos de negociación y diálogo con los Estados en la resolución de conflictos socio ambientales.

Experiencia en la participación y organización de eventos académicos, congresos y conferencias con la utilización de diversos tipos de metodologías de trabajo (conferencias magistrales, dinámicas de grupos, “role playing”, “world cafe”, simulación de tribunales...). Participación en numerosos congresos nacionales e internacionales en cuestiones relacionadas con los derechos humanos, los derechos de los pueblos indígenas, la cooperación internacional y la justicia internacional. Entre la experiencia acumulada en la organización de eventos se puede destacar la organización de congresos en el contexto del Programa Indígena de la Universidad de Deusto, la organización de un foro sobre agua y derechos en la Expo de Zaragoza en el 2008 o la organización de reuniones internacionales sobre protección de pueblos indígenas dentro del Programa de Implementación de Derechos de Pueblos indígenas.

Experiencia académica como profesor en diversas universidades de España y América Latina como la Universidad de Deusto, Universidad Pública de Pamplona, Universidad Jaume I de Castellón, Universidad Carlos III de Madrid, Universidad Pablo Olavide de Sevilla, Universidad de Sevilla, Universidad Menéndez Pelayo de Valencia, Universidad de Valencia, Universidad Andina de Ecuador, FLACSO Ecuador, Instituto Científico de Culturas Indígenas, Universidad de San José de Costa Rica, Universidad Rafael Landivar y PRODESSA en Guatemala, Universidad de Medellín en Colombia, and otras.

Experiencia como investigador en el Instituto de Derechos Humanos de la Universidad de Deusto y en el Instituto de Promoción de Estudios Sociales de Pamplona. Entre los diversos proyectos de investigación en los que ha participado durante sus más de 10 años de experiencia podemos destacar “ Situación de los derechos humanos en la CAPV”, financiado por el Gobierno Vasco, 2 años (2000-2002) ; “ Impacto de la cooperación internacional en el proceso de democratización de Guatemala desde la firma de los acuerdos de paz”, financiado por el Gobierno Vasco, 2 años (2004-2006); “ Seguridad y derechos humanos”, financiado por el Ministerio de Asuntos exteriores (oficina de derechos humanos) e IPES- Elkartea, (2005); Pueblos no contactados y derechos humanos en la región amazónica, financiado por CICAME (2005) . “El enfoque de los derechos humanos en la cooperación” financiado por el Gobierno de Navarra 4 años (2006-2010). “Construcción de unas directrices para la protección de los pueblos en aislamiento y en contacto inicial en la región amazónica y en el Chaco Paraguayo” financiado por AECID, OHCHR e IPES-ELKARTEA (2009-2011).

1. **Referencias profesionales**

**Lola García Alix,** Directora de Grupo Internacional de Asuntos Indígenas (IWGIA), Classensgade 11 DK 2100, Copenhaguen. Tlf 4535270500. Mail: lga@iwgia.org

**Dolores Perez,** Consejera Técnica del Programa Indígena de AECID. Avd. Reyes Católicos No 4 Madrid. Tlf: 34915838386. Mail: dolores.perez@aecid.es

**Veronique Gerard,** Oficial de Programa Ambiente y Pueblos Indígenas, PNUD Paraguay. Tlf: 59521611980. Mail: veronique.gerard@undp.org

**14.- Otra información relevante** (ej., publicaciones):

Más de quince publicaciones entre libros y artículos. Entre los libros podemos destacar: *Los Derechos Humanos en la Globalización: Mecanismos de Garantía y Protección,* ed. Alberdanía, San Sebastián, 2004; *Pueblos no contactados ante el reto de los derechos humanos. Un camino de esperanza para los Tagaeri y Taromenani,* Cicame and CD*ES,* Quito, Ecuador, 2005; and *Guatemala: 10 años de la firma de los acuerdos de paz. Un análisis de las prácticas de la cooperación internacional desde la perspectiva de los derechos humanos,* Universidad de Deusto, Bilbao, 2006; Pueblos indígenas y Derechos Humanos, Universidad de Deusto, Bilbao, 2006; *La Declaración sobre los derechos de los pueblos indígenas. Punto y seguido.* Ed. Alternativa, Barcelona. 2008; *La ratificación del Convenio nº 169 por España. Reflexiones en torno a sus implicaciones.* AECID, Madrid, 2009. *Territorios indígenas. Entre los reconocimientos de papel y la garantía de un derecho.* IPES, ALMACIGA, CEJIS. Bolivia, 2013; *Los Derechos Indígenas tras la Declaración. El desafío de la Implementación, (*Eds), Universidad de Deusto, Bilbao, 2013

Y entre los artículos: “Derecho Humano al medio ambiente y pueblos indígenas. Dos derechos con un mismo fin”, in Fernando M. Mariño y J. Daniel Oliva Martínez (editores), *Avances en la protección de los derechos de los pueblos indígenas*, Universidad Carlos III, Madrid 2004. P 73-89; “ Nuevos retos para los pueblos indígenas. Propiedad intelectual y corporaciones trasnacionales”, in *Nuevos Colonialismos del Capital. Propiedad intelectual, biodiversidad y derechos de los pueblo,* SANCHEZ D., SOLORZANO N., Y LUCENA I., (Ed), ( Icaria, 2004, Barcelona). Pp. 275 – 305; “Definición y Origen del movimiento indígena” in *Enciclopedia de Paz y Conflictos*, Mario López Martínez (Dir.), Instituto de la Paz y los Conflictos, Universidad de Granada, Granada, 2004; “Pueblos indígenas y Derechos Humanos: La Conversión de un objeto en un sujeto”, in *Pueblos,* nº 14, december 2004, Madrid. Pp. 28-29: Lecciones del caso Awas Tingni tres años después de la sentencia de la Corte Interamericana”, in *Pueblos en Lucha. Casos emblemáticos de defensa de derechos indígenas*, Amazonía contemporánea nº 1, CDES-FLACSO, Quito, 2004. Pp 55-71. “ Indigenous Peoples and Natural Resources Under the Inter-American system of human rights. Between privatisation and the exercise of human rights.”, in *Privatisation and Human Rights. In the age of globalisation,* Koen de Feyter and Felipe Gómez (eds.), Intersentia, Antwerp – Oxford, 2005. Pp 289-323; “ Pueblos indígenas no contactados ante los derechos humanos” in Miguel Ángel Cabodevilla and Mikel Berraondo (Coord.), *Pueblos No Contactados ante el reto de los Derechos Humanos. Un camino de esperanza para los Tagaeri y Taromenani*, Cicame y CDES, Quito, abril 2005. Pp 44- 91; “Pueblos Indígenas y derechos territoriales entre el derecho consuetudinario y el derecho constitucional.”, in Emiliano Borja (Coor.), *Diversidad cultural, conflicto y derecho. Nuevos horizontes del derecho y de los derechos de los pueblos indígenas en Latinoamérica,* Tirant lo Blanc, Valencia, 2005. PP 161-192; “ Pueblos Indígenas y recursos naturales bajo el sistema interamericano de derechos humanos. Entre la privatización y el ejercicio de los derechos humanos”, in Marco Aparicio Wilhelmi (Coor.), *Caminos hacia el reconocimiento. Pueblos Indígenas, derechos y pluralismo,* Universidad de Girona, Girona, 2005. Pp 141-180; “ Pueblos indígenas de Guatemala frente a la Cooperación Internacional”, in Instituto de Derechos Humanos, *Guatemala: 10 años de la firma de los acuerdos de Paz. Un análisis de las practicas de la cooperación internacional desde la perspectiva de los derechos humanos,* Universidad de Deusto, Bilbao, 2006. Pp. 111-164; “Mujer, derechos humanos y cooperación”, in Instituto de Derechos Humanos, *Guatemala: 10 años de la firma de los acuerdos de Paz. Un análisis de las practicas de la cooperación internacional desde la perspectiva de los derechos humanos,* Universidad de Deusto, Bilbao, 2006. Pp. 165-192; “Buscando protección: Pueblos en aislamiento frente al reto de los derechos”, in *Pueblos Indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial en la Amazonía y el Gran Chaco,* IWGIA, Copenhague, 2007. Pp. 18.39; “Em busca de proteçao: povos em isolamento diante da ameaça dos directos”, in Alejandro Parellada y Maria de Lourdes Beldi (Org.), *Povos Indígenas em Isolamento Voluntário ou em contato inicial na Amazonia e no Gran Chaco,* Instituto de Psicología da Universidad de Sao Paulo, IWGIA, Sao Paulo – Copenhague, 2007. Pp. 18-40; “Los derechos territoriales a la luz del artículo 62 de la convención americana de derechos humanos”. In Etnias y Política nº 9, CECOIN, Colombia; “Los derechos territoriales a partir de la Declaración de Naciones Unidas”, in Mikel Berraondo (Coord.) *La Declaración sobre los derechos de los pueblos indígenas. Punto y seguido.* Ed. Alternativa, Barcelona. 2008; “Derechos humanos y cooperación internacional al desarrollo. La confluencia necesaria de conceptos y prácticas”. In Aula de Derechos Humanos de IPES *La Integración del enfoque de derechos humanos en la cooperación internacional para el desarrollo y su estudio en Navarra.* IPES, Pamplona, 2008; “Aplicación del derecho o programas de RSC para pueblos indígenas” in *Las empresas transnacionales españolas y la Responsabilidad Social Corporativa*, Revista Lan Harremanak, nº 19, Universidad del País Vasco (2009); “Avances de los pueblos indígenas en el sistema internacional. Nuevos mecanismos y oportunidades”, en Aula de Derechos Humanos de IPES *Los derechos de los pueblos indígenas en el sistema internacional de Naciones Unidas,* IPES, Pamplona 2009; “Nuevos espacios o viejas dinámicas del EBDH en la Cooperación Internacional al Desarrollo”, en Aula de Derechos Humanos de IPES, *Derechos humanos y cooperación. Una mirada crítica,* IPES, Pamplona, 2010: “Territorios indígenas colombianos. Una historia de expolio, desplazamiento y extinción” en *Los derechos de los pueblos indígenas a los recursos naturales y al territorio. Conflictos y desafíos en América Latina*, ICARIA, 2011;“Construcción de espacios de articulación y exigibilidad para los derechos indígenas ante el sector empresarial español” en *Pueblos Indígenas frente a empresas que operan en competencia por los recursos: buscando formas de coexistencia”* ECODES, Zaragoza, 2012. ¨Pueblos Indígenas¨ en *Diccionario crítico de empresas transnacionales. Claves para enfrentar el poder de las grandes corporaciones,* Icaria, Barcelona, 2012; ¨Derechos Territoriales frente al reto permanente de la implementación en *Los Derechos Indígenas tras la Declaración. El desafío de la Implementación,* Felipe Gómez y Mikel Berraondo *(*Eds), Universidad de Deusto, Bilbao, 2013

**15.-Experiencia Profesional:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Fecha de -Fecha a | País | Compañía y persona de referencia (nombre y datos de contacto) | Posición | Descripción |
|  |  |  |  |  |
| 2013 | Panamá | UNDP Panamá  Iñaki de Francisco  Inaki.DEFRANCISCO@undp.org | Experto Internacional | Experto Internacional del PNUD Panamá en la sistematización y redacción final del Plan de Desarrollo para los Pueblos Indígenas de Panamá. |
| 2013 | Región Andina. Perú, Ecuador, Colombia y Bolivia | GIZ. Programa Proindigena.  Katharina Huebner-Schmid  [Katharina.huebner-schmid@giz.de](mailto:Katharina.huebner-schmid@giz.de)  Vladimir Pinto  cesar.pinto@giz.de | Consultor | Consultor del programa Proindigena de GIZ en la realización de un análisis de situación de la consulta previa en la región andina y en la organización de un encuentro regional con Estados, Pueblos Indígenas y empresas sobre consulta previa. |
| 2013 | Perú | ONAJUP (Poder Judicial)  CP: Fernando Meza  fer\_table@yahoo.es  JCI (Justice Cooperation Internationale)  CP: Emilie Bousquier. Emilie.bousquier@gip-jci-justice.fr  Fundación Consejo Abogacía España  CP: Mikel Córdoba  [Mikel.cordoba@fundacionabogacia.org](mailto:Mikel.cordoba@fundacionabogacia.org) | Experto Internacional | Experto Internacional para asesorar a la ONAJUP del Poder Judicial de Perú en el desarrollo de un Protocolo para la coordinación de la justicia ordinaria con la justicia de paz y la justicia especial, otro protocolo para la actuación de la justicia ordinaria en casos de personas indígenas judicializadas y un programa de formación para formadores de jueces. Como experto internacional elaboré los contenidos de los protocolos junto con un experto local y definimos su contenido con el equipo de asesores de la ONAJUP. Igualmente hemos elaborado el programa de formación de formadores. |
| 2011-2012 | Estados Unidos | PNUD  CP: Shireen Said (shireen.said@undp.org) | Consultor | Consultor para el servicio de derechos humanos del Bureau de políticas de desarrollo del PNUD en la sede de Nueva York. Coordinador del proyecto “Pueblos Indígenas, gobernabilidad democrática y empresas extractivas”. |
| 2010-2011 | España | AECID  CP: Dolores Pérez (dolores.perez@aecid.es) | Consultor | Consultor para implementar el Convenio No 169 en España realizando un estudio sobre indicadores para la cooperación sobre pueblos indígenas, colaborando con las OTC de América Latina en la realización de sus Marcos de Asociación y elaborando un análisis de los programas de RSC de las empresas españolas que trabajan en territorios de los pueblos indígenas. |
| 2010-2014 | Paraguay | FAPI/Almaciga  CP: Mirta Pereira [mirtapereira@capi.org.py](mailto:mirtapereira@capi.org.py)  GAT/OPIT  CP: Jorge Vera  [coordinaciongeneral@gat.org.py](mailto:coordinaciongeneral@gat.org.py). | Asesor jurídico | Asesor jurídico de la Federación por la Autodeterminación de los Pueblos Indígenas de Paraguay (FAPI) en la definición de estrategias de defensa de sus derechos territoriales y de acceso a mecanismos internacionales.  Asesor jurídico de la OPIT y el GAT en la defensa de territorio Ayoreo Totobiegosode y de los grupos en aislamiento. |
| 2010 | Paraguay | PNUD  CP: Jorge Servín (jorge.servin@undp.org) | Consultor | Consultor para definir y conducir un taller sobre las directrices de OACNUDH para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial y definir una estrategia nacional de implementación. |
| 2009-2010 | España – Región Amazónica | IPES/IWGIA/OACNUDH  CP: Alejandro Parellada (ap@iwgia.org)  Sara Nuero(snuero@ohchr.org) | Asesor Legal. | Asesor legal externo del OACNUDH en el proceso de elaboración y socialización de unas directrices para la protección de pueblos en aislamiento y contacto inicial de la región amazónica y del Gran Chaco Paraguayo. |
| 2009 – 2011 | España/ Bolivia | IPES/ CEJIS  CP:Leonardo Tamburini(Moreira\_2467@hotmail.com)  Begoña Arrondo (bego.arrondo@ipesnavarra.org) | Asesor Legal | Asesor legal en proyectos de desarrollo comunitarios y en acciones de defensa de derechos de comunidades indígenas. |
| 2009 | Uruguay | AECID  CP: Dolores Pérez (dolores.perez@aecid.es) | Consultor | Consultor de AECID para definir e impartir un programa de capacitación para técnicos de OTC sobre derechos de los pueblos indígenas. |
| 2009-2012 | Colombia | Corporación Ensayos/Almaciga  CP: Diana Granados [gitadiana@gmail.com](mailto:gitadiana@gmail.com) | Asesor jurídico | Asesor jurídico de la organización Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca (ACIN), Colombia en acciones de defensa de sus derechos territoriales y de sus derechos de consulta y consentimiento previo, libre e informado. |
| 2008 – 2012 | Panamá | IPES/Comunidad Ngobe  CP: Jesús Alemancia (jaleman@hotmail.com)  Begoña Arrondo( bego.arrondo@ipesnavarra.org) | Asesor jurídico | Asesor jurídico comunidades Ngobes de Panamá en procesos de defensa de derechos. |
| Desde 2008 | Argentina | Observatorio para los Derechos de los Pueblos Indígenas de Neuquén (ODHPI)  CP: Verónica Huilipan (huilipanv@yahoo.com.ar) | Asesor jurídico | Abogado del equipo jurídico del observatorio, llevando los casos presentados ante instancias internacionales. |
| 2007 – 2008 | Ecuador | Asamblea Constituyente  CP: Mónica Chuji (monicachuji@yahoo.com) | Asesor Jurídico asambleísta Mónica Chuji. | Miembro del equipo de asesores de la asambleísta Mónica Chuji, presidenta de la mesa de trabajo nº 5 relativa a biodiversidad y recursos naturales. Responsable del asesoramiento en materia de derechos humanos y derecho internacional. |
| Desde 2007 | España | Grupo Intercultural Almaciga.  CP: Eva Sainz (almaciga@almaciga.org) | Asesor jurídico y representante | Responsable de la sede en Navarra, asesor jurídico de la organización |
| Desde 2007 | España | Instituto –  de Promoción de Estudios Sociales (IPES- ELKARTEA).  CP: Begoña Arrondo.(bego.arrondo@ipesnavarra.org) | Coordinador Aula DDHH | Coordino las actividades del Aula de Derechos Humanos y participo como investigador en el instituto. |
| Octubre 2006 – Diciembre 2007 | España | Fundación Nueva Cultura del Agua (FNCA)  CP: Cristina Monge(cristina.monge@ecodes.org) | Investigador y Técnico de proyectos. | Investigador y gestor del proyecto europeo LOGOWATER realizado entre las regiones de la UE en Europa y SADC en África del Sur. |
| 2007 | España | Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI).  CP: Dolores Pérez (dolores.perez@aecid.es) | Asistencia técnica | Realización a través de una asistencia técnica de un análisis de los impactos que tendrá en las políticas públicas de cooperación la ratificación por parte de España del Convenio nº 169 de la OIT sobre los derechos de los pueblos indígenas. |
| 2006 | España | Comisión Europea, a través de su oficina EuropeanAid Cooperation Office y la consultoría Agriconsulting S.A.  CP: Gianluca Vedova | Evaluador de proyectos | Evaluador de proyectos presentados a la subvención de la Unión Europea en la convocatoria especial para proyectos que combatan el racismo, la discriminación y la promoción de los derechos humanos de los pueblos indígenas. |
| 2005 - 2006 | España | Universidad San Jorge | Profesor de Relaciones Internacional y Derechos Humanos. | Profesor contratado en las materias reseñadas. |
| 2005 | Dinamarca | International Working Group on Indigenous Affairs (IWGIA).  CP: Lola García (lga@iwgia.org) | Evaluador Externo | Evaluador del Fondo para los derechos humanos de los pueblos indígenas, coordinador por esta organización. |
| 2005 | España | EuropeAid Co-operation Office, Agriconsulting S.A. | Evaluador Externo. | Evaluador de la Convocatoria Europea para la promoción de los derechos de los pueblos indígenas. |
| 2000-2005 | España | Instituto de Derechos Humanos, Universidad de Deusto  CP: Felipe Gómez(fegomez@der.deusto.es) | Investigador, Coordinador del Programa de Formación de Lideres Indígenas. | Durante estos 5 años he tenido un contrato de investigador dentro del Instituto, participando en diversa investigaciones. (Situación de los derechos humanos en Euskadi e Impacto de la Cooperación Internacional en la democratización de Guatemala, principalmente.)  Además, entre el 2004 y finales de 2005 he sido Coordinador del Programa de Formación de Lideres Indígenas Latinoamericanos que realizan el Alto Comisionado para los Derechos Humanos de Naciones Unidas y la Universidad de Deusto. |
| 2000-2005 | Bolivia, Ecuador, Colombia, Guatemala, Perú | Diversas organizaciones indígenas | Asesor legal | Experiencia como asistente legal de diversa organizaciones indígenas, entre las que podemos destacar comunidades Shuar en Ecuador, la Universidad indígena Amawtay Wasi de Ecuador, la red Kwasai de Bolivia, Perú y Ecuador, y la Confederación Indígena Tayrona de Colombia. |
| 2004 | España- Rusia | STG.- Comisión Europea  CP: Paul Mcdonald (stg@stgol.net) | Experto Europeo en Derechos Humanos. Evaluador | En la implementación del programa TACIS participe como experto europeo impartiendo unos seminarios para jueces de paz de la región siberiana de Novosibirsk sobre derechos humanos y mecanismos de implementación.  Además realice una evaluación externa de la perspectiva de derechos humanos del programa. |
| 2003 | España | STG.- EuropeAid Co-operation Office  CP: Luc Barisich (stg@stgol.net) | Evaluador externo | Evaluador de la Convocatoria Europea para la promoción de los derechos de los pueblos indígenas. |
| 2001 | España | Fundación para los Derechos Humanos.- EuropeAid Co-operation Office | Evaluador Externo | Evaluador de la Convocatoria Europea para la promoción de los derechos de los pueblos indígenas. |
| 1998 | Bosnia Herzegobina | OSCE.- Gobierno de España | Supervisor Electoral | Supervisor electoral de las elecciones de septiembre de 1998. |
| 1996 | Sahara Occidental | Movimiento Scout Católico (MSC)  CP: Arturo Balbuena (anaart@terra.es) | Cooperante | Cooperante en el desarrollo de un programa de apoyo al movimiento de la juventud saharaui. |
| 1994-1995 | España | Amnistía Internacional | Administrativo (voluntario) | Trabajos administrativos en la sede local de amnistía internacional en Pamplona. |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

**Anexo 10 –**

**Tabela de Avaliação[[5]](#endnote-1)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item** | **Nota** | **Comentários** |
| **Monitoramento e Avaliação** |  |  |
| Qualidade geral de M&A | **UM** | (Moderadamente Insatisfatória) Há apresentações de PowerPoints nos encontros nacionais e reuniões do comitê gestor, mas faltam sistemas permanentes de M&A para aprendizagem e controle. |
| *Design* inicial de M&A | **UM** | (Moderadamente Insatisfatório) As mudanças no METT entre aplicações (*instrument decay*) dificultam sobremaneira as comparações longitudinais, e não são corretamente controladas. |
| Implementação do plano de M&A | **UM** | (Moderadamente Insatisfatória) Falta aproveitar a TI no M&A de maneira eficiente, transparente e amigável. As comparações linha de base (2006-2007) / linha de comparação (2012) não foram corretamente computadas ou aproveitadas para a gestão adaptativa. Uma recomendação importante do Relatório de Implementação do Projeto (PIR) não engendrou nenhum debate ou ação. |
| **Execução pelas Agências de Implementação e Execução** |  |  |
| Qualidade geral de implementação e execução do Projeto | **MS** | (Moderadamente satisfatória) Tendo em vista que a agência executora começou praticamente na mesma época do Projeto, pode ser considerado natural que a agência implementadora tenha assumido um papel bastante proativo no início. Essa situação só se torna problemático se se prolonga no tempo. |
| Execução pela Agência Implementadora | **S** | (Satisfatória) Como sempre, o PNUD foi eficiente na implementação do Projeto; o único problema relatado neste caso se deveu à pressão das responsabilidades pela Rio+20 e à problemática das rotinas de *backstopping* que teriam falhado na época. |

1. *Tkarihwaié:ri – Code of Ethical Conduct to Ensure for the Cultural and Intellectual Heritage of Indigenous and Local Communities Relevant to the Conservation and Sustainable Use of Biological Diversity.* [↑](#footnote-ref-1)
2. Ver artigo “Comercialização de Produtos Agroextrativistas: Problemas e Soluções”, Revista *Policy in Focus,* nº 29, Desenvolvimento sem Desmatamento, Agosto, 2014. [↑](#footnote-ref-2)
3. Wenger, E.; White, N.; e Smith, J. D. (2009). Digital Habitats: Stewarding Technology for Communities. Portland, Oregon, CPsquare. [↑](#footnote-ref-3)
4. www.unevaluation.org/unegcodeofconduct [↑](#footnote-ref-4)
5. Na Tabela de Avaliação, usamos as siglas especificadas no documento, *UNDP Evaluation Guidance for GEF-Financed Projects: Version for External Evaluators, minuta final 17 de março de 2011*. Observe que as siglas U e MU têm dois significados: para Monitoramento e Avaliação, Execução pelas Agências de Implementação e Execução, Papel Catalítico e Resultados Gerais do Projeto, significam *Moderately Unsatisfactory* e *Unsatisfactory* (Moderadamente Insatisfatório e Insatisfatório); para Sustentabilidade, *Moderately Unlikely* e *Unlikely* (Moderadamente Improvável e Improvável) (ver páginas 18 e 20-21). [↑](#endnote-ref-1)